



Anais da Assembléia

Nº 152

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 07 DE NOVEMBRO DE 1995.

ANO XXI

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK

1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN

2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS

1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA

2º - Secretário - PFL

EDGARD BUENO

3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI

4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL	Deputado ÉLIO RUSCH
PT	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR	Deputado CÉSAR SELEME
PSC	Deputado JOCELITO CANTO
PTB	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB	Deputado CEZAR SILVESTRI

Representação Partidária

PMDB – 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Adur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; PP – 10: Albanor J. F. Gomes - Dullio Genari - Irondi Pegliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Annibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; PDT – 10: Algaci Tulio - Antonio Belinati - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Tureck - Walmor Trentini; PTB – 06: Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; PFL – 06: Carlos Simões - Nelson Garcia - Remy Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; PT – 05: Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Pérciles H. Mello - Angelo Vanhoni; PSDB – 03: Edgar Bueno - Beto Richa - Cezar Silvestri; PPR – 02: João T. Filho - César A. Seleme; PSC – 01: Jocelito Canto.

**1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 13.^a LEGISLATURA
ATA DA 112.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 07 DE NOVEMBRO DE 1995**

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Egard Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antônio Belinati, Antônio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Cláudio Romanelli, Marquinhos Alves, Milton Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles de Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Remy Borsatto, Ricardo Chab, Sergio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (53). Achando-se ausente o Senhor Deputado Sâmis da Silva (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convoco os Senhores Líderes Partidários para conduzirem até o Plenário o Senhor Miguel Salomão, Secretário das Finanças do Estado do Paraná.

(Suspende-se a Sessão)

(Reabre-se a Sessão)

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede a leitura da ata da sessão anterior a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL

Art. 1º - Acresce ao "caput" do Art. 27 da Constituição do Estado do Paraná o "princípio da economicidade".

Art. 2º - Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.11.95

(aa) IRINEU COLOMBO

ANIBAL KHURY

ÂNGELO VANHONI

Apoiamto: Caíto Quintana, Algaci Túlio, Luiz Carlos Zuk, Élio Rusch, Valdir Rossoni, Nelson Justus, Luiz Claudio Romanelli, Sérgio Spada, César Seleme, Jocelito Canto, Orlando Pessuti, Augustinho Zucchi, Antonio Belinati, Luiz Carlos Alborghetti, Nereu Moura, José Tavares, Durval Amaral, Duílio Genari, Ricardo Chab, Renato Adur, Carlos Simões, Emerson Nerone, Péricles Mello, Doutor Rosinha, Beto Richa, Egard Bueno, Sâmis da Silva, Toti Colaço, Albanor Gomes, Edno Guimarães, Eduardo Trevisan, Joel Coimbra, Edson Silva Lino, José Maria Ferreira, Nelson Tureck, Milton Puppio, Marquinhos Alves, Irondi Pugliesi, Neivo Beraldin.

JUSTIFICATIVA:

O art. 27 da Carta Estadual e 37 da Federal, "caputs", estatuem princípios que devem reger a Administração Pública direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, tais como da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, entre outros que estão implícitos no decorrer dos diversos incisos, alíneas e parágrafos.

Basicamente, esses princípios denotam a preocupação com a coisa pública, com ênfase a uma administração correta, justa e transparente. Todavia, nota-se que para uma melhor ordenação sistemática e racional, se faz necessária a adição de mais um princípio, o da economicidade. Princípio este essencial para um país como o Brasil, com tantos problemas a resolver, com tantas mazelas, com tantos sem teto, com tantos sem comida, com tantos sem emprego, e outros tantos sem, que formam o grande grupo de marginalizados do sistema federativo.

De outro lado, está o sempre, alto índice, de sonegação de impostos, que afeta, sobremaneira, a Administração e seus administrados, além de uma economia, na maioria das vezes instável. Enfim, é inadmissível, impatriótico e desumano o desperdício de recursos públicos frente as graves carências sócio-econômicas.

Portanto, é no sentido ético-jurídico,

de alcance político-social, que apresentamos esta Emenda, visando, sobretudo, inserir dentre os princípios norteadores da Administração, o da economicidade.

Desta forma, poderá se evitar que o governo gaste excessivamente sem prioridades e sem critérios, com produtos, obras e serviços. Posto que, permite repensar e melhor atuar no combate as profundas desigualdades sociais e regionais que são desatendidas. Desatendimento motivado, principalmente, pelo desperdício, pela irracionalidade no gasto do dinheiro público. Há que se ter em conta o real papel do Estado, voltado ao bem comum, e cumprindo os objetivos fundamentais inscritos em nossa vigente Carta Magna republicana, no art. 3º.

"Art. 3º - Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação."

Para melhor concretizar este princípio em nosso Estado, oportunamente, via projeto de lei, detalharemos a sua aplicação. Mas, já adiantado, em nome de nossa função parlamentar, de nosso Estado e de nosso povo, peço o consentimento para sua aprovação, além, é claro, desta presente Emenda.

Ofício:

OFÍCIO 051/95

Curitiba, 31 de outubro de 1995.

Ao Juiz de Direito
DR. DARCI LOPES BERALTO
Vara Distrital de Pirapozinho
Comarca de Presidente Prudente - SP

Prezado Senhor.

Nós, Deputados Estaduais pelo Estado do Paraná, abaixo subscritos, vimos através desta comunicar nossa preocupação a respeito dos fatos acontecidos no dia de ontem 30/10/95, envolvendo o pedido de prisão preventiva de José Rainha Júnior, Laércio Barbosa, Márcio Barreto e Deolinda Alves (estes dois já presos e recolhidos ao presídio do Carandiru) bem como a solicitação de prisão para mais 09 (nove) trabalhadores Sem Terra: Jonas de Andrade Justino, Claudemir Marques Cane, Creusa Maria Turato, Manoel Neves dos Santos, Felinto Procópio, Valter Gomes, Davi P. da

Silva, José Eduardo Gomes de Moraes e Zelitro Luz da Silva.

É do conhecimento público que a luta pela terra, para viver, plantar e produzir, assume em nosso país a dimensão de um enorme conflito social. O próprio Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, avocou para si a responsabilidade sobre o processo de distencionamento da luta pela terra, nomeando para a exercer a Presidência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA órgão encarregado de proceder as negociações, sobre as desapropriações e assentamentos, entre governo, movimento dos trabalhadores sem terra e entidades da sociedade civil, o seu amigo e secretário particular Dr. José Grazziano. Este manifestou-se publicamente afirmando que as prisões, neste momento, apenas contribuem para dificultar ainda mais o processo de negociação com o movimento.

Desta forma, solicitamos colocar em liberdade Márcio Barreto e Deolinda Alves bem como o relaxamento de prisão preventiva para as demais Lideranças acima relacionadas.

Sem mais para o momento.

Sala das Sessões, em 07.11.95.

(aa) ANGELO VANHONI, DOUTOR ROSINHA, CAÍTO QUINTANA, RENY BORSATTO, LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI, RICARDO CHAB, JOCELITO CANTO, EMERSON NERONE, DURVAL AMARAL, PÉRICLES DE MELLO, BETO RICHIA, ORLANDO PESSUTI e LUIZ ACCORSI.

JUSTIFICATIVA:

O ano de 1995, vem sendo divulgado, pelo Governo Federal, por diversos partidos de sustentação do governo, pelos meios de comunicação, etc., como o ano das grandes reformas, que tem por principal objetivo, retirar o País do atraso e ingressá-lo na modernidade. Neste sentido, o Congresso Nacional aprovou, até este momento, todas as propostas de "modernização" do País entre elas, quebra do monopólio nas áreas de petróleo e telecomunicações.

Neste ano um novo tema entra para a agenda do debate político nacional, com a intervenção direta do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso - a questão da Reforma Agrária.

Há no Brasil, atualmente, 585 conflitos de terra, envolvendo cerca de 88.240 famílias de trabalhadores rurais. Em 22 Estados da Federação existem 20.521 famílias acampadas a margem de estradas ou em terrenos cedidos a título precário. Elas esperam que o INCRA as convoque para efetuar seu assentamento. Entretanto, na Justiça, centenas de processos de desapropriação de área para assentamento aguardam sentença.

A realidade brasileira impõe a adoção de um novo padrão de desenvolvimento eco-

nômico, democrático, socialmente justo ecologicamente equilibrado, capaz de incorporar os milhões de excluídos ao processo de desenvolvimento e cidadania.

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 3336

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER, preferência de discussão e votação, aos Projetos de Lei n°s 450, 451 e 453/95, todos de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que dispõe sobre a criação do Município de Campo Magro, Arapuã e Imbaú, itens 05, 06 e 07 da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 07.11.95.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 3309

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, a retirada do Projeto de Lei n° 276/95, de autoria do Deputado José Tavares, que dispõe sobre a inclusão no Art. 140, da Lei 6.174/70 o inciso I (funcionários), item 06 da Ordem do Dia de hoje, por 10 Sessões.

Sala das Sessões, em 07.11.95.

(a) JOSÉ TAVARES

REQUERIMENTO N° 3335

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, permissão para ausentar-se do País, entre os dias 07 e 17 do corrente mês, em missão especial à Província de Taiwan, sem ônus a este Poder Legislativo.

Sala das Sessões, em 07.11.95.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 3351

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER a quebra de interstício e a inclusão na Ordem do Dia da Sessão Extraordinária dos Projetos de Lei n°s 450, 451 e 453/95, que dispõe sobre a criação dos Municípios de Campo Magro, Arapuã e Imbaú, respectivamente, no dia 07 de novembro de 1995, bem como o Projeto de Lei n° 454/95.

Sala das Sessões, em 07.11.95.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoiamto: Élio Rusch.

REQUERIMENTO N° 3310

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, a realização de Sessão Especial no dia 22 de novembro de 1995, às 14:30 hs., para proceder a instalação do "Memorial pela Reforma Agrária e Justiça no Campo" seguida de exposição e debates com Lideranças do Movimento de Defesa da Reforma Agrária e entidades da sociedade civil.

Sala das Sessões, em 07.11.95.

(aa) ANGELO VANHONI

IRINEU COLOMBO

PÉRICLES MELLO

EMERSON NERONE

DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO N° 3302

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, propõe à Casa a inscrição nos anais da sessão, de um Voto Profundo Pesar pelo falecimento do Sr. Yitzhak Rabin, Primeiro Ministro de Israel, ocorrido no último sábado.

Sala das Sessões, em 07.11.95.

(a) ANIBAL KHURY

Apoiamto: Nelson Justus

JUSTIFICATIVA:

O assassinato do dirigente israelense que vinha conduzindo o processo de paz com os líderes da comunidade palestina, por obra de um fanático direitista de seu próprio país, chocou o mundo. Não foi Rabin, infelizmente, a última vítima dessa espécie de criminosos cujo braço alcança os homens de Estado, os pacificadores, os cidadãos devotados à causa da humanidade.

Por isso, propomos que esta Casa representativa do povo do Paraná, ao expressar sua solidariedade ao povo de Israel, também sinalize sua esperança de paz naquela conturbada região.

REQUERIMENTO N° 3334

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido Voto de Pesar, pelo falecimento do Senhor Aparicio Schuster, ocorrido em Ponta Grossa, no dia 27.10.95.

O Sr. Aparicio deixa esposa, Rosa Schuster, e os seguintes filhos: Juslei, Jusmar, Jilmar, Juslaine, Jilberto, Jucelino, Jucelia e Juliene. Os genros Ugo e José Sadi e as noras Sandra e Silvia, e também sete netos.

Pessoa com grande número de amigos, católico, prestativo, deixou enlutados não somente seus parentes mas também todos aqueles que um dia tiveram a felicidade e a oportunidade de conhecê-lo.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada,

sito à Rua Travessa Laugue, 145/501 Ponta Grossa-PR.

Sala das Sessões, em 07.11.95.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 3348

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Voto de Profundo Pesar pelo falecimento do Sr. José Valdinei Galvão, ocorrido hoje na cidade de Imbituva.

Outrossim, solicita da decisão da mesa seja enviado cópia do requerimento à família enlutada na Rua Jacob Brenner s/n, Imbituva-PR.

Sala das Sessões, em 07.11.95.

(a) JOÃO TECHY

REQUERIMENTO N° 3293

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido Voto de Congratulações ao 2° Grupamento de Bombeiros, em Ponta Grossa, pela implantação do Projeto Bombeiro-Mirim.

O Projeto Bombeiro-Mirim, traduz na juventude, um espírito não só de formação ideológica mas também de amparo e de prestação de serviço. Ele mobiliza a parcela da população que precisa de formação, de educação, cultura e civismo.

O projeto conta com a louvável colaboração do Rotary que vem dando apoio em vários sentidos.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência ao 2° GB, em nome do Tenente-Coronel, Sr. Luiz Carlos Carvalho e de toda a guarnição, sito à praça Rossevelt, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 07.11.95.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 3294

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido Voto de Cumprimentos à Bancada Paranaense no Congresso Nacional, pela aprovação da verba para a construção da nova ponte sobre o rio Tibagi, em Ponta Grossa.

A ponte do Rio Tibagi é realmente muito conhecida, mas não por motivos positivos, pois é considerada como uma das mais trágicas dentro da malha rodoviária que cruza nosso Estado, pois ali já ocorreram muitos acidentes com várias vítimas, o que felizmente começará a mudar depois da conclusão da nova ponte através da verba do Orçamento.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência à Bancada Paranaense no Congresso Nacional, bem como ao Ministro dos Transportes, agradecendo pelo bom senso, para a construção da referida ponte.

Sala das Sessões, em 07.11.95.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 3295

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, voto de louvor, congratulações e muito aplauso para a Sra. Maria de Jesus, proprietária do Restaurante Adega do Marquês há mais de 20 anos. Ao longo destes anos, granjeou respeito, credibilidade e grande freguesia, diante de sua dedicação em bem servir. Brasileira e curitibana de coração, a Sra. Maria veio de Portugal ao Brasil em 1976, juntamente com duas amigas, ocasião em que fundou a Adega do Marquês na Rua Dr. Muricy n° 135.

Seu Restaurante enriquece nossa cidade, espalha orgulho para os apreciadores da boa comida e torna-se referência obrigatória no roteiro gastronômico da Capital do Paraná. A nossa querida amiga Maria os nossos sinceros agradecimentos pela sua dedicação, carinho e excelente comida que vem sempre acrescida com seu tempero especial, regado a muito carinho, simpatia e muito respeito. Junto aos meus agradecimentos, somam-se o dos demais pares desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 07.11.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 3297

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta sessão, Voto de Congratulações e muito Aplauso ao casal FELÍCIO INÁCIO e NOÊMIA DA SILVA que completou 50 anos de união conjugal, comemorando desta forma as Bodas de Ouro, renovando o seu propósito de amor e fidelidade a Cristo. É um acontecimento muito importante e louvável, digno de merecer todo o nosso respeito e consideração. Foram todos estes anos vividos com respeito mútuo entre eles, trazendo alegria e união em seu lar. Souberam ao longo do tempo cultivar o amor no casamento. Estiveram sempre unidos, mantendo acesa a chama de amor, a qual permanece até hoje, em reconhecimento de duas vidas em uma.

Entendemos meritório este registro e nos somamos aos familiares e amigos do casal, na comemoração desta data tão signi-

ficativa e que serve de exemplo a todos nós!

Sala das Sessões, em 07.11.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 3298

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta sessão, Voto de Congratulações e muito Aplauso ao casal HUGO e LEONI BONAT que completou 25 anos de união conjugal, comemorando desta forma as Bodas de Prata, renovando o seu propósito de amor e fidelidade a Cristo. É um acontecimento muito importante e louvável, digno de merecer todo o nosso respeito e consideração. Foram todos estes anos vividos com respeito mútuo entre eles, trazendo alegria e união em seu lar. Souberam ao longo do tempo cultivar o amor no casamento. Estiveram sempre unidos, mantendo acesa a chama de amor, a qual permanece até hoje, em reconhecimento de duas vidas em uma.

Entendemos meritório este registro e nos somamos aos familiares e amigos do casal, na comemoração desta data tão significativa e que serve de exemplo a todos nós!

Sala das Sessões, em 07.11.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 3304

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje Voto de Congratulações e Aplausos ao Município de Cruz Machado pelo transcurso de seus 44 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Alvir Otto ao vice-Prefeito, Antonio Koteki, bem como a todos os Senhores Vereadores, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Cruz Machado.

Sala das Sessões, em 07.11.95.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O Município de Cruz Machado estará comemorando, no próximo dia 14 de novembro seus 44 anos de existência politicamente organizada.

É com muita satisfação que contamos uma fase de grande desenvolvimento econômico, social e urbanístico, do Município de Cruz Machado, com sua população eminentemente trabalhadora e seus administradores de todos os tempos sempre preocupados com o bem-estar de seu povo.

É através desta proposição que queremos parabenizar toda a população sincera e amiga desse Município de Cruz Machado.

Ao contentamento de todos, une-se o Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, para prestar uma homenagem de gratidão e reconhecimento. Homenagem esta, extensiva aos seus administradores de todos os tempos.

Pois, com um trabalho integrado, com a colaboração de seu povo, Cruz Machado estará contribuindo com importante parcela para o engrandecimento do nosso Estado e do nosso país.

REQUERIMENTO N° 3312

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER a inserção, na Ata dos trabalhos da presente sessão, de Votos de Congratulações pela posse, no último dia 30 de outubro, do Juiz do Tribunal de Alçada Jesus Sarrão, no Tribunal de Justiça do Paraná.

O Dr. Jesus Sarrão, que passa a ocupar a vaga de desembargador destinada ao Ministério Público, tem marcado sua ficha funcional com importantes cargos públicos, como Secretário de Estado da Segurança Pública, diretor do DETRAN.

Requer ainda, uma vez aprovada a presente proposição, que da mesma seja dado conhecimento ao novo Desembargador, Dr. Jesus Sarrão e ao Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, Des. Cláudio Nunes do Nascimento.

Sala das Sessões, em 07.11.95.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 3313

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER à douta Mesa da Assembleia, a inserção na Ata dos trabalhos da presente sessão, de Votos de Congratulações com o Rotary Club de Curitiba, seção Cidade Industrial de Curitiba, pela escolha da Dra. Maria Elisa Ferraz Paciornik, presidente da Companhia de Desenvolvimento de Curitiba - CIC, como "Destaque Profissional 95".

Requer ainda, uma vez aprovada a presente proposição, que da mesma seja dado conhecimento à ilustre homenageada e à diretoria do Rotary Club de Curitiba, seção Cidade Industrial de Curitiba.

Sala das Sessões, em 07.11.95.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 3318

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido em Ata dos Trabalhos do Poder Legislativo Votos de Congratulações ao Sub-Tenente R/1 Edwin Pio Rigotti; membro do Conselho consultivo do CSS-EX-Curitiba.

Requer, outrossim, seja dada ciência desta decisão, ao Senhor homenageado.

Sala das Sessões, em 07.11.95.

(a) CÉSAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

Este requerimento está sendo feito, tendo em vista os serviços prestados pelo Senhor Edwin Pio Rigotti, à sociedade curitibana e paranaense, principalmente como membro do Conselho Consultivo do C.S.S-Ex. Curitiba e representante da Colônia Gaúcha no Clube dos Sub-Tenentes e Sargentos do Exército de Curitiba.

REQUERIMENTO N° 3319

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, respeitosa-mente, REQUER, que seja enviado ao Município de "Roncador", Votos de Congratulações pela passagem de seu aniversário.

Sala das Sessões, em 07.11.95.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO N° 3321

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consigna-ção, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, Voto de Congratulações e Aplausos, ao Município de General Carneiro, pela passagem do seu 34° aniversário de emanci-pação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Joelcy Marcos Lammel, ao vice-Prefeito, Sr. Joarez Vi-cente Martins Ferreira, assim como a todos os Senhores Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, re-cebam e cumprimentem a laboriosa população de General Carneiro.

Sala das Sessões, em 07.11.95.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Queremos, na significativa data de 19 de novembro prestar nossa homenagem à po-pulação de General Carneiro, que irá come-morar, com grande júbilo, seus 34 anos de emancipação política.

A união do povo e administração muni-cipal tem impulsionado o progresso ao mu-nicípio. Cada um fazendo a sua parte, Ge-neral Carneiro vem superado as adversida-des e cada vez mais vem se firmando como um município humano e dinâmico.

Com todo o respeito que a população de General Carneiro é merecedora, a Assem-

bléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, renova sua ho-menagem de gratidão e reconhecimento na certeza de que continuará com os mesmos propósitos a caminhada rumo ao crescente progresso do Município.

General Carneiro que tem à frente de seus destinos o Prefeito Joelcy Marcos Lammel, que através de um trabalho sério e competente, com dedicação, honestidade e espírito de luta vem dando o melhor de seus esforços em prol de sua gente que crê num futuro promissor.

REQUERIMENTO N° 3324

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o registro em ata da presente sessão de Votos de Con-gratulações ao Município de Bandeirantes pelo transcurso de seu aniversário no dia 14 de novembro.

Outrossim, solicitar que da decisão do Plenário seja dado ciência ao Prefeito Mu-nicipal e à Câmara dos Vereadores.

Sala das Sessões, em 07.11.95.

(a) EDUARDO TREVISAN

REQUERIMENTO N° 3325

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o registro em ata da presente sessão de Votos de Con-gratulações ao Município de São Sebastião pelo transcurso de seu aniversário no dia 14 de novembro.

Outrossim, solicitar que da decisão do Plenário seja dado ciência ao Prefeito Mu-nicipal e à Câmara dos Vereadores.

Sala das Sessões, em 07.11.95.

(a) EDUARDO TREVISAN

REQUERIMENTO N° 3326

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o registro em ata da presente sessão de Votos de Con-gratulações ao Município de Santa Amélia pelo transcurso de seu aniversário no dia 14 de novembro.

Outrossim, solicitar que da decisão do Plenário seja dado ciência ao Prefeito Mu-nicipal e à Câmara dos Vereadores.

Sala das Sessões, em 07.11.95.

(a) EDUARDO TREVISAN

REQUERIMENTO N° 3327

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o registro em ata da presente sessão, de Votos de

Congratulações ao Município de Rancho Alegre pelo transcurso de seu aniversário no dia 19 de novembro.

Outrossim, solicitar que da decisão do Plenário seja dado ciência ao Prefeito Municipal e à Câmara dos Vereadores.

Sala das Sessões, em 07.11.95.

(a) EDUARDO TREVISAN

REQUERIMENTO N° 3328

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o registro em ata da presente sessão de Votos de Congratulações ao Município de Santa Cecília pelo transcurso de seu aniversário no dia 22 de novembro.

Outrossim, solicitar que da decisão do Plenário seja dado ciência ao Prefeito Municipal e à Câmara dos Vereadores.

Sala das Sessões, em 07.11.95.

(a) EDUARDO TREVISAN

REQUERIMENTO N° 3329

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o registro em ata da presente sessão de Votos de Congratulações ao Município de Itambaracá pelo transcurso de seu aniversário no dia 30 de novembro.

Outrossim, solicitar que da decisão do Plenário seja dado ciência ao Prefeito Municipal e à Câmara dos Vereadores.

Sala das Sessões, em 07.11.95.

(a) EDUARDO TREVISAN

REQUERIMENTO N° 3330

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam consignados Votos de Congratulações à Delegacia a Mulher de Curitiba, pela passagem do seu Aniversário no dia 05 último, a qual muito vem contribuindo sobremaneira para a segurança da comunidade feminina da capital paranaense.

E ainda, que do mesmo seja dado ciência a referenciada no endereço abaixo relacionado:

Delegacia da Mulher de Curitiba
A/C Darli Rafael
Delegado Chefe
Avenida Mal. Deodoro, 806
Curitiba - Paraná
CEP: 80.060-010

Sala das Sessões, em 07.11.95.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

A Delegacia da Mulher de Curitiba procura, através do trabalho desenvolvido, assegurar às pessoas do sexo feminino, ví-

tima de ilícitos penais, maior segurança e proteção física, moral e psicossocial.

O trabalho desenvolvido é distribuído entre a Polícia Judiciária e o atendimento efetuado pelo Setor de Psicologia e Serviço Social.

As principais ocorrências versam sobre lesões corporais, ameaças e crimes sexuais.

São registradas, em média, 450 ocorrências por mês e no total são atendidas cerca de 700 pessoas/mês por esta Especializada.

REQUERIMENTO N° 3331

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, Voto de Congratulações à Loja Maçônica Apóstolo da Caridade n° 2876, alusivos à passagem dos 120 anos de Fundação da referida instituição, no último dia 5 do corrente.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao Presidente, Senhor Juvelino Fabiani, através de correspondência a ser encaminhada na Rua Curupis, n° 933, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 07.11.95.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 3332

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, Voto de Congratulações ao Jornalista Dino Almeida, referente ao lançamento do Livro Sociedade Curitiba, 3ª Edição, a realizar-se no dia 08 do corrente.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada na Rua Comendador Araújo, n° 143, sala 53, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 07.11.95.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 3343

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de votos de congratulações aos cidadãos de Jaguapitã, na pessoa de seu Prefeito atual, Jazon Santana, pela passagem, neste dia, do 48º aniversário do Município.

Sala das Sessões, em 07.11.95.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

Os moradores de Jaguapitã, cidadãos

paranaenses como nós, comemoram hoje, 07 de novembro, os 48 anos de criação do pujante município.

Com quase meio século de existência, Jaguapitã descortina neste momento um futuro brilhante, construído no passado pelos seus pioneiros e alimentado no presente por todos que trabalham para que o município se mantenha nos trilhos do desenvolvimento.

Em 1947 nascia Jaguapitã, fruto do empenho dos cidadãos que na época aspiravam a independência como município.

E naquela vitoriosa luta o Paraná ganhava mais um município cujo perfil de progresso e atendimento das necessidades de sua população até hoje é mantido.

A quem nasceu e a quem mora em Jaguapitã as congratulações e os aplausos da Assembléia Legislativa do Paraná.

REQUERIMENTO N° 3346

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Voto de Louvor ao vice-Prefeito de Piraquara, Senhor Edson Esteves e ao Vereador Oriles Farias, que em ato de heroísmo salvaram uma família que colidiu seu veículo que acabou caindo em um rio na semana passada, mas felizmente esses dois homens públicos em um ato de bravura não deixaram acontecer mais uma tragédia em nosso Estado.

Requer ainda que após a sua aprovação dê-se ciência à Câmara Municipal de Piraquara.

Sala das Sessões, em 07.11.95.

(a) JOÃO TECHY

REQUERIMENTO N° 3296

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Pinhais, no sentido de desentupir valetas em frente ao n° 627, da Rua Francisco Eugênio Gomes Pereira, quando chove a rua fica toda alagada, causando grandes transtornos aos mesmos.

Sala das Sessões, em 07.11.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 3299

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Ramiro Wahrhaftig, Secretário de Estado da Educação, solicitando as seguintes informações:

- Qual será a situação dos professores de 1ª a 4ª séries nas escolas não muni-

cipalizadas, no ano de 1996, contratados através do Teste Seletivo.

- Se o tratamento a ser dispensado a esses professores levará em conta o tempo de serviço prestado através do mesmo contrato;
- Se as demais pessoas empregadas em função administrativa, também contratadas através do Teste Seletivo, terão o mesmo tratamento;
- Enfim, quais são os planos da Secretaria da Educação com relação ao pessoal pertinente à contratação via Teste Seletivo.

Sala das Sessões, em 07.11.95.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A solicitação se prende, Senhor Presidente, pela insegurança e incerteza em que se encontram os professores e demais servidores enquadrados nesta situação.

É preciso que o Estado se defina e se pronuncie a respeito, até para que essa importante parcela do nosso funcionalismo se tranqüilize e se programe, de acordo com o que foi decidido pela SEED.

REQUERIMENTO N° 3300

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER, que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, expediente solicitando a urgente recuperação da rodovia PR 151, principalmente o trecho que compreende Pirai do Sul a Jaguariaíva totalmente esburacada em função das chuvas, tornando a estrada extremamente perigosa.

Sala das Sessões, em 07.11.95.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO N° 3305

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Senhor Secretário de Estado Especial da FUNDEPAR, solicitando a construção de laboratório de ciências físicas e biológicas, no Colégio Estadual "Julio Teodorico", em Ponta Grossa, neste Estado.

Sala das Sessões, em 07.11.95.

(a) PÉRICLES DE MELLO

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Estadual "Júlio Teodorico", da cidade de Ponta Grossa, conta com o 2º Grau, desde 1993, e hoje atende mais de trezentos (300) alunos.

A primeira turma está concluindo o curso este ano e corre risco de não ser reconhecido pela Secretaria de Estado da Educação, por não ter o laboratório de

ciências físicas e biológicas.

O projeto da construção e instalação do referido laboratório já foi aprovado pela FUNDEPAR mais ainda não foram iniciadas as obras.

REQUERIMENTO N° 3306

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente ao Senhor Secretário de Estado Especial da FUNDEPAR, solicitando o fornecimento de móveis para equipar a Escola no Município de Porto Amazonas, neste Estado, para que a mesma possa funcionar.

Sala das Sessões, em 07.11.95.

(a) PÉRICLES DE MELLO

JUSTIFICATIVA:

A Prefeitura Municipal de Porto Amazonas, construiu, com recursos próprios, escola com cinco (5) salas de aula e as demais dependências.

Através do protocolado sob n° 2561122, solicitou à FUNDEPAR o fornecimento de móveis para equipar a escola a fim de que a mesma possa funcionar.

O presente requerimento visa solicitar à FUNDEPAR, agilização no atendimento do pleito da Prefeitura Municipal de Porto Amazonas, para que a escola possa funcionar com brevidade.

REQUERIMENTO N° 3307

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente ao Senhor Secretário de Estado Especial da FUNDEPAR, solicitando auxílio para o conserto da laje da Escola Leopoldo Guimarães da Cunha, no município de Ivaí.

Sala das Sessões, em 07.11.95.

(a) PÉRICLES DE MELLO

JUSTIFICATIVA:

A Prefeitura Municipal de Ivaí construiu, com recursos próprios, a Escola Leopoldo Guimarães da Cunha, para 5.ª e 8.ª séries.

Porém, atualmente, a mesma está apresentando problemas na laje e o conserto da mesma foi orçado em R\$ 49.000,00 recursos estes que a prefeitura não dispõe.

O presente requerimento visa solicitar à FUNDEPAR auxílio para a solução do problema, seja executando o trabalho ou liberando recursos para que a prefeitura possa fazê-lo.

REQUERIMENTO N° 3315

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais,

REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente à Senhora Thaísa Jansen Pereira, Mui Digna Superintendente da Receita Federal, solicitando a instalação de uma Estação Aduaneira Interior, no Município de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 07.11.95.

(a) SÂMIS DA SILVA

Apoiamento: Anibal Khury, João Techy, Joel Coimbra, Luiz Carlos Zuk, Cleiton Kielse, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Albornor Gomes, Augustinho Zucchi, Renato Adur, Toti Colaço, Orlando Pessuti, Algaci Túlio, Marquinhos Alves, Antonio Anibelli, Antonio Belinati, Walmor Trentini, Luiz Carlos Alborghetti, Basílio Zanusso, José Tavares, Edson Silva Lino e Cezar Silvestri.

JUSTIFICATIVA:

Os avanços das relações comerciais entre os países membros da MERCOSUL, fizeram com que esse mercado passasse a ser o segundo maior comprador de produtos brasileiros, superado apenas pelos Estados Unidos da América.

Não obstante isto, o comércio exportador de Foz do Iguaçu registrou, no corrente ano, violenta redução em suas atividades motivada principalmente pela estabilidade da taxa cambial, após a implantação do Plano Real, em que que pese o resíduo inflacionário ainda verificado. Pode-se afirmar, portanto, que a cidade de Foz do Iguaçu está na desconfortável posição de mera expectadora do extraordinário fluxo de mercadorias que diariamente passa pelas suas estradas e avenidas.

A instalação de uma Estação Aduaneira Interior-EADI, em Foz, possibilitará a armazenagem de mercadorias, para efetivação de sua exportação no momento oportuno, ou o seu entrestamento, ou mesmo a sua admissão no regime de Depósito Alfandegado Certificado-DAC, caso em que as mercadorias admitidas no regime seriam consideradas exportadas para todos os efeitos legais, tributários e creditícios.

Idênticos procedimentos poderiam ser adotados no sentido da importação, caso em que mercadorias importadas de outro País Membro do MERCOSUL poderiam ter tratamento aduaneiro semelhante ao mencionado no parágrafo anterior, à exceção do regime DAC.

Implantado esse recinto alfandegado, o empresariado de Foz do Iguaçu teria condições de reconquistar comercialmente a faixa fronteiriça do Paraguai e da Argentina, uma vez que o comércio existente nas imediações de Assunção e Buenos Aires estaria sendo atendida pelos distribuidores sediados naquelas capitais.

É oportuno salientar que o desenvolvi-

mento econômico de Foz do Iguaçu baseou-se, em um primeiro ciclo, na extração de madeira. A seguir, as terras desmatadas deram lugar à produção agrícola. Posteriormente, veio o ciclo da construção da Itaipu, que chegou a ter 42.000 trabalhadores. Por último, a fase do turismo e do comércio exportador.

A primeira fase esgotou-se por falta de madeira. A segunda, pela inexistência de terras de cultura, visto que sucessivos desmembramentos do município, reduziram drasticamente essas terras, restando praticamente apenas o Parque Nacional do Iguaçu e o perímetro urbano. A terceira fase, pela conclusão da represa de Itaipu. E a quarta fase em decorrência do Plano Real que está mantendo engessada a taxa cambial e que reduziu o poder aquisitivo da classe média brasileira, responsável pelo desempenho da nossa indústria de turismo.

Diante dessa situação, vemo-nos obrigados a admitir que o Município de Foz do Iguaçu não pode encontrar saída para essa crise através da produção agrícola, uma vez que faltam terras para isso. Tampouco pode atrair indústrias para a cidade, uma vez que a vizinha cidade - Ciudad del Este - oferece condições extremamente mais favoráveis para a implantação de indústrias, principalmente as multinacionais, tanto no tocante aos incentivos, como à legislação tributária, às condições de financiamento e à liberação cambial. Resta assim, o comércio com os demais países do MERCOSUL.

Vale aqui lembrar os ensinamentos de Peter Drucker, manifestados em seu livro "A Era da Descontinuidade", onde mostra que as atividades econômicas e administrativas estão em permanente mudança. E classifica essas mudanças como "adaptativas" e "evolutivas". As mudanças adaptativas garantem a sobrevivência mas somente as evolutivas possibilitam o sucesso.

As mudanças verificadas nas variáveis que regulam o mercado das atividades econômicas recomendam sejam, pelo menos, adotadas medidas adaptativas, para a sobrevivência do nosso comércio, até que condições de mercado permitam a adoção de medidas evolutivas.

Esses são os motivos que nos levam a requerer, como legítimos representantes que somos do Município de Foz do Iguaçu, a instalação de uma EADI naquela cidade, permitindo assim a continuidade do desen-

volvimento econômico daquela comunidade.

REQUERIMENTO N° 3323

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na qualidade de Coordenador do Bloco Parlamentar Municipalista, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, Cássio Taniguchi, fazendo acompanhar a documentação anexa, onde é formalizado o pedido de Recursos Financeiros aos Municípios do Estado do Paraná, para auxílio ao 13° salário de 1995, encaminhado pela A.M.P. - Associação dos Municípios do Paraná.

A documentação apresenta um demonstrativo do valor líquido da folha de pagamento referente o mês de setembro/95, de 345 municípios do Paraná com indicação das respectivas populações.

Sala das Sessões, em 07.11.95

(a) TOTI COLAÇO

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ-AMP

Ofício n° 257/95

Curitiba, 24 de outubro de 1995.

Senhor Presidente.

Em audiência no último dia 24, tivemos audiência com o Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, Cássio Taniguchi, onde formalizamos o pedido de recursos financeiros aos Municípios do Paraná para auxílio ao 13° salário de 1995. Tomamos a liberdade de solicitar de Vossa Excelência interceder junto ao Governo do Estado tal solicitação.

Anexo, encaminhamos demonstrativo do valor líquido da folha de pagamento referente o mês de setembro de 1995 de 345 Municípios do Paraná com indicação das respectivas populações, os quais nos repassaram elementos até a presente data.

Na oportunidade, apresentamos votos de consideração e apreço.

Cordialmente.

(a) Prefeito LUIZ DO AMARAL
Presidente

Exmo.Sr.

Deputado ANTÔNIO TOTI COLAÇO VAZ
Presidente do Bloco Parlamentar
Municipalista
Curitiba - PR

ASSOCIACAO DOS MUNICIPIO DO PARANA

Declarada de Utilidade Publica pela Lei Estadual nr. 5455 de 24.12.66
Praca Osorio, 400-4 andar- conj. 401 - Ed. Wawel - Fone: (041) 223-5733
FAX (041) 233-2357 - CEP 80.020-917 - Curitiba -Pr

LEVANTAMENTO DAS DESPESAS COM PESSOAL, (VALOR LIQUIDO DA FOLHA
NO MES DE SETEMBRO/95 - REFERENTE -OFICIO CIRCULAR NR 070/95-AMP
COM INDICACAO DA POPULACAO - RES 38/95 - IBGE

COD. MUNICIPIO	POPULACAO	FOLHA
001 ABATIA	10.335	55.382,88
002 ADRIANOPOLIS	8.002	86.031,02
003 AGUDOS DO SUL	6.360	45.118,46
004 A'MIRANTE TAMANDARE	69.899	403.673,88
005 ALTAMIRA DO PARANA	6.661	58.394,00
006 ALTO PARANA	11.595	86.301,01
007 ALTO PIQUIRI	11.474	73.994,00
008 ALTONIA	22.042	191.521,90
009 ALVORADA DO SUL	8.674	101.511,00
010 AMAPORA	4.132	55.494,16
011 AMPERE	12.718	94.049,19
012 ANAHY	3.400	25.545,72
013 ANDIRA	20.691	183.342,73
014 ANGULO	2.305	22.483,63
015 ANTONINA	17.265	95.491,84
016 ANTONIO OLINTO	8.165	36.564,52
017 APUCARANA	100.437	356.000,00
018 ARAPONGAS	68.205	302.082,52
019 ARAPOTI	22.069	168.813,80
020 ARARUNA	11.923	68.360,00
021 ARAUCARIA	65.170	1.470.801,98
022 ASSAI	19.696	151.255,00
023 ASSIS CHATEAUBRIAND	38.508	283.455,12
024 ASTORGA	22.695	119.053,51
025 ATALAIA	3.969	47.008,26
026 Balsa Nova	7.935	93.999,00
027 BANDEIRANTES	34.673	301.742,05
028 BARBOSA FERRAZ	16.746	89.300,00
029 BARRA DO JACARE	2.836	42.000,00

COD. MUNICIPIO	POPULACAO	FOLHA
030 BARRACAO	13.742	83.690,25
031 BELA VISTA DO PARAISO	15.271	82.500,00
032 BITURUNA	13.428	94.873,52
033 BOA ESPERANCA	6.687	70.000,00
034 BOA ESPERANCA DO IGUACU	3.807	31.485,65
035 BOA VISTA DA APARECIDA	10.251	47.772,15
036 BOCAIUVA DO SUL	7.489	73.402,84
037 BOM SUCESSO	6.373	31.254,88
038 BOM SUCESSO DO SUL	4.032	35.563,64
039 BORRAZOPOLIS	10.282	75.800,00
040 BRAGANEY	7.759	0,00
041 BRASILANDIA DO SUL	4.216	43.162,30
042 CAFEARA	2.158	33.780,00
043 CAFEZAL DO SUL	5.203	35.455,35
044 CAFELANDIA	8.545	123.120,26
045 CALIFORNIA	7.048	50.534,35
046 CAMBARA	21.133	124.102,70
047 CAMBE	78.016	635.000,00
048 CAMBIRA	6.109	58.600,00
049 CAMPINA DA LAGOA	19.872	119.635,00
050 CAMPINA GRANDE DO SUL	20.210	150.022,98
051 CAMPO BONITO	4.863	46.365,00
052 CAMPO DO TENENTE	5.486	47.405,26
053 CAMPO LARGO	76.622	619.132,28
054 CAMPO MOURAO	82.341	418.550,00
055 CANDIDO DE ABREU	22.828	81.199,50
056 CANDOI	19.735	57.000,00
057 CANTAGALO	26.938	137.609,51
058 CAPANEMA	17.638	145.823,59
059 CAPITAO LEONIDAS MARQUES	11.719	0,00
060 CARLOPOLIS	11.894	110.803,79

COD.	MUNICIPIO	POPULACAO	FOLHA
061	CASCADEL	205.908	0,00
062	CASTRO	67.679	535.146,87
063	CATANDUVAS	8.796	68.340,00
064	CENTENARIO DO SUL	13.734	85.326,69
065	CERRO AZUL	16.243	89.300,00
066	CEU AZUL	10.179	125.658,00
067	CF OPINZINHO	19.435	134.082,00
068	CIANORTE	50.373	340.477,06
069	CIDADE GAUCHA	8.552	65.000,00
070	CLEVELANDIA	18.264	191.182,46
071	COLOMBO	131.327	885.029,63
072	COLORADO	19.822	165.424,90
073	CONGONHINHAS	7.684	53.539,56
074	CONSELHEIRO MAIRINCK	3.460	47.822,98
075	CONTENDA	11.878	80.651,34
076	CORBELIA	15.785	95.044,09
077	CORNELIO PROCOPIO	49.281	613.429,95
078	CORONEL VIVIDA	24.893	128.228,65
079	CORUMBATAI DO SUL	5.949	45.200,00
080	CRUZ MACHADO	17.310	121.482,67
081	CRUZEIRO DO IGUACU	5.191	48.479,47
082	CRUZEIRO DO OESTE	22.928	142.280,42
083	CRUZEIRO DO SUL	4.812	38.117,28
084	CURITIBA	1.386.692	0,00
085	CURIUVA	10.602	51.192,98
086	DIAMANTE DO NORTE	7.312	72.341,48
087	DIAMANTE DO OESTE	8.287	65.453,14
088	DIAMANTE DO SUL	4.374	50.000,00
089	DOIS VIZINHOS	30.874	269.860,00
090	DOURADINA	5.891	68.770,47
091	DOUTOR CAMARGO	5.711	69.042,51

COD. MUNICIPIO	POPULACAO	FOLHA
092 DOUTOR ULYSSES	5.053	24.400,00
093 ENEAS MARQUES	7.173	76.591,86
094 ENGENHEIRO BELTRAO	14.521	102.367,00
095 ENTRE RIOS DO OESTE	2.834	31.858,98
096 FAROL	4.630	43.004,00
097 FAXINAL	17.862	101.950,77
098 FAZENDA RIO GRANDE	26.410	114.480,28
099 FENIX	5.384	34.871,00
100 FIGUEIRA	9.676	57.756,00
101 FLOR DA SERRA DO SUL	5.214	30.406,69
102 FLORAI	5.287	73.127,68
103 FLORESTA	4.580	35.345,19
104 FLORESTOPOLIS	11.875	86.883,19
105 FLORIDA	2.120	48.000,00
106 FORMOSA DO OESTE	10.660	68.061,41
107 FOZ DO IGUACU	206.265	0,00
108 FRANCISCO ALVES	8.244	54.354,45
109 FRANCISCO BELTRAO	64.735	453.110,00
110 GENERAL CARNEIRO	11.918	74.270,10
111 GODOY MOREIRA	4.764	42.348,37
112 GOIOERE	39.710	299.300,00
113 GRANDES RIOS	11.070	89.824,12
114 GUAIRA	30.317	135.888,29
115 GUAIRACA	5.000	46.010,79
116 GUAPIRAMA	3.984	44.475,77
117 GUAPOREMA	2.201	22.617,80
118 GUARACI	5.497	47.593,17
119 GUARANIACU	20.833	114.704,60
120 GUARAPUAVA	148.269	0,00
121 GUARAQUECABA	7.835	81.839,37
122 GUARATUBA	18.804	173.642,78
123 HONORIO SERPA	8.150	52.560,00

COD. MUNICIPIO		POPULACAO	FOLHA
124	IBAITI	25.221	140.000,00
125	IBEMA	6.391	39.342,82
126	IBIPORA	37.156	298.000,00
127	ICARAIMA	10.901	73.729,46
128	IGUARACU	3.165	48.339,76
129	IGUATU	2.922	20.180,37
130	IMBITUVA	27.069	115.573,51
131	INACIO MARTINS	14.393	102.200,00
132	INAJA	2.617	28.282,16
133	INDIANOPOLIS	3.913	42.900,05
134	IPIRANGA	13.154	74.774,01
135	IPORA	18.133	95.898,00
136	IRACEMA DO OESTE	3.178	31.722,69
137	IRATI	50.559	252.501,07
138	IRETAMA	14.401	85.827,00
139	ITAGUAJE	5.007	29.925,21
140	ITAIPULANDIA	3.746	67.764,01
141	ITAMBARACA	10.260	57.871,71
142	ITAMBE	6.112	60.308,93
143	ITAPEJARA DO OESTE	8.698	62.232,00
144	ITAPERUCU	11.362	69.159,37
145	ITAUNA DO SUL	4.768	44.270,45
146	IVAI	11.562	70.000,00
147	IVAIPORA	40.845	200.000,00
148	IVATE	7.040	39.122,77
149	IVATUBA	2.485	22.351,05
150	JABOTI	4.206	33.574,14
151	JACAREZINHO	41.290	189.807,18
152	JAGUAPITA	10.205	41.000,00
153	JAGUARIAIVA	26.270	215.180,00
154	JANDAIA DO SUL	18.787	83.120,18

COD. MUNICIPIO	POPULACAO	FOLHA
155 JANIOPOLIS	9.506	70.000,00
156 JAPIRA	4.646	27.171,20
157 JAPURA	7.278	64.840,00
158 JARDIM ALEGRE	12.213	110.000,00
159 JARDIM OLINDA	1.421	17.128,10
160 JATAIZINHO	10.527	86.690,39
161 JESUITAS	11.694	68.738,69
162 JOAQUIM TAVORA	9.762	48.050,48
163 JUNDIAI DO SUL	3.800	37.172,24
164 JURANDA	8.695	30.164,00
165 JUSSARA	6.116	58.997,55
166 KALORE	5.910	86.450,00
167 LAPA	40.199	251.599,93
168 LARANJAL	6.761	35.440,54
169 LARANJEIRAS DO SUL	31.384	271.619,53
170 LEOPOLIS	4.576	58.100,00
171 LIDIANOPOLIS	6.115	33.392,26
172 LINDOESTE	6.159	37.860,60
173 LOANDA	17.091	95.163,80
174 LOBATO	3.938	47.600,00
175 LONDRINA	411.938	3.100.000,00
176 LUIZIANA	9.021	63.987,00
177 LUNARDELLI	6.744	67.004,00
178 LUPIONOPOLIS	4.286	50.727,95
179 MALLET	12.337	73.875,73
180 MAMBORE	16.215	92.896,00
181 MANDAGUACU	14.865	94.048,00
182 MANDAGUARI	29.674	149.529,33
183 MANDIRITUBA	14.093	66.758,69
184 MANGUEIRINHA	18.901	135.763,00
185 MANOEL RIBAS	10.888	95.489,56
186 MARECHAL CANDIDO RONDON	34.022	283.206,11

COD. MUNICIPIO	POPULACAO	FOLHA
187 MARIA HELENA	7.558	60.392,59
188 MARIALVA	23.904	138.011,21
189 MARILANDIA DO SUL	9.143	78.000,00
190 MARILENA	6.648	47.467,75
191 MARILUZ	10.629	57.486,50
192 MARINGA	258.094	3.050.000,00
193 MARIOPOLIS	6.353	53.028,02
194 MARIPA	6.491	42.374,14
195 MARMELEIRO	15.521	79.000,00
196 MARUMBI	4.506	38.869,81
197 MATELANDIA	12.397	106.759,94
198 MATINHOS	11.958	141.501,83
199 MATO RICO	6.211	0,00
200 MAUA DA SERRA	4.480	45.000,00
201 MEDIANEIRA	39.074	0,00
202 MERCEDES	4.075	40.496,57
203 MIRADOR	2.446	26.791,07
204 MIRASELVA	5.119	45.000,00
205 MISSAL	9.974	94.550,11
206 MOREIRA SALLES	16.366	80.378,00
207 MORRETES	13.000	0,00
208 MUNHOZ DE MELLO	3.265	41.731,89
209 NOSSA SENHORA DAS GRACAS	3.345	34.624,53
210 NOVA ALIANCA DO IVAI	1.262	22.476,28
211 NOVA AMERICA DA COLINA	3.946	42.000,00
212 NOVA AURORA	14.913	0,00
213 NOVA CANTU	11.131	64.500,00
214 NOVA ESPERANCA	24.445	174.984,16
215 NOVA ESPERANCA DO SUDOESTE	5.193	42.632,12
216 NOVA FATIMA	8.464	84.100,00
217 NOVA LARANJEIRAS	12.382	57.000,00

COD. MUNICIPIO	POPULACAO	FOLHA
218 NOVA LONDRINA	13.001	107.964,52
219 NOVA OLIMPIA	5.188	43.561,51
220 NOVA PRATA DO IGUACU	10.402	60.134,06
221 NOVA SANTA BARBARA	3.581	32.283,09
222 NOVA SANTA ROSA	7.109	0,00
223 NOVA TEBAS	16.928	80.176,00
224 NOVO ITACOLOMI	3.308	28.008,30
225 ORTIGUEIRA	24.655	95.372,68
226 OURIZONA	3.375	30.724,22
227 OURO VERDE D'OESTE	5.696	0,00
228 PAICANDU	23.452	138.862,96
229 PALMAS	37.255	217.093,32
230 PALMEIRA	30.688	202.124,19
231 PALMITAL	17.813	99.722,56
232 PALOTINA	24.539	0,00
233 PARAISO DO NORTE	9.371	49.750,00
234 PARANACITY	8.609	54.173,43
235 PARANAGUA	114.025	796.959,67
236 PARANAPOEMA	2.570	29.808,63
237 PARANAVAI	71.803	397.280,48
238 PATO BRAGADO	3.426	0,00
239 PATO BRANCO	54.790	411.822,98
240 PAULA FREITAS	4.719	36.919,67
241 PAULO FRONTIN	6.864	37.712,73
242 PEABIRU	13.630	120.000,00
243 PEROLA	13.702	85.590,68
244 PEROLA DO OESTE	11.160	83.000,00
245 PIEN	8.178	45.181,56
246 PINHAIS	81.842	502.969,83
247 PINHAL DO SAO BENTO	2.758	18.779,21
248 PINHALAO	5.155	32.271,91
249 PINHAO	35.380	271.506,66

COD. MUNICIPIO	POPULACAO	FOLHA
250 PIRAI DO SUL	20.284	120.560,00
251 PIRAQUARA	33.994	374.267,88
252 PITANGA	45.332	252.260,95
253 PITANGUEIRAS	2.320	33.778,10
254 PLANALTINA DO PARANA	3.649	36.669,81
255 PLANALTO	13.744	88.214,72
256 PONTA GROSSA	245.679	927.947,95
257 PORECATU	15.574	201.207,01
258 PORTO AMAZONAS	3.746	23.638,98
259 PORTO RICO	2.890	35.700,87
260 PORTO VITORIA	3.816	39.559,19
261 PRANCHITA	7.706	77.300,00
262 PRESIDENTE CASTELO BRANCO	3.269	0,00
263 PRIMEIRO DE MAIO	11.463	102.484,66
264 PRUDENTOPOLIS	49.671	207.000,00
265 QUATIGUA	5.833	43.785,59
266 QUATRO BARRAS	10.566	97.041,51
267 QUATRO PONTES	3.544	27.723,59
268 QUEDAS DO IGUACU	31.842	175.484,00
269 QUERENCIA DO NORTE	10.964	89.758,00
270 QUINTA DO SOL	5.038	55.460,00
271 QUITANDINHA	15.064	51.437,11
272 RAMILANDIA	3.384	0,00
273 RANCHO ALEGRE	4.334	45.000,00
274 RANCHO ALEGRE DO OESTE	4.025	37.279,00
275 REALEZA	15.614	122.469,36
276 REBOUCAS	13.528	72.262,39
277 RENASCENCA	7.459	57.672,04
278 RESERVA	25.349	112.316,48
279 RIBEIRAO CLARO	10.948	91.324,00
280 RIBEIRAO DO PINHAL	13.699	69.541,45

COD. MUNICIPIO	POPULACAO	FOLHA
281 RIO AZUL	12.962	68.448,23
282 RIO BOM	4.034	62.275,18
283 RIO BONITO DO IGUACU	5.200	46.000,00
284 RIO BRANCO DO SUL	29.099	231.991,11
285 RIO NEGRO	27.802	258.577,66
286 ROLANDIA	41.919	274.131,00
287 RINCADOR	16.493	82.000,00
288 RONDON	7.744	71.856,85
289 ROSARIO DO IVAI	8.874	72.320,83
290 SABAUDIA	5.355	40.318,11
291 SALGADO FILHO	10.855	72.466,05
292 SALTO ITARARE	6.113	36.845,00
293 SALTO DO LONTRA	13.326	85.915,24
294 SANTA AMELIA	4.682	34.800,00
295 SANTA CECILIA DO PAVAO	4.729	41.164,97
296 SANTA FE	8.374	55.000,00
297 SANTA HELENA	17.176	0,00
298 SANTA INES	1.839	26.120,05
299 SANTA IZABEL DO IVAI	8.816	76.957,80
300 SANTA IZABEL DO OESTE	11.392	105.931,09
301 SANTA LUCIA	4.530	34.270,32
302 SANTA MARIA DO OESTE	13.653	43.356,75
303 SANTA MARIANA	14.560	111.372,00
304 SANTA MONICA	2.893	29.300,00
305 SANTA TEREZA D'OESTE	5.881	34.294,60
306 SANTA TEREZINHA DO ITAIPU	14.783	169.437,00
307 SANTANA DO ITARARE	5.426	49.308,00
308 SANTO ANTONIO DA PLATINA	39.123	149.472,24
309 SANTO ANTONIO DO CAIUA	2.800	40.112,91
310 SANTO ANTONIO DO PARAISO	2.239	51.850,67
311 SANTO ANTONIO DO SUDOESTE	16.904	113.500,00
312 SANTO INACIO	5.463	0,00

COD. MUNICIPIO	POPULACAO	FOLHA
313 SAO CARLOS DO IVAI	5.030	0,00
314 SAO JERONIMO DA SERRA	12.777	93.000,00
315 SAO JOAO	12.440	109.240,92
316 SAO JOAO DO CAIUA	5.475	40.237,77
317 SAO JOAO DO IVAI	16.038	103.892,00
318 SAO JOAO DO TRIUNFO	12.872	71.021,24
319 SAO JORGE DO IVAI	9.243	70.750,63
320 SAO JORGE DO OESTE	5.438	116.109,00
321 SAO JORGE DO PATROCINIO	8.786	41.557,19
322 SAO JOSE DA BOA VISTA	8.180	47.291,59
323 SAO JOSE DAS PALMEIRAS	5.036	0,00
324 SAO JOSE DOS PINHAIS	141.493	874.566,30
325 SAO MANOEL DO PARANA	2.125	34.000,00
326 SAO MATEUS DO SUL	35.011	187.778,61
327 SAO MIGUEL DO IGUACU	18.415	0,00
328 SAO PEDRO DO IGUACU	9.117	0,00
329 SAO PEDRO DO IVAI	8.975	92.637,53
330 SAO PEDRO DO PARANA	2.922	39.872,78
331 SAO SEBASTIAO DA AMOREIRA	8.387	61.327,28
332 SAO TOME	4.603	55.545,59
333 SAPOPEMA	6.823	42.521,83
334 SARANDI	50.693	200.000,00
335 SAUDADE DO IGUACU	4.392	39.222,79
336 SENEGES	15.667	77.073,49
337 SERTANEJA	6.631	81.878,06
338 SERTANOPOLIS	13.755	135.640,00
339 SIQUEIRA CAMPOS	13.693	61.446,00
340 SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO	10.305	59.376,17
341 SULINA	4.699	48.953,63
342 TAMBOARA	4.401	42.871,18
343 TAPEJARA	11.934	61.943,23
344 TAPIRA	7.638	47.230,01

COD. MUNICIPIO	POPULACAO	FOLHA
345 TEIXEIRA SOARES	14.181	110.009,12
346 TELEMACO BORBA	68.635	548.036,10
347 TERRA BOA	13.715	85.133,00
348 TERRA RICA	13.388	113.361,06
349 TERRA ROXA	17.767	0,00
350 TIBAGI	17.345	95.704,27
351 TIJUCAS DO SUL	10.795	96.261,19
352 TOLEDO	91.195	623.299,96
353 TOMAZINA	10.848	57.007,75
354 TRES BARRAS DO PARANA	13.643	0,00
355 TUNAS DO PARANA	2.759	44.970,00
356 TUNEIRAS DO OESTE	11.020	65.081,98
357 TUPASSI	8.490	0,00
358 TURVO	14.308	65.779,62
359 UBIRATA	26.565	171.032,00
360 UMUARAMA	88.824	650.000,00
361 UNIAO DA VITORIA	46.496	302.959,37
362 UNIFLOR	2.559	0,00
363 URAI	13.163	85.104,96
364 VENTANIA	6.700	35.203,83
365 VERA CRUZ DO OESTE	10.933	90.764,11
366 VERE	9.820	63.547,68
367 VILA ALTA	4.312	45.274,10
368 VIRMOND	3.463	21.112,02
369 VITORINO	6.418	42.531,00
370 WENCESLAU BRAZ	19.088	87.252,92
371 XAMBRE	7.855	56.254,65
TOTAL:		46.354.502,00

MUNICIPIOS CADASTRADOS
REPRESENTACAO (371 MUNICIPIOS)
MEDIA DA FOLHA DOS 345 MUNICIPIOS

345
92,99
134.360,88

TOTAL DE MUNICÍPIOS POR FAIXA
DE HABITANTES

FAIXA DE HABITANTES QTE

1	A	5.000	79
5.001	A	10.000	100
10.001	A	15.000	78
15.001	A	20.000	36
20.001	A	25.000	16
25.001	A	30.000	10
30.001	A	35.000	8
35.001	A	40.000	8
40.001	A	45.000	4
45.001	A	50.000	4
50.001	A	55.000	4
55.001	A	60.000	0
60.001	A	65.000	1
65.001	A	70.000	5
70.001	A	75.000	1
75.001	A	80.000	2
80.001	A	85.000	2
85.001	A	90.000	1
90.001	A	95.000	1
95.001	A	100.000	0
100.001	A	150.000	5
150.001	A	200.000	0
200.001	A	300.000	4
MAIS DE 300.001			2

TOTAL DE MUNICÍPIOS 371

REQUERIMENTO N° 3337

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de tomar providências quanto a implantação de rede de água e esgoto na Av. Marginal, proximidades do n° 15 - Vila Maria do Rosário, em Colombo, tendo em vista que a rede de energia elétrica já foi implantada, somente faltando esse outro benefício. O pedido prende-se ao fato de que há algumas famílias necessitando residir nessa região, porém como não se dispõe desse benefício no local, torna-se inviável fixar residência naquele lugar. Pede-se uma especial atenção quanto a viabilização nessa obra que somente trará benefícios para o Município.

Sala das Sessões, em 07.11.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 3338

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Empresa Bra-

sileira de Correios e Telégrafos - CORREIOS, no sentido de colocar carteiro no Jardim Seccon, bairro Timbu, em Campina Grande do Sul, o que seria de grande benefício para os moradores.

Sala das Sessões, em 07.11.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 3339

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua à Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, no sentido de verificar a queda de energia que vem ocorrendo diariamente no Jardim Seccon, bairro Timbu, em Campina Grande do Sul.

Segundo os moradores, vários aparelhos eletro-domésticos queimaram devido a este problema.

Sala das Sessões, em 07.11.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 3340

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor INGO HENRIQUE HUBERT, Mui Digno Diretor Presidente da COPEL, solicitando a construção de uma SUBESTAÇÃO DA COPEL, no Município de Ivaté.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado a Senhora Elmida Panazzolo, Prefeita de Ivaté (Av. Rio de Janeiro, 2572); aos Vereadores Lourival Pestana, Presidente da Câmara Municipal; Pedro Nunes Navarro; José Chalegre; Laudemir Santin; Carmelita Lima Sgravato; Edgard Rodrigues Monção; Missael Alves da Silva; Neide M. Selito e Odemir José Anselmo de Souza (Rua Loanda s/n) CEP 87519-000; ao Deputado Federal Alexandre Ceranto (Câmara Federal, Anexo IV Gabinete 948 - Brasília - DF, CEP: 70169-970).

Sala das Sessões, em 07.11.95.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A presente proposta fundamenta-se em reivindicação recebida do Legislativo Municipal de Ivaté, através dos Senhores Vereadores José Chalegre e Pedro Nunes Navarro, quando ressaltam a importância da mencionada obra.

A população de Ivaté enfrenta dificuldades pela ausência deste serviço, pois as constantes chuvas trazem sérios transtornos à população, com freqüentes quedas de energia, que só são solucionadas depois de longo tempo, através de contatos com os Municípios que detém a subestação.

REQUERIMENTO N° 3341

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor DENI LINEU SCHWARTZ, Mui Digno Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a DESTINAÇÃO DA PATRULHA MECANIZADA, para readequação das estradas rurais e vias urbanas sem pavimentação, no Município de Ivaté.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado a Senhora Elmida Panazzolo, Prefeita de Ivaté (Av. Rio de Janeiro, 2572); aos Vereadores Lourival Pestana, Presidente da Câmara Municipal; Pedro Nunes Navarro; José Chalegre; Laudemir Santin; Carmelita Lima Sgravato; Edgard Rodrigues Monção; Missael Alves da Silva; Neide M. Selito e Odemir José Anselmo de Souza (Rua Loanda s/n) CEP 87519-000; ao Deputado Federal Alexandre Ceranto (Câmara Federal, Anexo IV Gabinete 948 - Brasília - DF, CEP: 70169-970).

Sala das Sessões, em 07.11.95.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A presente proposta fundamenta-se em reivindicação recebida do Legislativo Municipal de Ivaté, através dos Senhores Vereadores José Chalegre e Pedro Nunes Navarro, que justificam a necessidade da Patrulha Mecanizada para a execução dos trabalhos de readequação nas estradas rurais e vias urbanas, naquele Município.

REQUERIMENTO N° 3342

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor DENI LINEU SCHWARTZ, Mui Digno Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a CONSTRUÇÃO DE 5 ABRIGOS DE ÔNIBUS, sendo 3 deles na Sede do Município e 2 no Distrito de Herculanã.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado a Senhora Elmida Panazzolo, Prefeita de Ivaté (Av. Rio de Janeiro, 2572); aos Vereadores Lourival Pestana, Presidente da Câmara Municipal; Pedro Nunes Navarro; José Chalegre; Laudemir Santin; Carmelita Lima Sgravato; Edgard Rodrigues Monção; Missael Alves da Silva; Neide M. Selito e Odemir José Anselmo de Souza (Rua Loanda s/n) CEP 87519-000; ao Deputado Federal Alexandre Ceranto (Câmara Federal, Anexo IV Gabinete 948 - Brasília - DF, CEP: 70169-970).

Sala das Sessões, em 07.11.95.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A presente proposta fundamenta-se em

reivindicação recebida do Legislativo Municipal de Ivaté, através dos Senhores Vereadores José Chalegre e Pedro Nunes Navarro, que justificam as necessidades dos referidos abrigos.

A falta de local coberto para as pessoas esperarem o ônibus é um problema que o Município vem enfrentando há tempos, pois os passageiros que em sua maioria são estudantes e funcionários da usina, sofrem consequências principalmente em dias de chuva, quando a necessidade de abrigar-se é maior.

REQUERIMENTO N° 3345

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, após a ouvida do Plenário, REQUEREM seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, com cópias aos Excelentíssimos Senhores Ministros de Estado da Educação e da Saúde, nos termos a seguir enunciados:

"Os Deputados Estaduais do Estado do Paraná vêm respeitosamente perante V.Exa. manifestar sua apreensão e preocupação em relação à trágica situação que atualmente vitima do Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná.

Conhecido como HC, esta importante instituição sempre se caracterizou como Centro de Excelência no atendimento à saúde da população brasileira, em especial do Paraná. Necessário lembrar que o HC é o maior hospital público do Estado do Paraná, oferecendo o maior número de leitos e de salas cirúrgicas disponíveis ao SUS. O HC responde sozinho por uma demanda de 20% de todos os atendimentos do SUS em Curitiba e Região Metropolitana. Se referenciou, em que pese a histórica falta de recursos, como centro internacional na área do transplante de Medula Óssea.

Entretanto, nosso HC vive hoje a sua pior crise financeira, face a inequívoca redução dos repasses do SUS e pela inexplicável diferenciação de tratamento recebida pelo mesmo em relação aos demais Hospitais Universitários do país. Possuindo atualmente 3.564 funcionários, quadro considerado enxuto em se tomando como paradigma Centros de Saúde de 1° Mundo, está o HC incapacitado de efetuar o pagamento de 62% deste pessoal. Do total exposto, apenas 1.372 funcionários (38%) pertencem ao quadro de servidores do Ministério da Educação. O restante, exatamente 2.192 funcionários (62%), são contratados pela Fundação de Apoio ao HC, ato absolutamente inadiável face o trabalho envolvendo vidas humanas e ao mesmo tempo injusto com a estrutura de Hospital Público e Universitário, eis que, em todo o país, em média

apenas 30% do pessoal dos demais Hospitais Universitários é contratado via Fundação de Apoio.

Até o mês de junho de 1994, ainda foi possível à Direção do HC conciliar o gasto de pessoal com a manutenção das atividades hospitalares, através dos recursos recebidos via SUS. Desde a data citada, entretanto, vem o HC acumulando inadmissíveis déficits orçamentários, face a já exposta arrecadação via SUS ter diminuído sensivelmente e pela inexistência de recursos do Ministério da Educação para a instituição.

Nesse sentido, não haverá outra alternativa à Direção do HC que não a suspensão de diversas atividades e procedimentos. Infelizmente, a primeira vítima desta tragédia será a população humilde do Estado do Paraná e Estados vizinhos. Para se ter uma idéia do impacto da crise, basta expor que, em 1994, o HC/UFPR respondeu por 60% dos transplantes de Medula Óssea realizados no país; recebeu e recebe mensalmente 2.000 pacientes, tendo efetuado em torno de 80.000 atendimentos ambulatoriais. Ocupa, assim, o 2º lugar do país em internações, o 4º em consultas ambulatoriais e o 3º em cirurgias entre os hospitais universitários brasileiros. Além disso, o HC/UFPR atende ainda 1.500 alunos do curso de graduação na área das Ciências da Saúde e possui ainda centena de médicos residentes, produzindo ainda pesquisas de ponta de nível internacional nas áreas de medula óssea, cordão umbilical e autotransplante.

Pela gravidade da situação exposta, e pela fundamental importância que o HC/UFPR assume para o Estado do Paraná, os deputados estaduais paranaenses, de forma unitária, solicitam a V.Exa. providências para a manutenção do funcionamento desta Instituição, no sentido da resolução da crise administrativa do HC através da contratação dos servidores atualmente vinculados à Fundação de Apoio pela União Federal, reestruturando, assim, a responsabilidade pelo financiamento da instituição. A reestruturação funcional requerida e a destinação das verbas necessárias para a manutenção adequada da instituição são essenciais para a continuidade do atendimento que o HC/UFPR sempre prestou, com competência e dignidade, a toda a população do Paraná. E é o apelo que, em uníssono, todos os Deputados Estaduais do Paraná fazem a V.Exa."

Sala das Sessões, em 07.11.95.

(aa) ANIBAL KHURY e ÂNGELO VANHONI

Apoiamento: Albanor Gomes, Algaci Túlio, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Toti Colaço, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Carlos Simões, Sâmis da Silva, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Edgard Bue-

no, Edno Guimarães, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, João Tecchy, Joel Coimbra, Durval Amaral, Marquinhos Alves, José Maria Ferreira, Edson Silva Lino, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Carlos Alborghetti, Caíto Quintana, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Accorsi, Luiz Cláudio Romanelli, Milton Puppio, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Tureck, Nelson Justus, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles de Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sérgio Spada, Valdir Rossoni e Walmor Trentini.

REQUERIMENTO N° 3349

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado dos Transportes, Senhor Deni Schwartz, solicitando estudo no sentido de executar a pavimentação asfáltica na estrada que liga o Município de Cantagalo, ao atual distrito e futuro município de Goioxim.

Sala das Sessões, em 07.11.95.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

O presente pedido visa atender uma reivindicação dos moradores daquela localidade, que ficam isolados em dia de chuva, pois a estrada que liga até a sede do Município de Cantagalo é longa, com trechos íngremes e com barreiras de toda ordem.

O Distrito de Goioxim tem mais de noventa anos de existência e está prestes a se emancipar. Sua economia é dinâmica, voltada para a extração de madeira e a agropecuária.

Para que possa tirar dali sua produção e para a potencialização de sua economia, estrada é de vital importância.

Nos dias de chuvas é quase impossível chegar ou sair de Goioxim, isso implica até em abandonar pessoas doentes a mercê da sorte.

Com o apoio dos colegas Deputados e com a sensibilidade do governo do Paraná, este distrito terá em breve sua ligação asfáltica.

REQUERIMENTO N° 3350

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Senhor Governador e à Companhia Paranaense de Energia Elétrica, COPEL, para que envide esforços no sentido de otimizar o fornecimento de energia elétrica tanto de alta como de baixa tensão,

ao futuro município e atual Distrito de Goioxim, em Cantagalo.

Sala das Sessões, em 07.11.95.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

O presente pedido visa atender uma reivindicação daquela comunidade, já que tem sofrido com quedas constantes de fornecimento, deficiência no serviço de alta tensão, o que inviabiliza a instalação de máquinas com alto consumo, além do postea-mento desuniforme no perímetro urbano.

REQUERIMENTO N° 3303

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja transcrito nos Anais da Casa, o inteiro teor do artigo "NEGI CALIXTO, um Grande Juiz", de autoria de Noeval de Quadros, publicado no Jornal Gazeta do Povo, de hoje, 06.11.95.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Senhor Noeval de Quadros, assim como, aos familiares do extinto Desembargador Negi Calixto.

Sala das Sessões, em 07.11.95.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 472/95

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica autorizada a alienação pela via jurídica adequada e mediante o preenchimento das formalidades legais, das ações pertencentes ao Banco do Estado do Paraná S.A., junto ao Banco Del Paraná S.A.

Parágrafo Único - Para a venda de que trata o caput deste artigo, o Banco do Estado do Paraná S.A., procederá a avaliação através de empresa de consultoria/auditoria independente para fixação do preço mínimo.

Art. 2° - A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através de uma Comissão Especial, designada pelo Presidente, acompanhará todas as fases da transação. Sendo-lhe facultada a requisição de qualquer informação ou documento.

Parágrafo Único - O comprador assumirá todos os encargos do Banco Del Paraná S.A., eximindo o BANESTADO de qualquer responsabilidade futura e franqueará à Assembléia Legislativa todos os documentos e informações relativos às operações realizadas pelo Banco até a data da transferência.

Art. 3° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Lei n°

8664/87, e demais disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.11.95.

(aa) CAÍTO QUINTANA

ANGELO VANHONI

PROJETO DE LEI N° 473/95

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica autorizado o Poder Executivo, através da Secretaria de Estado da Comunicação Social, a criar um programa diário, a ser veiculado pela TVE sobre as atividades da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

§ 1° - O programa será exibido diariamente no horário entre 18:00 e 20:00 horas, com um mínimo de duração de 30 (trinta) minutos.

§ 2° - O programa deverá conter: A Ordem do Dia; A frequência dos Deputados. Os assuntos que foram debatidos no dia; entrevistas com Parlamentares; Informações da Sessão Plenária; Atividades das Comissões Internas da Casa etc.

Art. 2° - Esta Lei deverá ser regulamentada no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 3° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.11.95.

(a) TOTI COLAÇO

JUSTIFICATIVA:

Faz-se necessário que toda a comunidade se intere do que ocorre em nosso meio político.

Na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, ocorrem decisões que afetam toda a população.

Nada mais justo, portanto, que o povo tenha acesso ao discurso proferido por nossos parlamentares, e mais, seja informado com exatidão dos fatos, com isenção, de todas as atividades de nossa Casa de Leis.

Portanto, esperamos total acolhimento desta proposta por esta colenda Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N° 474/95

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao Doutor André Zacharow.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.11.95.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

ANDRÉ ZACHAROW, nasceu em Jaguariaíva-Paraná, em 07 de julho de 1939, filho de Júlio Zacharow e Altina Zacharow, casado com a Senhora Eunice Lukaszewski Zacharow, tendo uma filha médica, Doutora Tatiana Zacharow.

Com residência à Rua Almirante Gonçalves, nº 2.107 - bairro Rebouças, Curitiba.

Doutor André tem formação Universitária em economia e direito pela Universidade Federal do Paraná, turmas de 1962 e 1964, respectivamente.

Dentre os cursos de pós-graduação, destacamos:

- Curso de especialização em problemas do Desenvolvimento Econômico-CEPAL/BNDES - 1985.

- Curso de Especialização em Programação Industrial- ILPES/BNDES - 1967.

- Curso de Especialização para Técnicos em Instituições Financeiras - 1967 - BNDES.

Na vida profissional, desempenhou as seguintes atividades:

- Economista do BADEP - 1963 - 1987;
- Chefe do Departamento de Operações Industriais do BADEP - 1963- 1974;

- Diretor Técnico do BADEP - 1974- 1979;

- Diretor Vice-Presidente Executivo - BADEP - 1981 - 1983;

- Diretor de Operações do BNDESPAR, subsidiária do BNDES - 1979- 1981- Rio de Janeiro:

- Auditor Chefe da Itaipu Binacional;

- Diretor Superintendente da Fundação Itaipu- BR de Previdência e Assistência Social- 1983- 1994;

- Presidente da Sociedade Evangélica Beneficente de Curitiba - SEB, mantenedora do Hospital Evangélico de Curitiba- HEC, Faculdade Evangélica de Medicina do Paraná- FEMPAR, e Colégio Evangélico de Enfermagem- CEE, desde 1988;

- Professor Adjunto de Economia Brasileira na Universidade Federal do Paraná- UFPR, desde 1969;

- Atualmente é Diretor do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul- BRDE.

Doutor André Zacharow sempre foi um cidadão preocupado com o Desenvolvimento do Brasil, quando exercia funções na área Federal, e do Paraná, onde exerceu vários cargos importantes.

Na carreira profissional, durante os anos que exerceu cargos de direção no BADEP e na EMBRAMEC sua atuação era voltada para o estímulo ao fomento no Paraná (e através da EMBRAMEC ao Brasil), mediante o apoio prestado aos investimentos voltados para industrialização do País e do Estado.

Em sua atuação não se descuidava do exame metódico dos méritos de cada pro-

jeto financiado ou apoiado pelo BADEP e EMBRAMEC, quanto à geração de empregos e arrecadação de impostos.

Na década de 70 e meados de 80, o modelo econômico adotado, visava tanto a substituição das importações como o aumento da renda do trabalhador e a realização de obras de infra-estrutura e melhor distribuição de renda então gerada.

Com a criação do PIS/PASEP e constituição do FAT, com objetivos de propiciar renda complementar ao trabalhador e recursos àqueles que viessem perder o emprego, as agências oficiais de fomento passaram a criar e aplicar recursos para investimentos de âmbito social e infra-estrutura.

Tendo participação efetiva do Doutor André.

Como Presidente da Sociedade Evangélica Beneficente, desde 1988, desenvolveu projetos em favor da comunidade, proporcionando às unidades mantidas como o Hospital Evangélico, Faculdade Evangélica de Medicina e Colégio Evangélico de Enfermagem, um desenvolvimento ágil em aparelhamentos e saneamento das finanças.

Na gestão do Doutor André, o HEC, estendeu suas atividades com a implantação de um plano de saúde próprio, implantação de Centro de Pós-Graduação em cirurgia com aquisição de modernos equipamentos, a reestruturação do centro cirúrgico, ala de queimados, ala infantil e uma nova dinâmica na administração de todas as unidades mantidas.

Exercendo atualmente, também a função de Diretor do BRDE, Banco Regional do Extremo Sul, instituição integradora das economias regionais e decididamente integrada aos governos estaduais, na promoção do bem-estar das populações e trabalhadores.

O acima descrito, é um resumo do muito que o Doutor André já proporcionou a comunidade paranaense.

A concessão de um título de Cidadão Benemérito àquele que honrou o Estado, do qual é filho, nas funções que desempenhou é mais do que justo.

Espero a aprovação pelos nobres colegas e a sanção pelo Senhor Governador do Estado, a tão merecida homenagem.

PROJETO DE LEI Nº 475/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O Artigo 2º da Lei nº 9141 de 07 de dezembro de 1989 passa a vigorar com a seguinte redação:

"O imóvel objeto de doação de que trata esta Lei fica gravado com a cláusula alienabilidade que deverá constar do respectivo título e cuja destinação será mantida em favor do interesse voltado ao tu-

rismo e ao lazer".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.11.95

(a) ORLANDO PESSUTI.

JUSTIFICATIVA:

DOS MOTIVOS E OBJETIVOS

O Município de Primeiro de Maio adquiriu a área aqui em discussão, com a finalidade de desenvolver no município um pólo turístico, visto que com a construção da Usina de Capivara no Rio Paranapanema, pela "CEEP", o município teve alagado 4.500 alqueires do seu território agricultável. Com este alagamento, o Município sofreu um grande prejuízo nas suas finanças e consequentemente em seu desenvolvimento, com perdas substanciais para o comércio e geração de empregos, contribuindo para o êxodo rural.

Com a criação do lago da barragem Capivara, o município vislumbrou a possibilidade de reverter o quadro econômico negativo causado pelo alagamento de suas terras agricultáveis com a criação de um pólo turístico que poderia atrair a desenvolver a indústria do turismo e lazer no município.

Num esforço imenso da comunidade, através da Prefeitura Municipal, o município adquiriu à beira do lago, área de 152.571,05 m² para servir de pólo para atrair o desenvolvimento turístico da região. Este esforço buscou atrair a parceria do Governo do Estado do Paraná, através da Paranatur, para consignar a implantação na área de um terminal turístico.

A Paranatur assumiu então a área e nela desenvolveu um projeto de parque turístico. O projeto foi executado aos poucos e em partes, ou seja, a Paranatur ocupou em torno de 105.606,00m² dos 157.571,05m² que lhe foram doados pela Prefeitura Municipal de Primeiro de Maio. Mesmo nesta área ocupada não se desenvolveu o projeto por completo.

O que se verificou foi que apesar da implantação do Parque Turístico "parcialmente" ter carregado o fluxo de turistas para sua utilização e visitas, apesar da Prefeitura dispor e realizar alguns eventos tais como exposições, corrida de Kart, rodeios, competições de jet ski, entre outros, economicamente o parque não conseguiu trazer o retorno que era esperado para a população de Primeiro de Maio, tais como aumento da arrecadação de impostos, criação de empregos e incentivos ao comércio local.

Com a devolução do parque turístico de Primeiro de Maio, o que se verificou foi que além de não cumprir a finalidade pretendida de incentivo econômico e geração de empregos, o parque administrado pelo

município vem dando, em alguns períodos, resultados negativos, abrigando a municipalidade a dispor de recursos de seu caixa para suprir tais carências.

Com base no exposto, a comunidade de Primeiro de Maio representada por seu Prefeito Municipal e Câmara de Vereadores, resolveu buscar alternativas para destinação do parque turístico, visando cumprir a sua finalidade inicial.

Como o município não dispõe de recursos para investimentos, estamos buscando junto à iniciativa privada da região o interesse em desenvolver um projeto que complemente o parque turístico, tornando-o viável economicamente e buscando desenvolver a indústria do turismo na região.

Já contatamos e temos um grupo econômico interessado em investir neste projeto que visa transformar o parque turístico, em três pólos básicos, centrados nesta mesma área.

A área de 105.606,00m² onde hoje se encontra instalado o parque turístico, seria passada em regime de concessão à empresa para ali desenvolver e implantar duas atividades básicas.

A primeira continuaria um parque turístico e de exposições, que seria reformulado e complementado a atual estrutura, incluindo aí a execução de uma praia artificial, mantendo o acesso da população em geral.

A segunda seria implantada, através de reformulação e ampliação, um clube náutico, com atividades de lazer em geral (característica de um clube), mais atividades de esportes náuticos em geral, bem como marinas e estrutura para embarcações em geral. O acesso a esta parte seria permitido a associados.

Finalmente, na parte restante, ou seja na área que não foi utilizada na implantação do atual parque turístico, seria construído um hotel tipo Resort (de excelente categoria) com aproximadamente 130 apartamentos, oferecendo aí uma gama de lazer e esporte, e com excelente estrutura náutica.

O empreendimento pretendido, traria investimentos da ordem de 4 a 5 milhões de reais ao município e geração de 100 a 200 empregos diretos e aproximadamente 200 a 250 indiretos, além de uma grande injeção de recursos ao município, através de impostos, salários e concessões.

Porém, para efetivação da nossa proposta, o município necessita da cooperação do Governo do Estado do Paraná e Assembleia Legislativa, o sentido de autorizar mudanças legais e permissões, possibilitando ao município ceder em regime de concessão a área e equipamentos implantados no terminal no lote de 105.606,00m² (lote A), e liberar a área de 46.969,00m² (lote

B) hoje totalmente desocupada e sem finalidade. A referida área (lote B), seria destinada especificamente a implantação do hotel e marinas.

Conforme Lei n° 9141 de 07 de Dezembro de 1989, Art. 2°, o imóvel de 152.571,09m² ficou gravado com cláusula de inalienabilidade em sua totalidade, incluindo a área de 46.965,00m² que está sem utilização e na qual o município pretende, junto à iniciativa privada, implantar um hotel.

Faz-se necessária a aprovação pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, da alteração da Lei n° 9141, Art. 2°, liberação para efeito de alienação com a finalidade específica de edificação de hotel a área parte integrante da área total, objeto desta Lei, denominada de lote-B, num total de 46.965,00m² conforme plantas, croquis e memoriais descritivos anexos, visto que esta área se encontra sem utilização e finalidade.

Destaca-se aqui que, de acordo com o protocolo de intenções datado de 28 de junho de 1988, devidamente assinado entre o Governo do Estado do Paraná e Prefeitura Municipal de Primeiro de Maio, a finalidade exposta na cláusula quinta, que dá fundamento ao empreendimento, continuarão a prevalecer neste novo projeto.

Quais sejam: desenvolver na área atividades de lazer e turismo social, visando o desenvolvimento econômico e social da região.

Também faz-se necessária, para consignação dos nossos objetivos, a autorização da PARANATUR ou sua sucessora, conforme cláusula sétima artigo "I" do protocolo de intenções de 28 de junho de 1988 - Of. n° 148/88, assinado entre o Governo do Estado do Paraná e Prefeitura de Primeiro de Maio.

Certos de contar com a parceria do Governo do Estado nesta nossa empreitada, e sabedores dos objetivos e postura política que norteiam nosso Governador Dr. Jaime Lerner é que fazemos este pedido em nome da nossa comunidade, já antevendo o empenho do Governador e Assembleia Legislativa aos nossos pleitos.

PROJETO DE LEI N° 476/95
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação Paranaense das Instituições de Ensino Superior Público Estadual - APIESP", com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.11.95

(a) EDUARDO TREVISAN

JUSTIFICATIVA:

A "Associação Paranaense das Instituições de Ensino Superior Público Estadual - APIESP", entidade que pretendemos declará-la de Utilidade Pública é uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, sem distinções políticas, religiosas ou sociais.

A referida entidade vem realizando constantes reuniões com o Secretário de Ensino Superior de Ciência e Tecnologia, transformando-se no interlocutor entre as IES/PR e o Governador do Estado, tendo uma participação ativa na elaboração da proposta de Autonomia Universitária.

Sua Diretoria não é remunerada e a documentação que se encontra anexada ao presente, comprova todas as exigências da lei que regulamenta a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Encerrada a leitura do Expediente. Comunico à Casa que por convite da Liderança do Governo, nosso Secretário de Estado, de Finanças, juntamente da sua equipe diretiva daquela secretaria aqui se encontra, e Sua Excelência usará, do Pequeno, do Grande Expedientes e do Horário das Lideranças, para fazer explanação em assuntos referentes à sua Pasta, e, no final, a palavra estará livre aos Senhores Deputados que dela quiserem fazer uso para assuntos atinentes à Pasta da Fazenda, exposta pelo Senhor Secretário.

Concedo a palavra ao Líder do Governo Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Sra. Deputada, Senhoras e Senhores.

Esta Liderança tem procurado, dentro da medida do possível, abrir um espaço para que os Secretários de Estado venham a esta Casa expor os planos de Governo, a atuação em suas pastas, independente até de quando ocorre uma convocação.

E nós, pelo contato que fizemos com o Secretário, Miguel Salomão, da Secretaria da Fazenda, conversamos a respeito de três assuntos importantes, que o Secretário há muito tempo desejava vir a esta Casa, mas em função de vários compromissos, em função até de pauta da própria Assembleia, tal não acontecia. Na semana passada, com o envio a esta Casa de mensagem com relação ao IPVA, surgiu a grande oportunidade.

E para a nossa satisfação, e demonstração o respeito que tem o Governo Jaime Lerner para com a Assembleia Legislativa, o respeito que tem o Governo para com o Estado do Paraná, no sentido de informar tudo que acontece no Governo e de demonstrar que veio para fazer com que as coisas realmente aconteçam. Aqui está hoje

na Assembléia, o Secretário Miguel Salomão, o Dr. Norton Siqueira que é o Diretor-Geral da Secretaria da Fazenda, Dr. Reni Pires que é o Diretor-Geral da Coordenação Geral do CRE, Dr. Moacir Faveti que é Delegado da primeira Delegacia Regional da Receita, estão aqui para expor aos Srs. Parlamentares, a convite, não se trata de uma convocação. É um convite desta Liderança no sentido de que a Assembléia fique informada do que tem nesta Secretaria, em relação àquilo que está aqui.

O que podemos sentir do Secretário em relação, ao comportamento da arrecadação do Estado do Paraná e que pode ainda este Governo tratar da Reforma Tributária também, que é assunto do momento lá no Congresso Nacional.

Por isso Sr. Presidente, quero cumprimentar a Assembléia, por ter aceito, evidentemente esta iniciativa da nossa Liderança, da nossa Bancada de Aliança, aqui no Governo no Estado do Paraná, e temos certeza que a Assembléia hoje vai ter o que é bastante proveitoso, terá duas Sessões, na Sessão Extraordinária ainda terá a votações importantes, que diz interesse a muitas pessoas presentes aqui nas galerias.

Mas é justo mais importante que qualquer outra votação, este esclarecimento e esse debate que nós poderemos ter com o nosso Secretário da Fazenda. Portanto, eu agradeço a vinda aqui do Secretário e da sua equipe, e a certeza de que a Assembléia vai ter evidentemente a grande oportunidade de poder discutir, de poder avaliar as intenções do nosso Governo, que são as melhores possíveis, e, evidentemente, a capacidade dos nossos Secretários. Evidentemente que esta é a vontade que tem o Governador em acertar e fazer o Paraná caminhar por novos caminhos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, pela Ordem, o Deputado Toti Colaço.

O SR. TOTI COLAÇO - Sr. Presidente, com a permissão de V.Exa. e do nosso eminente convidado, Secretário da Fazenda, Dr. Salomão, gostaria de registrar a presença nesta tarde, dos professores, estudantes, alunos, e também do Pe. Teófilo, do Colégio Estadual Professor Júlio Cesar, do Município de Rebouças, que estão nos visitando, nas galerias da Assembléia Legislativa.

Era só, Sr. Presidente, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - A Mesa se associa à homenagem do ilustre Deputado, como também agradece a presença

do povo ordeiro e trabalhador de Ferraria, o pessoal, os funcionários do IAPAR, que conosco ontem aqui estiveram juntos, os demais visitantes da Casa, os senhores interessados, Prefeitos, Vereadores do nosso interior que aqui estão chegando e todos os demais visitantes que nos honram com suas presenças.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Para registrar a presença do Prefeito Emídio Pianaro, de Campo Largo, e de quase a totalidade da Câmara de Vereadores, também aqui presente. A presença também do Prefeito Cid Gulín, de Almirante Tamandaré, e também de Vereadores daquele município.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra o Deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERALDIN - Fica dispensada a minha questão de ordem, porque exatamente era esse o motivo para anunciar do Prefeito de Campo Largo e os Vereadores que vêm visitar essa Casa.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Associadas as presenças pelos Deputados, queria tão somente que a maneira cordial e educada e respeitosa que têm todos os visitantes desta Casa fosse ela tornada até o final, a educação do povo paranaense.

Com a palavra o ilustre Secretário, Dr. Miguel Salomão.

O SR. MIGUEL SALOMÃO - Exmo. Sr. Presidente da Mesa da Assembléia, Senhores demais componentes, Autoridades, Senhores Deputados, Prefeitos, Vereadores, Lideranças do interior que aqui comparecem, meus companheiros da Secretaria da Fazenda. Não nego que essa é uma oportunidade há muito tempo esperada.

Já tive a oportunidade de confessar da última vez que aqui estive com o Dr. Fayet, que comparecer ao Poder Legislativo, é fortalecer a Democracia.

Nós todos que somos da geração que viveu debaixo da ditadura, sabe o valor da liberdade, e a outra forma de chamar liberdade, é o livre debate de idéias.

Venho aqui, com a franca disposição de participar de livre debate de idéias. Esse debate terá como beneficiário o povo do Paraná, disso não tenho a mínima dúvida, porque aqui estão todas as correntes representativas dos pobres, dos ricos, dos donos do capital, dos representantes do trabalho, estão os representantes do interior, da Capital, das mulheres, dos homens, qualquer que seja o segmento da Sociedade que a gente procura identificar, encontrará aqui nesta Casa, alguém capaz de representá-la.

Então, é com esse espírito que aqui compareço. Não pretendo, nem é objetivo nosso, buscar culpados por erros do passado. O processo político e o processo de administração pública exigem um contínuo aperfeiçoamento de métodos e tenho a certeza que todos os nossos ancestrais, quando cometeram erros, cometeram através de um acerto que foi, agir na hora certa.

Então, o meu espírito aqui não é buscar culpados; é apresentar problemas e propor soluções.

E tenho a certeza, que nessa ótica, nesse enfoque, vamos nos dar muito bem, e vou sair daqui convencido de que o Poder Legislativo é a essência mesmo da Democracia e a Democracia é o elemento fundamental do progresso social.

Portanto, essa é uma postura inicial que eu já gostaria de deixar muito clara.

O segundo ponto que queria comentar é que efetivamente o projeto de IPVA que vamos defender não é um Projeto Miguel Salomão, é um projeto de coordenação da Receita do Estado e representa o consenso, as preocupações de profissionais da arrecadação da Fazenda, que são extremamente experientes, são responsáveis, estão preocupados com o interesse público. Então, o Projeto de IPVA que o Governador do Estado subscreveu e encaminhou para esta Assembleia, não representa um capricho intelectual do Secretário da Fazenda. Representa, antes, um consenso de uma equipe de trabalho. E é por essa razão que vou pedir licença ao Sr. Presidente para que a minha exposição seja permeada, seja baseada numa apresentação com o Dr. Reni Pires que é o Coordenador da Receita do Estado, irá fazer com meios de multimídia, mesmo que a gente imagine que permitirão uma apresentação rápida.

A minha intenção é falar de três temas fundamentais: o Projeto de IPVA, a nossa política de estratégia de arrecadação e algumas idéias gerais sobre a Reforma Tributária. Penso que os três assuntos estão interligados, não são distantes, e os três são nesse momento de alta voltagem política no bom sentido que possamos dar à palavra voltagem, que é a palavra política usada num bom sentido.

Então vamos colocar aqui nesses três temas problemas imediatos, sérios, que afetam o interesse público do Paraná e temos a esperança de que conseguiremos sensibilizar os Srs. Parlamentares para o encaminhamento desses assuntos de uma forma mais adequada possível ao interesse público.

Inicialmente, uma reflexão sobre o IPVA. Considero o IPVA um imposto muito parecido com o Imposto de Renda no que diz respeito ao eleito "Robin Wood". Robin Wood todos nós sabemos era aquele que tomava

dos ricos para dar para os pobres.

O IPVA, ele tem uma base tributária que leva em conta não propriamente bens de consumo geral, mas leva em conta o valor dos veículos e evidentemente que o valor de um veículo importado, de uma BMW, 0 Km é muito maior como costumam dizer, de um Gordini, que foi o primeiro carro que tive na minha vida.

É óbvio que o efeito "Robin Wood" está na base tributária, que nós já tomamos como referência este aspecto. A segunda característica fundamental do efeito "Robin Wood" de IPVA é que o automóvel é um símbolo de "status". Mesmo para quem bastaria ter dentro de casa, ter dois automóveis, acaba tendo quatro, cinco, seis, todos importados, se isso satisfaz o seu ego. E se isso de alguma forma lhe permite o efeito de demonstração, que ele tente ter, para firmar um "status".

Chamo a atenção dos Srs. Deputados para o aspecto fundamental que está envolvido o IPVA no seu sentido de "Robin Wood". E quando tentamos conseguir um desconto generalizado de 30%, por exemplo, sobre uma base de arrecadação onde está nitidamente o fato status do automóvel, estamos trazendo um efeito "Robin Wood" às avessas, estamos diminuindo uma arrecadação importante que vai fazer falta aos Prefeitos. Para os Prefeitos manterem as suas escolas, os seus calçamentos, estaremos tirando deles verbas para eles manterem creches, por quê? Porque tentamos fazer um desconto de 30% geral sobre uma base tributária que era toda indicativa da concentração de renda que há no País. Não se iludam, a concentração de renda do Brasil é a pior do mundo e propriedade do automóvel está fortemente associada a essa enorme concentração de renda. Tive o cuidado de pesquisar no inverso do IPVA e fiquei assustado quando descobri que 970 mil contribuintes de IPVA, apenas 500 contribuintes, respondem por 12% da arrecadação. Vejam bem, no inverso de quase um milhão, quinhentos contribuintes, o que dá 0,05%, é responsável por 12% da arrecadação.

Então, quando a gente faz qualquer tipo de benesses em cima do IPVA estamos fazendo uma benesse com os cofres públicos retirando os Prefeitos que levam 50% da arrecadação, retirando do Estado, que leva mais 50%, a verba necessária para dar aumento para os funcionários que estão aí pedindo aumento, a verba necessária para restabelecer padrões de segurança pública, melhorar as nossas estradas. Então filosoficamente, meus amigos, o IPVA não é um IPI, não é um ICMS, o IPVA é um imposto sobre fortuna, traduzida na posse de um instrumento que nem sempre é um instrumento de transporte. Porque o pobre usa o ônibus e o ônibus tem menos alíquota. A

propriedade no automóvel já inicia uma nova etapa dentro da escala social, mas na medida que vamos em direção ao ápice da pirâmide, maior o número de automóvel, maior a evidência de concentração de renda e maior o papel do automóvel como indicativo do estado social e não de um instrumento de trabalho. Se estiver errado, por favor me digam, mas a minha constatação de vida em cima desse problema parece que não deixa outra margem.

O segundo aspecto do IPVA é que ele tem tido historicamente, uma fonte de renda importante para os municípios e para o Governo do Estado. Não podemos, abruptamente, afetar a segunda maior fonte de renda do Estado e dos municípios, se fosse um imposto de caráter residual, como é por exemplo o imposto de transmissão "causa mortis" doações talvez pudéssemos de alguma maneira aceitar um pouco isso, mas o IPVA é necessariamente um imposto que é a segunda maior fonte de Receita do Estado, e para muitos municípios talvez seja a segunda ou a primeira, porque há municípios que não podem cobrar o Imposto Territorial Urbano porque a população é pobre, não pode cobrar certamente ISS porque falta um nível de organização, mas pode ser que o IPVA como tem um sistema de emplacamento via DETRAN, garantida para o prefeito uma arrecadação tranqüila, é talvez o imposto que dá menor desgaste político para o prefeito para ser cobrado.

Outro ponto fundamental é que o automóvel quer seja velho ou novo, ele usa estradas, utiliza toda a infra-estrutura de transporte do País, do Estado, e cabe ao Governo do Estado manter essa infra-estrutura em ordem. Não podemos cumprir com a nossa obrigação em termos de manter um sistema viário daquele segmento da população que usa o sistema viário. Então, esse é um outro ponto fundamental, eu não diria que é uma receita vinculada, mas é uma receita filosoficamente vinculada à manutenção de uma infra-estrutura de transporte que o Estado está obrigado a manter em ordem.

Então, colocadas as premissas iniciais, pediria, com o devido consentimento dos Senhores Deputados, que o Dr. Reni Pires fizesse a sua apresentação sobre o nosso projeto. Digo nosso porque não é só meu, é de toda a equipe da Fazenda e é de todo o Governo do Estado.

Então, Sr. Presidente, se permite o Dr. Reni Pires iniciará a apresentação agora do seu projeto.

O SR. RENI PIRES - Obrigado Sr. Presidente, boa tarde a todos.

Faremos uma síntese rápida do Anteprojeto de Lei do IPVA 96, do Estado do Paraná.

A síntese do anteprojeto de lei prevê a consolidação de 10 leis de IPVA existentes no Paraná. O IPVA foi criado em 1986. De lá para cá tem 10 alterações na lei, estamos consolidando uma única lei, padronizando e com um projeto de ser uma lei duradoura que a partir dos próximos anos só se modifique ou só se encaminhe para apreciação as tabelas de valoração dos veículos. Já o indexador foi estabelecido no UFIR em atendimento já às determinações do Governo Federal, que estabeleceu a UFIR com um indexador único dos Impostos para 96.

As alíquotas. Foram mantidas as alíquotas de 1% para ônibus, caminhões, veículos de aluguel e cargas, e está sendo proposta uma elevação de 2 para 2,75% da alíquota para os demais veículos de passeio. A redução, a bonificação para o pagamento em quota única, está sendo proposta a redução de 30% atualmente, para 10%, em razão exatamente da conjuntura econômica de estabilização que estamos vivendo. Foi estabelecido um valor mínimo de 30 UFIR para o pagamento do IPVA para veículos usados. Foi proposta a retirada da isenção por ano de fabricação para a frota de veículos usados. O vencimento do imposto foi estabelecido no período de março a julho de 1.995. O licenciamento fica condicionado ao pagamento do IPVA, eventualmente em atraso, com isso se combate a inadimplência que hoje atinge níveis elevados com esse imposto. Foi estabelecido aqui, em atendimento a pleitos de órgãos de defesa do consumidor, uma multa para aquele adquirente de veículos que não procede a transferência, foi dado um prazo de 30 dias, e estabelecida a multa de 60 UFIR, caso ele não venha a cumprir. Com essa medida, se retira a responsabilidade dos eventuais vendedores, que, sem nada dever, fica pendente o seu nome nos cadastros de devedores de IPVA, em razão de o comprador não os transferir. Aqui nós temos um histórico do IPVA de 1.992 a 1.995. Em 1.992, percebemos que tínhamos uma alíquota de 1% para ônibus, caminhões, veículos de aluguel e cargas, e de 3% para os demais veículos. Essa lei foi encaminhada em 1.991, no início do Governo de Roberto Requião, e aprovada na Assembléia Legislativa, propondo essa carga tributária. Em 1.993 foi mantido. Em 1.994 também. Em 1.995, aí se estabeleceu o seguinte: criaram mais uma alíquota intermediária. Além de redução de um terço da alíquota para os veículos de passeio de 3 para 2%, foi estabelecido uma alíquota de

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Perfeitamente concorda a Mesa Executiva, Dr. Reni Pires, com a continuação da explanação.

1,5 para as locadoras. A redução para o pagamento em quota única, que em 1.992 era 30%, foi mantido em 1.993, 1.994 e 1.995. A correção monetária mensal média nesses anos, em 1.992 ficou em 23%, em 1.993 em 20%, em 1.994, no primeiro semestre, 41,67%, no segundo semestre, após o plano real caiu para 2.77%, e em 1.995 uma previsão de 1.35 de correção monetária mensal. O desconto real efetivo, então concedido nesses anos, em 1.992 de 30%, na realidade correspondeu apenas 14%, porque se corrigia pela correção monetária média mensal do mês, para depois conceder o desconto. Logo, 30% de desconto concedido, acabou resultando no desconto efetivo real de 14%. Em 1.993 16%, em 1.994, no primeiro semestre representou apenas 1%, no segundo semestre representou 28%.

Percebo aqui, que na medida que cai a inflação mensal, aumenta o desconto real concedido. Em 1.995 foi o maior desconto real efetivo já concedido se situando, em 29%. Quanto à isenção, em 1.992 foi totalmente tributada toda a frota paranaense, inclusive os veículos com mais de 20 anos de uso, foram tributados com uma contribuição mínima de uma unidade padrão fiscal do Paraná, o que corresponde hoje algo em torno de vinte e quatro reais. Em 1.993 permaneceu. Em 1.994 idem. Em 1.995, na lei votada e aprovada em vinte e oito de dezembro, se colocou a isenção para os veículos nacionais com mais de quinze anos de uso, e os estrangeiros com mais de vinte e cinco anos de uso. Com isso aqui se estabeleceu uma renúncia tributária para oitocentos e cinquenta mil veículos da frota do Paraná, ou seja, 50% dos veículos que rodam hoje no Paraná, nada pagam de IPVA. O estágio de vencimento em 92 foi março a dezembro, 93 idem, 94 mantido, 95 também.

Então aqui tem um gráfico da demonstração. Percebam aí que, para ônibus, veículos de carga e categoria de aluguel nada foi alterado, de 92 a 96. Em 96 a proposta encaminhada a Assembleia Legislativa fez uma tributação para veículo de passeio de 1.75, portanto, uma tributação muito inferior à de 92 e de 93 e a de 94, e um pouco superior à de 95.

Aqui nós temos alguns exemplos de tributação efetiva sobre veículos. Por exemplo: um Monza 1993, pagou em 94 o IPVA 385,74 Reais, em 95 com redução de alíquota e de desconto caiu para 262,39. No projeto em 96 se pretende que volte ao patamar, 325,71. Com isso teríamos uma recuperação do IPVA de 96 em relação a 95 de 20.91%. Porém ainda fica mantido uma queda real da arrecadação deste imposto se comparado com 94.

Aqui o gráfico somente do pagamento, um Verona GLX 93, em 94 teve em torno de

301,88, em 95 caiu para 196,86, em 96, 253,93. Portanto, uma elevação em relação a 95 de 28,99, mantendo ainda uma queda de 15,88 em relação à 94.

Tributação. Este projeto de lei, também prevê o equilíbrio além dos orçamentos municipais e estaduais. O equilíbrio da carga tributária é dedicada aos demais Estados da Federação, principalmente, estes situados na Região Sul e Sudeste do Paraná. De tal forma que se mantém o equilíbrio tributário, às unidades de federação. Para se evitar com isso, contribuir com a guerra fiscal que já atinge outros impostos, como o ICMS, por exemplo.

No Rio Grande do Sul, a alíquota do IPVA no Rio Grande do Sul, para veículos de passeio é de 5%; o desconto concedido para o pagamento de cota única é de 15%, não existe a condição de parcelamento. Pagamento à vista e o período de pagamento vai de abril a agosto.

Santa Catarina, ainda não encaminhou a lei para 96, mas em 95 a lei estabelecida, na alíquota de 2%, sem desconto. Existe a condição de pagamento em 3 parcelas e o período de pagamento de janeiro a outubro.

São Paulo, possui alíquotas diversas, que variam de 3 a 6%, a proposta do avante projeto de lei, prevê um desconto que ainda não está definido, mas varia de 5 a 8%. Existe a condição de parcelamento em 3 vezes e o pagamento de janeiro a março de 1996.

Rio de Janeiro, alíquota de 3 a 5%, para veículos de passeio, sem desconto, sem parcelamento, começa o pagamento em março.

Minas Gerais, alíquota de 3%, o desconto é de 30% para o carro à álcool, 10% para os demais veículos. Existe a condição de pagamento para as demais parcelas. Único mês de janeiro. Aqui existe uma ressalva que é conveniente fazer, que os veículos à álcool, representam uma frota muito pequena, algo em torno de 3% da frota total dos Estados, portanto uma redução maior, nisso aqui, pouco representa em termos de arrecadação.

Mato Grosso do Sul, também não encaminhou seu projeto de lei à Assembleia daquele Estado. A Lei atual prevê uma alíquota de 2%, sem desconto, 4 parcelas e o período de pagamento de janeiro a outubro.

Aqui nós temos, um quadro resumo comparativo das alíquotas, entre o Paraná e os demais Estados da Federação.

Verifiquem os Senhores, o Paraná está apresentando uma proposta de uma alíquota de 2.75% com um desconto de 10%. Rio de Janeiro, para os veículos nacionais uma alíquota de 3%, para os importados uma alíquota de 5% e zero de desconto, portanto nenhum desconto. Minas Gerais uma alíquota de 3%, com 10% de desconto. Mato

Grosso do Sul, uma alíquota de 2% com zero de desconto. Santa Catarina, alíquota de 2% com zero por cento de desconto. São Paulo carro passeio à álcool a alíquota de 3%, passeio à gasolina 4%, passeio esporte 5% e passeio à diesel 6%, com um nível de desconto de 8%.

Aqui fizemos um comparativo do IPVA no Paraná, comparado com São Paulo, já para 96. Percebam os Senhores o Uno Mille 91, em São Paulo, pagará 195,59 de IPVA, no Paraná de acordo com a proposta encaminhada a AL pagará 104,70, portanto uma tributação inferior em 46,47%. Um Monza GLS 84 em São Paulo paga 97,62 no Paraná 118,36 aqui tem uma elevação de 21,34 e os Senhores percebam que esse Monza é à álcool e o veículo à álcool em São Paulo o valor de mercado é muito baixo, aqui no Paraná ele tem um valor de mercado superior.

Um Fusca à gasolina 82 em São Paulo paga-se 67,82, no Paraná 38,27, portanto tributação menor de 43,57. Parati GL 83, novamente à álcool, em São Paulo, tem uma tributação menor de 21,38%.

Nos carros importados Mercedes Benz, São Paulo tributa em 4.600, o Paraná 2.796, portanto uma tributação menor de 39%. A Renault, desses, 662 tributados em São Paulo, 294 no Paraná, portanto quebra de 55%, tributação menor de 55%. BMW 1.913 no Paraná 982, portanto quase todos os veículos do Paraná serão tributados com valores inferiores à carga tributária de São Paulo que hoje está sendo divulgado muito na imprensa, São Paulo como modelo razoável de tributação de IPVA.

Aqui estamos provando que existe uma tributação ainda bem superior à proposta do Paraná.

O IPVA de 95 teve uma base de cálculo de lançamento de 10 bilhões de FCA, o imposto a alíquota de 2%, foi lançado 216 milhões de FCA. FCA é o idexador do Estado, com a redução de 30% foi tributado efetivamente lançado líquido 151 milhões de FCA.

Em 96 a proposta, a base de cálculo, os Senhores percebam o seguinte, o valor venal do veículo usado caiu 28%, e isso reflete em todas as unidades da Federação, Aqui no Paraná se representou em 28, caindo portanto a base de cálculo de 10.812 bilhões para 7.784 bilhões.

O imposto de 2,75% iremos tributar em 214 milhões de FCA e a redução de 10% prevê uma tributação de 192 milhões de FCA, portanto a diferença que está aqui sendo tributada em 95 para 96 se trata apenas do desconto, da redução do limite do desconto de 30 para 10%.

Isso aqui até dá um acréscimo médio de 27% no IPVA de 96 para 95.

Aqui nós temos o histórico da arrecadação com IPVA 100%, no exercício de 93 a

96 a proposta. Temos em 93,250 milhões de FCA, 156 milhões de Reais. Ali é o lançamento em FCA, aqui é o efetivo pagamento. Percebam que ele vem caindo, em 94 caiu, em 95 caiu, em 96 se for mantido a isenção para os veículos usados, cairá ainda mais e com a retirada da isenção dos veículos usados, a manutenção da alíquota de 2,75, de acordo com a proposta orçamentária do Governo nós pretendemos arrecadar com esse imposto 150 milhões que corresponde a 75 milhões para os municípios e 75 para o Estado, com um incremento então de 27%.

Aqui na verdade é a tela final, o que se busca na realidade é o equilíbrio, entre a necessidade do Estado de promover o bem comum, em razão dos recursos que necessita e o interesse do contribuinte, em razão do não desejo, digamos, de aumentar a sua carga tributária.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra, o Secretário Miguel Salomão.

O SR. MIGUEL SALOMÃO - Tivemos aí, uma rápida demonstração dos números que estão por trás das decisões que serão tomadas nesta Casa.

Efetivamente, o ano de 95 constituiu uma aula para nós todos, dos fenômenos que afetam a arrecadação do imposto e, pegaria então, um gancho nisso para entrar na segunda parte da minha apresentação, que é a arrecadação de impostos no Paraná.

Tanto o ICMS, quanto o IPVA, os dois impostos sofrem no seu ritual de arrecadação, uma espécie de interação com o quadro inflacionário.

É evidente, que quando a inflação cresce ou se acelera, ou diminui, a arrecadação de impostos acaba tendo um valor real modificado, isto é, quando o dinheiro chega aos cofres públicos, num cenário de inflação alta, ele chega valendo menos, é o famoso efeito Tanse.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Informo, antes de conceder a palavra ao ilustre Deputado Luiz Claudio Romanelli, que todas as perguntas pendentes serão feitas no final da explanação, com liberdade total a todos os Srs. Deputados.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI - Eu só encaminho nos seguintes aspectos, Sr. Presidente, que pelas informações que o Dr. Reny e o Dr. Salomão nos apresentaram, acho que seria muito mais precioso para o debate, se discutíssemos a questão do IPVA nesse momento, agora, V.Exa. é claro, pode

decidir a forma que melhor lhe convier.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Fizemos um acordo preliminar com os Secretários e as Lideranças, inclusive com todos os Deputados presentes, que seria a melhor maneira na desenvoltura da sessão, porque teremos ainda a oportunidade de ouvir o Dr. Norton, em parte de complementação dessa explanação.

A palavra continua com o Secretário, Dr. Miguel Salomão.

O SR. MIGUEL SALOMÃO - Obrigado, Sr. Presidente. Então eu me referia a um fenômeno que corrói as arrecadações, que é o chamado efeito Tanse. Esse nome vem de um economista famoso, Vitor Tanse, tenho certeza que no futuro, ele será Prêmio Nobel de Economia, dada a sua contribuição a questão tributária e ao efeito da inflação sobre a tributação.

Ora, nesses anos todos que vivemos a inflação alta, o IPVA tinha uma proteção contra o efeito Tanse, que era exatamente a correção monetária, que no 1º Semestre de 94, chegou a ser de 42% em média, quer dizer, maior do que o desconto que se dava para pagamento à vista.

Também o ICMS, quando tinha o fator da atualização mensalmente apurado, também era protegido contra a inflação. No entanto, para anular um pouco esse excesso de proteção, o impacto da correção monetária sobre os assalariados, o desconto de 30% costumava ser mais ou menos coerente com o nível de correção monetária.

Bem, o que queria enfatizar nesse momento, é que não adianta termos uma excelente lei, uma lei feita por consenso de todo mundo, se, na hora de arrecadar o imposto, não tivermos rapidez para ajustar esses mecanismos de desconto de correção monetária à inflação que virá, tomara que não venha mais inflação, tomara que a inflação alta seja uma coisa que teremos que esquecer no futuro, mas nada garante que não possamos ter em 96 uma retomada do processo inflacionário e aí vamos ter que encontrar rapidamente mecanismos para anular o efeito (extase), ou seja o Secretário da Fazenda deve dispor de uma certa liberdade ou o governo para rapidamente adotar mecanismos de correção monetária que sejam coerentes com o comportamento da inflação e a mesma coisa em relação ao desconto.

No caso do ICMS é um fator mais grave, é a inadimplência estimulada pelo juro de mora muito baixo. Sabemos que atualmente um inadimplente por ICMS só vai pagar mora de 1% ao mês e mais a correção monetária. Como a correção monetária agora vai ser por UFIR e a UFIR vai ser semestral, praticamente o devedor do ICMS vai receber um

prêmio. O prêmio é a diferença entre a taxa de juro do mercado financeiro e a mora que ele vai pagar ao Estado. Esse dinheiro da mora não é dinheiro meu, não é dinheiro de nenhum de nós, é dinheiro do povo. Estamos abrindo mão do dinheiro do povo em favor de inadimplentes.

Até entendo que muitos casos de inadimplência tem a ver com a conjuntura econômica perversa e o empresário para não demitir ou para não ficar com títulos em cartório protestados, ele prefere atrasar o recolhimento do ICMS porque lhe causa menos transtornos financeiros.

Só que a questão financeira, dentro do setor público tem que ter um tratamento equânime, não podemos ser generosos a custa do dinheiro do povo. Eu não tenho direito de fazer renúncia fiscal com um dinheiro que não é meu. Nós temos toda uma responsabilidade com o Programa Social de escolas, de creches, de saúde, de estradas, de segurança pública que tem que ser mantida condignamente. O Estado não pode se endividar de maneira ilimitada para fazer cobertura dos seus compromissos com a população. Ele deve buscar na população, na Receita Tributária que lhe permita manter em equilíbrio, o fisco, mantendo o Tesouro equilibrado, cumprir a sua política social, a sua política de desenvolvimento.

Então, esse é um segundo aspecto que eu queria enfatizar: a questão do IPVA não se desliga da questão da mora. A mora tem que necessariamente passar a refletir uma taxa justa para todos. Ela não se desliga da questão do desconto, porque um desconto dado fora de sintonia com a correção monetária significa uma remissão tributária. Na verdade, aquela vez, a discussão que ocorreu no ano passado, era se aquela era isenção ou remissão. Eu, então, consultei juristas, tributaristas, tenho a certeza, que o desconto alterado para mais ou para menos significaria fazer a remissão maior ou menor. E a remissão não é efetivamente isenção e exige o princípio da anterioridade. Mas não vamos reabrir uma discussão jurídica em cima de uma questão que já foi decidida e, eu tenho certeza, que a Assembleia Legislativa quando decidir por unanimidade, o fez muito bem, que a questão que se colocava ali era de defesa do espaço de decisão do Poder Legislativo.

Se o Poder Legislativo entendeu que o ato do Secretário da Fazenda feria uma prerrogativa própria do Poder Legislativo, teria também o Poder Legislativo de defender o seu espaço próprio de decisão e aprovado por unanimidade como aprovou aquela resolução.

Só que eu acho que nós temos que olhar para frente e olhar para o povo do Paraná: temos que olhar para a segurança do Paraná, para a escola do Paraná, para os salá-

rios dos funcionários públicos do Paraná e a nossa fonte legítima de receita, não endividamento.

Eu não pretendo e não acredito que o Secretário da Fazenda possa resolver o problema pendente, porque a dívida maior, talvez que nós recebemos do passado, da inflação; foi a defasagem salarial; foi o ensino praticamente funcionando no chão, no rés do chão com os seus meios, foi a segurança pública comprometida. Isso é uma dívida, mas nós temos que cobrir essa dívida sem fazer outra. Não adianta se endividar em banco para resgatar essa dívida. Nós temos que resolver essa dívida social com um programa de arrecadação de impostos, coerente, justo e equilibrado.

Essa minha mensagem é uma mensagem, positiva, uma mensagem construtiva, não é de forma alguma provocação. Se é provocação, é intelectual apenas, não tem outro objetivo. E eu espero que a minha contribuição, neste aspecto, possa ser positiva.

E eu passaria então, com a permissão do Sr. Presidente a palavra ao Dr. Norton Siqueira, nosso Diretor Geral, também com larga experiência em assuntos tributários.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, o Dr. Norton.

O SR. DR. NORTON SIQUEIRA - À direção desta Mesa, aos companheiros de Mesa, os Senhores Deputados, companheiros de trabalho, Senhores visitantes desta Assembléia.

Peço permissão ao Sr. Secretário em primeiro lugar para emprestar dele as palavras iniciais das suas colocações, de destacar esta oportunidade democrática oferecida à Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná, para estar aqui presente, para poder explicar a motivação que levou esta Secretaria a apresentar o presente Projeto de Lei do IPVA 96, ora sob exame nesta Casa de Leis.

Já foi destacado pelo Dr. Reni na sua apresentação que pretendemos com este projeto uma consolidação de inúmeros diplomas legais, espaços que traziam confusão não só para os proprietários de veículos, mas à própria administração tributária e a toda a administração pública desse Estado.

Os principais tópicos dessa lei, com muita propriedade foram destacados pelo Senhor Secretário da Fazenda e muito bem apresentado também na exposição do Dr. Reni, Diretor da Coordenação da Receita do Estado.

Resta-me aqui alguns destaques sobre alguma ótica especial, por exemplo, da previsão de arrecadação de 96, aqui enfocada de 150 milhões de reais, correspondendo a um acréscimo nominal da ordem de 27% sobre o que se pretende realizar neste ano de 95, nós temos que estar cientes de

que esse crescimento de 27%, a realidade ele estaria ainda inferior aos índices oficiais de inflação dos últimos 12 meses. Com isso, pretendo dizer que não estaríamos praticando aqui um aumento real desse tributo, ainda mais se considerarmos que dentro destes 150 milhões de reais estão compreendidos a chegada aos registros no nosso Estado dos veículos que serão adquiridos no ano de 1996. Descontados dessa nova frota, com certeza nós estaremos propondo um reajuste médio, inferior a 25%.

De outra parte, não podemos jamais, aqui nesta Casa de Leis, aonde estão presentes todos os municípios do Estado do Paraná, que a cada meio ponto percentual de redução na alíquota proposta, nós estaremos subtraindo dos municípios do Paraná e do Tesouro do Estado, 15 milhões de reais. Na atual conjuntura que todos nós conhecemos por demais, traduzida na penúria dos nossos municípios, quero acreditar que 15 milhões de reais, rateada entre os 371 municípios desse Estado, para muitos se não resolve, mas tratará, sem dúvida, de um prestimoso auxílio nas suas receitas tributárias.

Cada um dos Senhores Deputados, possivelmente conhecedor dos índices de retorno de ICMS dos seus municípios, poderão avaliar a representatividade desses valores considerados comparativamente à frota de cada município.

Um dos quadros apresentados destaca muito bem a ilusão do desconto de 30% que a lei do IPVA 95 concedeu, ou premiou entre aspas, os outros contribuintes paranaenses. Aquela transparência revelou que, os 30% na verdade, se reduziram a pouco mais de 1%, em termos de desconto real. Aquele desconto, com certeza foi estabelecido nesta Casa de Leis, na Legislatura de 1994 ainda, quando a inflação galgava números assustadores da ordem de 30%, 40% ao mês. E a prática daquele desconto então, possivelmente não mereceria reparo.

Porém, a partir do segundo semestre de 1994, com a implantação do Plano Real, absolutamente imprevisível, em dezembro de 1994, quando a lei de IPVA de 1995 foi aprovada, a arrecadação desse tributo tornou-se uma benesse involuntária do Estado, para os seus contribuintes. Não podemos tomar como parâmetro, o desconto de 30% nos meses do segundo semestre de 1995, porque essa análise disvirtua por completo os seus resultados, comparativamente aquilo que desejou o legislador, ao estabelecer esse desconto de 30% ao final de um ano de 1994 altamente inflacionário, e com perspectiva ainda de inflação crescente. E extensão a partir desse exercício, da tributação a veículos antigos se impõe, sem dúvida por questão de justiça, porque ao Estado um veículo novo ou um veículo anti-

go terá sempre o mesmo custo administrativo, ou seja, ele exigirá por parte do Estado, a implantação e a conservação de suas rodovias, da mesma forma que um veículo novo, para os municípios a manutenção do seu sistema viário, e a ampliação desse sistema viário da mesma forma que a frota rodante mais moderna. Portanto, não há nenhuma justificativa técnica, que possa nos levar a um conhecimento de que esses veículos não devam ser tributados.

Ademais, as tabelas comparativas com os nossos estados vizinhos, e até alguns mais distantes, revelam que a proposta apresentada aqui neste anteprojeto de lei, traduz uma realidade coerente, e na maioria desses estados apresentados, a nossa tributação ainda se faz inferior. Resta o nosso Estado vizinho de Santa Catarina, que ainda não definiu a sua alíquota para o próximo exercício. Senhores Deputados, quero crer, que o texto aqui apresentado, desse anteprojeto de lei, deva merecer por parte dos representantes da população paranaense, as análises responsáveis e condizentes com a qualificação desta Casa de Leis com a certeza de que, o que aqui se está propondo está longe de ser aquele absurdo que algumas manchetes distorcidas de jornais procuraram lançar perante a população paranaense.

Esperamos assim, poder merecer da parte dos Senhores Deputados, as devidas considerações pelas explanações aqui apresentadas, e estaremos tão logo assim que o Presidente da Mesa determine e estaremos à disposição para esclarecimentos adicionais.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Anuncio que há 04 Deputados inscritos e logo em seguida a nossa assessoria irá passar junto aos demais companheiros desta Casa.

Concedo a palavra ao Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Senhor Presidente e Senhores Deputados, prezado Secretário, Doutor Miguel Salomão, Doutor Norton, Diretor Geral, Doutor Reni, nosso Secretário Doutor Moacir, Delegado da Receita da Ação Regional, demais companheiros da Secretaria da Fazenda.

Ouvi aqui com muita atenção, as manifestações feitas pelo Doutor Reni, pelo Secretário Miguel, pelo Diretor Geral Norton. Confesso que gostaria ter me convencido, se não dispusesse de outros dados oficiais que a própria Secretaria da Fazenda me forneceu.

Recentemente, este Parlamento aprovou um pedido de informação da nossa autoria, mais com o apoio de todos os membros desta Casa, que desvendo para sempre a

realidade da receita do Paraná de 1982, até julho de 1995. Claro, transformado na moeda que pode ser parâmetro que é o dólar oficial ou comercial.

Então o primeiro número na verdade que gostaria de dizer, os números que foram apresentados, não são na verdade condizentes com os que disponho, como a receita do IPVA. Aí me permitiria aqui rapidamente transmitir aos Senhores Deputados, nos anos de 91 a receita do IPVA foi de 13.481 mil dólares, em 92 foi de 27.226 mil dólares, em 93, 51.044 mil dólares, em 94, 47.682 mil dólares, em 95 até julho 38.217 mil dólares. É claro que, é óbvio que o Estado este que estou me referindo, que a outra parcela já é destinada aos municípios. Esta é a receita tributária decorrente da receita do IPVA. Portanto, os Senhores notem bem, os parâmetros da Secretaria da Receita, reclamo. Nós seguramente teremos em 95 uma receita maior do que aquela que nós obtivemos no ano de 1994 e 93.

Queria, Senhores Deputados e Senhor Secretário, dizer o seguinte: que por mais que se busque trabalhar os índices eu queria na verdade, dizer o seguinte: O Senhor usou um exemplo muito interessante até, que é sobre a questão do veículo como instrumento de passeio.

Eu, para mim e para a grande maioria do cidadão paranaense, o automóvel é um veículo de trabalho. Muito bem, concordo com o Senhor. Acho que nós temos que de fato inverter essa nossa base e fazer além da auto análise de efeito trânsito, o efeito Robin Wood. Claro, que quero crer o seguinte, obviamente nós podemos aqui discutir o aumento do valor da alíquota do IPVA para veículos estrangeiros, que sejam naturalmente, claro, veículos importados. Mas superiores por exemplo, a duas mil cilindradas. Para que se pudesse na verdade, cobrar uma taxa do proprietário de uma BMW.

As locadoras de veículos, tinham uma alíquota de 1,5 inexplicavelmente, caíram de novo para uma alíquota de 1%. Os ônibus urbanos. Todos os ônibus urbanos do Paraná e Metropolitana ficam isentos pela atual lei, que consolida na verdade as leis anteriores.

Na verdade o aumento que o Governo. Se consideramos vou trabalhar aqui para os Senhores terem uma idéia. Se trabalharmos aqui, de incluir a nível de tabela de alíquota o aumento que a Secretaria está propondo é de 56,5% sobre o IPVA de 95 para 96, aumento real de 56,5%.

Se trabalhássemos aqui, vou dar um exemplo: o veículo que sou proprietário, o veículo Elba CSL 93, em 95, paguei R\$ 144,72, a proposta da Secretaria da Fazenda, é que vá pagar R\$ 217,80, em 96. En-

tão, que daria 66% de aumento real, o que queria dizer para os Senhores na verdade é o seguinte: que a forma com que está se colocando esse pacote do IPVA, na verdade é o seguinte, Senhor Secretário Miguel Salomão, poderíamos criar mecanismos que de fato pudessem os proprietários de veículos estrangeiros, as empresas de ônibus urbano e metropolitano, porque não basta só tirar, isentar de IPTU uma agência bancária para baixar a taxa de juros, obviamente, esse benefício que hoje, está sendo concedido às empresas urbanas, ela está sendo apropriada, obviamente, não é pelo usuário, mas sim pelo proprietário do veículo que acaba tendo na verdade uma despesa menor e seguramente, todas as atualizações que o Secretário disse de forma muito clara sobre correção monetária, é verdade o seguinte: o IPVA sempre foi atualizado à data do vencimento do imposto, é o dia primeiro de janeiro tanto que o imposto é lançado até agora, pelo menos, esta lei não foi votada ainda em FCA, que é o Fator de Correção e Atualização. É uma referência que ela é mudada trimestralmente agora, não é Doutor Reni? E trimestralmente você atualiza.

O Governo propõe passar para UFIR será reajustada semestralmente muito bem. Mas de qualquer forma, o IPVA sempre foi atualizado e quando o Secretário diz e diz também o Doutor Norton, sobre os 30% do valor de desconto, era claro que o pagamento em cota única, mas ele é sempre atualizado monetariamente, ou seja, porque disse aqui, mostrei que a receita do IPVA, era aquela receita que tínhamos, porque na verdade, quando você transforma, converte isso numa moeda estável como é o dólar como referência, você demonstra claramente o seguinte: queria ver o Doutor Norton e o Doutor Miguel, dizer que os Senhores fizeram uma sofisma, em relação a recuperação da memória inflacionária que todos nós temos, mas que não aplica no IPVA, porque temos uma moeda própria que é o FCA, que ela é corrigida diariamente, o FCA, é que claro criava...

O SR. ANTONIO BELINATI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, o ilustre Deputado que a gente admira tanto, Romanelli, está fazendo uma brilhante exposição sobre o IPVA, acho que é uma ilustração bastante fundamentada e até é uma pena, Deputado Romanelli, que estou ouvindo o discurso de Vossa Excelência. Estou olhando o relógio e a minha preocupação é a seguinte: é que tem vários Deputados inscritos desejando fazer perguntas sobre o IPVA e como a informação que nos chegou aqui é de que o horário vai terminar às 16 horas e não será prorrogável, por que o Secretário Salomão, tem uma reunião em seguida. Só pedi-

ria ao ilustre Presidente, que também o Deputado Romanelli nos desse a oportunidade de fazer a pergunta e abreviasse a exposição.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Senhor Presidente, só queria que o Senhor me informasse se feriu o Regimento Interno e extrapolou?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não. Vossa Excelência está dentro das normas regimentais, mas a Mesa quer alertar aos seus Deputados, que a partir do pronunciamento de Vossa Excelência, cada Deputado terá três minutos para pergunta e o Secretário, três minutos para a resposta.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Sr. Presidente, na verdade, até concluiria, atendendo o apelo do Deputado Antonio Belinati, que esta matéria do IPVA e da Receita do Estado, é uma matéria que, obviamente, todos nós independente da posição partidária, temos que ter muita responsabilidade, para que o Tesouro do Estado possa arrecadar e o Governo realizar as obras e cumprir as metas que se propôs. Claro que me preocupa o Governo propor um bilhão de dólares de empréstimo, mas essa é uma outra discussão e não é para esse momento.

Queria, Sr. Presidente, dizer o seguinte, me parece, na questão do IPVA, esta reunião, ela não pode ser conclusiva, e acho que devemos aprofundar essa discussão, porque de fato, as explicações que foram feitas aqui, muito bem fundamentadas, mas que são extremamente, na minha avaliação, pelos números que dispõe, pelo que conheço do IPVA, são altamente questionáveis, e quero crer, que esta Casa, aqui não pode assinar embaixo do Projeto do Governo.

Acho que deve ser discutido, melhorado, suprimir algumas coisas, incluir outras e, de fato praticar uma justiça tributária com o IPVA.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr. Secretário e demais componentes da equipe da Fazenda.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Sr. Secretário de Estado da Fazenda.

O SR. MIGUEL SALOMÃO - Muito obrigado, Sr. Presidente, obrigado Deputado Romanelli, talvez não tenha a sua combatividade, mas certa persistência tenho.

O sofisma cambial seu é impressionante, realmente, é usar a taxa de câmbio 95, quando o Plano Real começou um por um e baixou para 0,82, é evidente que, em cada Real, comprei muito mais dólares do que

comprava com a taxa de câmbio inferior. Então, o desempenho da Receita do IPVA, medido em dólar 95, reflete a enorme valorização cambial que o Real teve, a partir da implantação do Plano, isso aí, qualquer analista financeiro sabe, o risco de usar valores em dólares, diante de uma administração à taxa de câmbio como aquela que ocorreu o ano passado.

Então, não representa, não pagamos as nossas contas em dólares, Deputado, pagamos em Real, o Tesouro executa a sua despesa em Real, e portanto, essa valorização que ocorreu a partir de julho de 94, realmente distorce toda essa estatística, se ela for feita apenas em dólar.

Então, tenho certeza, que não foi um sofisma voluntário, foi involuntário, que esse é um assunto, que mesmo especialistas financeiros costumam não detectar com necessária precisão.

O veículo-trabalho. Estamos todos de acordo que o veículo nas famílias de classe média é do trabalho. Mas, sabemos que o veículo é um símbolo representativo da concentração de renda no país.

De outra forma, eu não teria uma Elba, teria uma BMW, é óbvio, é evidente, há uma íntima correlação entre a base tributária do IPVA e a concentração de renda no país.

Qualquer benesse que eu faça em cima da arrecadação do imposto desse veículo, que é propriedade do veículo, é evidente que estou levando em conta a concentração de renda.

Estou plenamente de acordo que a nossa proposta pudesse ser aperfeiçoada, no que diz respeito a veículos estrangeiros.

O Sr. deve ter visto, São Paulo está cobrando 5% sobre veículos estrangeiros.

Me associo a sua preocupação e se vier a Assembléia Legislativa esta proposta, creio que será bem vinda.

Mas eu não comungo no meu entendimento, no que tange a transporte coletivo, a ônibus, é o grande povo que usa, aí sim está verdadeiramente a massa popular, e sabemos que diferentemente de um Banco, que tem no prédio um valor residual a sua despesa, a grande despesa do Banco é a captação, e ele cobra a taxa de juro pelo custo da captação, no caso da empresa de ônibus, o seu grande custo é o equipamento, é o ônibus, e evidentemente se onerarmos o equipamento com o imposto, ele vai ter que repassar isso na passagem, muito mais que um banqueiro repassaria numa taxa de juros, uma isenção ou não do IPTU.

Então, a analogia não é perfeita, precisa tomar cuidado porque pode nos levar a conclusões realmente equivocadas.

As locadoras, penso que as locadoras têm uma forte função geradora de emprego, entendo que na locadora não há luxo. Sim, gera emprego para manutenção dos carros,

gera empregos para motoristas, locação de veículo, é um instrumento que agiliza as relações comerciais, e mesmo no Estado agora está recorrendo a locação, em vez da aquisição.

Então, como é uma atividade econômica, e toda atividade econômica já gera necessariamente ocupação, me permitiria não comungar ao mesmo ponto de vista dos Senhores tanto da opção das locadoras.

Quanto ao problema do IPVA ser corrigido no dia 1º do mês, a questão não é se ele é corrigido ou não, é, em quanto é corrigido, se tinha 42% de correção mensal, antes do Plano Real, de janeiro a junho, e dava um desconto de 30, depois subiu 42 descontava 30, então na verdade não estava dando desconto nenhum, muito pequeno.

Quando passou que o Plano Real, a já corrigir a cada 3 meses, e corrigir na base de 3, 4% por benesse e continuando com 30% ao mês, antes mesmo do trimestre acabar, fiz uma remissão, fiz foi renúncia fiscal efetiva em relação a isso, o que está em jogo não é o fato de haver ou não correção, qual é o tamanho dessa correção, visa ver com o tamanho do desconto, essa é que é a questão fundamental.

Para tirar dúvida, Deputado estive em Washington no mês passado e encontrei o Dr. Victor T. e mostrei a ele que há um novo efeito Tanse, que ele desconhece nas economias que saem na inflação para estabilização, se elas não cuidam da relação desconto-correção. Discuti com o próprio Dr. Victor T. e mostrei que no Brasil vale a pena acompanhar mais e aprimorar suas teses, porque quando se sai da hiperinflação para estabilização tudo se reverte e se não se reverter com a necessária rapidez, tem novamente o efeito Tanse influenciando no valor real da Receita.

Então, dentro do tempo, parece que é três minutos para resposta, penso que comentei o essencial, mas queria louvar, Deputado, a sua combatividade. Ela é exemplar, eu o admiro muito por isso, embora nem sempre esteja com a razão, mas está com ânimo de buscar a verdade, e, nesse ponto, estamos rigorosamente iguais.

Muito obrigado, Deputado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, pela ordem, só para comunicar a presença entre nós do Diretor do Departamento de Trânsito, Vereador Marcos Isfer e também para dizer que o Dr. Reni quer passar uma informação com relação à pergunta feita pelo Deputado Romanelli.

O SR. RENI - É só um esclarecimento, que desconheço a fonte da qual o nobre Deputado obteve essas informações. De qualquer forma, as informações oficiais da

Secretaria, são divulgadas e apresentamos o seguinte: o IPVA de 94 em relação a 93, houve uma queda de trinta e quatro milhões. E de 95 para 93, uma queda de trinta e oito milhões. Ou seja, houve uma renúncia em 95 da ordem de trinta e oito milhões de reais, sendo que dezenove milhões pertencem aos municípios.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Só apenas para me basear, foi justamente um documento da Secretaria da Fazenda, assinado pelo D. Norton Siqueira Silva que dá a Receita mês a mês do IPVA, convertido pela moeda americana para os anos de 94, 95, 93.

Tenho um documento aqui e posso passar uma cópia para o Sr. A fonte é a Secretaria da Fazenda e foi o Dr. Norton que encaminhou a esta Casa, aqui, o Ofício.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Passo a palavra ao Sr. Geraldo Cartário.

O SR. GERALDO CARTÁRIO - Sr. Presidente, Sr. Secretário, gostaria de saber a opinião do Sr. Secretário, porque pretendemos entrar com uma Emenda nesse Projeto de IPVA, alocando os recursos arrecadados do IPVA ao Departamento de Estradas e Rodagem. Com todo o respeito ao Diretor do DETRAN, o Verador Marx Richard que aqui está, mas a própria população entende e já muitos têm me indagado aonde vai, precisamente, o recurso do IPVA, visto que o Orçamento do Estado para 96 tem um montante de recursos ao DETRAN e sabemos que o DETRAN também já tem uma arrecadação, que são as taxas e expediente e as próprias multas.

Por isso gostaria de saber do Sr. Secretário qual a sua opinião sobre a Emenda que pretendemos de alocar esses recursos diretamente do DER, visto que o DER hoje está sem pneus para os caminhões, está sem condições financeiras até de adquirir combustível; os funcionários do DER ganham uma miséria. O Engenheiro do DER ganha mil e cem R\$ em final de carreira.

Enfim, o DER que há alguns anos atrás era uma força total dentro do nosso Estado, um orgulho, hoje, está praticamente sucateado, sem recursos financeiros e com problemas seriíssimos nas Rodovias do Estado.

Essa era a primeira colocação.

A segunda colocação, aproveitando ainda Sr. Secretário, estamos passando por algumas divulgações por parte dos Srs. Prefeitos do Paraná com respeito até o fechamento em algumas Prefeituras. E estamos fazendo o levantamento e, entre os problemas maiores que as Prefeituras estão enfrentando, é a falta do prazo legal do

compromisso, já do comprometido em contrato nos convênios, ou seja, Secretaria de Finanças não está repassando às prefeituras dentro do prazo contratual de que a prefeitura tem de receber, isso na municipalização do ensino, na FUNDEPAR e inclusive no PDE que é um recurso que já é locado antes de assinado o convênio.

Gostaria então, com todo o respeito, que Vossa Excelência nos informasse essas duas colocações.

O SR. MIGUEL SALOMÃO - Obrigado, Deputado Geraldo Cartário.

A possibilidade da Receita do IPVA ser canalizada para o DETRAN realmente é complicada, porque há uma vedação constitucional na vinculação de receitas. A modernidade em termos de orçamento caminha para acabar com as vinculações, porque as vinculações geram ineficiência na locação de recursos, na medida em que em determinado ano a massa tributária alocada para certa finalidade pode ficar ociosa se aquela finalidade deixar de ser tributária.

Então, evidentemente que não é possível essa vinculação. Acho que o DER deve resolver. Sou membro do Conselho de Administração do DER, tenho participado com o Secretário Deny Schwartz das reuniões do Conselho e estou razoavelmente informado dos problemas que o nobre Deputado mencionou, mas efetivamente a solução dos problemas financeiros do DER não pode passar por vinculação de receita e sim, se for o caso, na aprovação de orçamento pelo estabelecimento, dotações do lado da despesa que a Assembléia Legislativa vem aprovar.

O segundo ponto, as prefeituras, realmente as prefeituras vivem neste momento uma situação dramática. O Tesouro do Estado talvez não viva ainda uma situação tão dramática, porque temos adotado uma linha de pagar aquilo que é urgente e essencial e de tentar cortar aquilo que não é urgente e essencial.

Mas a minha posição de Secretário da Fazenda é de não fazer o indviduamento acompanhar a despesa, quero que a despesa acompanhe a receita. Não trabalho com hipótese de equilíbrio financeiro através do aumento do endividamento bancário, trabalho com hipótese de ajuste fiscal pelo equilíbrio de receitas com despesas, porque isso é duradouro, isso é construir realmente em cima de rocha e não em cima de areia movediça.

Não tenho a gestão do orçamento do Estado, e os Senhores sabem que o orçamento do Estado é gerido pela Secretaria de Planejamento. Somos apenas o caixa pagador, já estamos sentindo na boca de caixa alguma pressão, já estamos trabalhando junto ao Secretário do Planejamento para que es-

sa pressão seja aliviada e equacionada no antro da Secretaria de Planejamento, de modo que não vou além das sandálias, falo daquilo que é da minha área, do meu domínio, e da minha área e do meu domínio rigorosamente pagamos aquilo que o Senhor Governador estabelece com prioridade em função da Receita que temos.

Agora, queremos adotar a Receita, e por isso estamos aqui para defender a lei do IPVA. Não há outro caminho, Deputado, não há milagre para gerar dinheiro para pagar as despesas crescentes se falarmos em política fiscal mas não adotarmos as medidas necessárias para preservar a receita do Estado.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Cezar Silvestri.

O SR. CEZAR SILVESTRI - Senhor Presidente, Senhor Secretário.

Quando Vossa Excelência falava do efeito "Robin Wood", o Senhor nos dizia que 500 contribuintes detinham em torno de 12% da frota paranaense. Então, fizemos um cálculo e isso daria em torno de 240 veículos por proprietário. Logicamente Vossa Excelência se referia às transportadoras, às empresas de ônibus, às locadoras, e depois Vossa Excelência mesmo disse que não teria como aumentar a tributação para essas empresas, porque isso seria jogado nas tarifas, prejudicando exatamente o consumidor.

Mas, no momento que aprovamos um aumento de alíquota, a cobrança é direta, Senhores Deputados, ou seja, todo o contribuinte diz que os Deputados aumentaram essas alíquotas e a cobrança vem diretamente para cima de nós.

Então, precisamos na verdade, de uma justificativa para a população. Logicamente concordo com Vossa Excelência com relação ao efeito "Robin Wood", então, essa justificativa que nós realmente precisamos de Vossa Excelência para que possamos inclusive justificar a todos os paranaenses.

Outra pergunta que gostaria de fazer a Vossa Excelência é no sentido quando o Senhor diz, o Senhor citou inclusive o ICMS, quando o Senhor diz que no caso do ICMS os juros de mora são de 1% e que favorece inclusive quem atrasa. Gostaria de discordar de Vossa Excelência, se Vossa Excelência permitir, porque no caso de você atrasar o ICMS, você só pode parcelar seu débito no momento em que você entra em dívida ativa. Se não me engano, o prazo que decorre é de trinta dias. E automaticamente é implantada uma multa de 30%. Então na verdade, você não paga 1% de juro, você está pagando 30% de multa, além do que, as parcelas são corrigidas pela UFIR.

Então, a proposta que gostaria de fazer a Vossa Excelência, concordo plenamente que o desconto de 30% deve ser reduzido para 10%, porque não estamos mais vivendo num período inflacionário de 20 ou 30% ao mês. Inclusive, isto já apresentei na Casa, um projeto de lei reduzindo a multa de 30% para aqueles que têm atraso junto ao ICMS, de 30% também para 10%.

E a consulta que faço à Vossa Excelência, se é necessário tramitar através de projeto de lei, ou se por decreto, o Secretário poderia fazer essa redução de 30% para 10%. Se for possível por decreto, apresentarei um requerimento nesta Casa, e também gostaria de aprovação, até por uma questão de justiça, se reduzirmos os descontos de 30%, porque baixou a inflação, logicamente não cabe mais uma multa de 30%, porque não vivemos mais num período inflacionário de 30%, 40% ao mês.

O SR. MIGUEL SALOMÃO - Muito obrigado ao Deputado Cezar Silvestri.

A acuidade das suas perguntas evidenciam que prestou uma grande atenção ao tema, e isto para mim é altamente lisonjeiro. Muito obrigado.

Realmente quando falei que 5% dos contribuintes do IPVA respondem por 12%, mas na verdade não era 12%, é 14%, estou vendo agora o número correto. Estão englobados aí todos os contribuintes, inclusive aqueles frotistas, mas também estão englobados os proprietários de automóveis, e tenho um outro dado um pouco mais extenso, ao invés de 500 maiores contribuintes, se eu apenhar os 3.000 maiores contribuintes, no universo de quase um milhão de contribuintes, portanto 0,3% do universo dos contribuintes, eles respondem por 27% do imposto avançado, de semestre lançado, e representam cerca de 47 mil veículos, quer dizer: os três mil maiores contribuintes já chegam uma diluição de quarenta e sete mil veículos, e aí tenho certeza que há uma forte presença da frota de táxi, e também frotas familiares. Chamo frota familiar aquela que entope a garagem e já não dá mais.

Então, Deputado, a sua pergunta é correta, é perfeita. O dado é global, mas o efeito que há no segmento de caminhões e ônibus, há também no de automóveis, porque estão dentro do mesmo universo. Mas, talvez temos que melhorar a nossa estatística e separar as duas coisas.

O segundo aspecto levantado, até ficaria feliz se a Assembléia Legislativa aproveitasse o nosso projeto de lei para mudar a mora, e ali resolvesse a questão da multa. Estou de pleno acordo se a multa é de 30% no regime de inflação alta, é evidente que num regime de inflação baixa, a multa talvez possa ser menor, mas isso

infelizmente não é matéria que possa ser feita por decreto, isto teria que ser feito por lei.

Só chamo a atenção para um perigo muito grande, de termos um efeito gangorra, quer dizer, subo a mora para evitar a inadimplência, mas se reduzir muito a multa, estimula a inadimplência.

Queria lembrar que os 30%, se dilui, viram quase nada, considerando os cinco anos em média, que levam as cobranças no âmbito administrativo, Conselho de Contribuintes e na justiça. Ao longo de cinco anos com a diferença da taxa de juros do mercado financeiro e a taxa em 4,30% para 1%, compensa amplamente a multa de 30% e ainda dá um enorme lucro.

Então, um outro dado, Deputado, que preciso levar, é o tempo que está demorando para que a cobrança ocorra, e aí a multa de 30% pode não ser alta. Mas, agradeço a sua observação, ela foi bastante precisa.

O SR. CEZAR SILVESTRI - Mas, Senhor Secretário, no caso de parcelamento dos débitos, se não me engano, o prazo máximo é de vinte e quatro meses, doze ou vinte e quatro meses. Não chegaria a sessenta meses. Nesse caso de parcelamento de parcelas em débito, não poderia ser reduzido para 10%?

O SR. MIGUEL SALOMÃO - Vou pedir ao Reni Pires, que domina mais a matéria, para responder. Faça o favor, Dr. Reni.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Caíto Quintana com a palavra.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente e Senhor Secretário.

Não vou, praticamente, fazer uma pergunta. Quero fazer uma constatação.

Temos analisado, Doutor Salomão, as mensagens enviadas pelo Governo a esta Casa, principalmente a mensagem do IPVA. Confesso-lhe, do ponto de vista, mas ponto de vista se respeita. Respeito por exemplo o ponto de vista do Senhor Diretor Geral, que coloca nos ombros dos Deputados a responsabilidade da importância que o município vai receber. Discordo deste ponto de vista, mas entendo.

Tenho analisado, Dr. Salomão, tenho lido a Lei do IPVA, e com sinceridade não me convengo com o aumento que estamos propondo. Não convence a explanação feita aqui. Teríamos que ter pelo menos tempo para contestá-la, item por item. Lamentavelmente, não temos tempo, portanto, prefiro deixar esta discussão para o dia que estivermos votando aqui na Assembléia a Lei do IPVA.

Dois ponto setenta e cinco por cento o

aumento para os veículos. Mexemos, inclusive, na base de cálculo desses valores, aumentando a base de cálculo para 95% do custo do ano anterior do veículo é alterar demais.

Permito-me também não concordar com a verdade que hoje se vive neste País. O veículo não é mais status, Senhor Salomão, de riqueza. Temos aí cidadão com um Fusquinha 70, tentando ganhar a vida vendendo mercadoria na porta das casas. O veículo para a grande maioria dos trabalhadores, do cidadão brasileiro, é um instrumento de trabalho. Graças a Deus, por sinal. Graças a Deus, um sinal de evolução da Nação. Mas um veículo não é mais um instrumento de passeio, principalmente, um veículo usado.

O IPVA é alto, se tivéssemos um computador aqui, agora, Dr. Salomão e pudéssemos tirar o custo do IPVA dos veículos dos Srs. Parlamentares, que estão aqui, dos Srs. que estão assistindo esta reunião, o Sr. vai ver que tem gente aqui, que é da classe média, em poder de ganho e que tem dificuldade de pagar o IPVA.

A colocação feita também é aliás com muita pertinência veio o Deputado Geraldo Cartário, na questão dos recursos no DETRAN. Foi o seu próprio Diretor Geral que fez uma argumentação que o IPVA tem que levantar, porque ele não pode dar isenção, que tanto faz um carro novo, como um carro velho, que utilizam as estradas e gera despesa da conservação das estradas para o Estado e para o Município.

Portanto, seria de se pensar na possibilidade de parte desse recurso ser locado para a Secretaria de Transporte e não teria nenhum constrangimento constitucional. Porque estaríamos fazendo uma vinculação de receita, seria um ato governamental de transferência.

E para encerrar, Sr. Presidente, só quero dizer uma coisa, o DETRAN, data vênica, não é um empresa particular que vise lucro e cobertura de suas despesas e todos os Srs. Parlamentares aqui, foram testemunhas. No final do ano passado, a Diretoria anterior do DETRAN, andava desesperadamente tentando sumir, porque o caixa do Tesouro, estava querendo recolher do DETRAN, trinta milhões de reais, aí trinta milhões de reais em caixa do DETRAN.

A Diretoria do DETRAN se escusando para não passar, aliás não passou e fez muito bem, portanto, o DETRAN tem recursos financeiros para se manter e se necessário levantar para 2.75% o imposto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sr. Secretário.

O SR. SECRETÁRIO (Miguel Salomão) - Depu-

tado Caíto Quintana o aumento que dariam ao Fusca/70, seu operante vai pagar doze centavos a mais.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Aliás, Sr. Secretário, só para lhe dizer que estes exemplos pinçados, lamentavelmente, coloquei, é exatamente, o que foi demonstrado aqui no quadro. Procurando os melhores exemplos para o lado do imposto.

O SR. SECRETÁRIO (Miguel Salomão) - Obrigado Deputado. Assim como exceção não pode ser exigido em regra, também, o raciocínio não pode deixar de ser calculado. Temos uma tarifa mínima que será cobrado do feirante que tem um fusquinha 70, se pagar 2,5% ao invés de 2% Deputado, ele vai pagar 12 centavos a mais de imposto no ano.

Então, acho que temos que começar, veja bem...

O SR. CAÍTO QUINTANA - Sr. Secretário eu perguntaria, já que o seu cálculo é tão, ou o Sr. está querendo, eu em cima de minha colocação o Sr. está querendo tripudiar sobre ela ou então, o seguinte: se é tão desnecessário, se é R\$ 0,12 apenas que aumenta é tão insignificante, por que aumentar?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Secretário.

O SR. MIGUEL SALOMÃO - Sr. Presidente, só queria concluir o meu raciocínio. Lembraria que não estou aqui para buscar culpados, nem para atacar ninguém, estou para colaborar na busca da verdade.

Sabemos que uma renúncia fiscal de meio por cento, sobre um valor como esse ou sobre uma Mercedes 500 do ano, tem um impacto financeiro para o Tesouro, diferente e também para a população como um todo um alto interesse social, porque o imposto é um redistribuidor de renda, Deputado, o imposto é um fator de redistribuição de renda, o efeito "Robin Hood", que mencionei antes.

Então, com todo o respeito, Deputado, em nenhum momento eu quis, - desculpe a falta de traquejo em debate parlamentar, - em nenhum momento eu quis tripudiar sobre o seu exemplo, a intenção não foi essa e se assim entendeu, peço que me desculpe, não houve a intenção. Só queria deixar claro, como é que estamos vendo essa questão dos números.

Evidentemente, não estamos promovendo um aumento de carga tributária, em relação ao passado, se pegarmos a média no ano passado conforme o Dr. Reni demonstrou, ainda estaremos em 96 abaixo dessa média.

Não estamos elevando a curva da carga

fiscal sobre a população, estamos tentando minimamente tirar os Municípios e o Tesouro do Estado, de uma situação aflitiva de finanças públicas e temos que fazê-lo através do imposto que tem a maior característica "Robin Hood" como é esse IPVA que o Deputado Romanelli entendeu muito bem e sugeriu até que o carro importado tenha uma alíquota um pouco mais alta, é nessa linha que estamos trabalhando, é nessa linha que estamos agindo, agora não podemos dirigir em regra como princípio geral que efetivamente há um segmento da população com carros velhos trafegando mal.

Queria lembrar Deputado mais uma coisa muito importante, essa é fundamental que não venham por favor, pensar que estou fazendo um loby de seguradora, o seguro obrigatório é pago, o IPVA existe quando ele não existe o proprietário já não paga as demais taxas, não paga o DETRAN e não paga o seguro obrigatório, há cerca de 825 mil veículos antigos que ficariam isentos rodando e podem atropelar.

As vítimas desses atropelamentos com o veículo pobre está num bairro, é provável que a vítima do atropelamento também seja pobre. Internada num hospital. Mas o mecanismo da arrecadação, desculpe Deputado, só queria me referir ao mecanismo da arrecadação.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, é difícil, me permite?

É por isso que é ruim fazer uma pergunta porque ficamos sem a possibilidade do questionamento e daí fica ouvindo sem poder questionar, coisas que também não são exatamente a verdade é ruim, acho melhor a Assembléia ouvir as explicações da parte da Secretaria e do DETRAN e discutir na seqüência o projeto aqui entre nós Parlamentares que somos exatamente os responsáveis pela feitura da lei.

Porque se não fica ruim não dá ping-pong, o Sr. diz depois o que quer.

O SR. MIGUEL SALOMÃO - Ok! Acato a sua sugestão e vou terminar.

Aconselharia que se fosse ao Pronto Socorro Municipal, ver a quantidade de pessoas atropeladas, cujo seguro obrigatório seria socialmente relevante para essas pessoas atropeladas e verifiquem o tamanho do problema.

Então só acho que a arrecadação da taxa do DETRAN e do seguro obrigatório se houver a isenção do IPVA, tornasse bastante problemática e historicamente não é cumprido. Estou fazendo, uma constatação, não fazendo aqui uma digressão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL - Sr. Presidente, Sr. Secretário.

Vou fazer algumas colocações e algumas perguntas.

Primeiro lugar quero concordar que a alíquota de carros importados deveria ser maior haja vista que o Estado tem o objetivo de arrecadar e precisa arrecadar e até poderíamos compensar uma alíquota maior nos carros importados reduzindo quem sabe até a alíquota dos carros nacionais.

Faço a seguinte pergunta esse 1% de alíquota para ônibus, caminhões e quaisquer outros veículos, quer me parecer, se aí se enquadra as locadoras de veículos e pelo que estou entendendo, a interpretação da lei se enquadra também, uma alíquota bastante cômoda, principalmente para as locadoras de veículos que vendem os seus serviços e vendem a um valor bastante razoável, vendem bem.

Acho que poderíamos aumentar esse valor sem problemas.

Quero também, existe uma isenção colocada no Art. 14, se é objetivo do Estado arrecadar, não vejo com muita simpatia essa isenção dada para ônibus, até porque, isto reproduzindo na tarifa da passagem, com certeza não creio que os transportadores, os empresários de ônibus repassem esse benefício para a pessoa que usa o serviço através da tarifa.

Então, se o objetivo é arrecadar, essa isenção Sr. Secretário poderia bem ser suprimida, fazendo com que as quotas de ônibus que existem no Estado pudessem pagar o IPVA. Até porque, se está tirando, subtraindo a isenção daqueles que têm veículos com mais de 15 anos, porque não cobrar dos frotistas que são pessoas, sem dúvida alguma, com alto poder de barganha e negociação.

Então fica a sugestão e também a pergunta, e quero me solidarizar aqui com o Deputado Cezar Silvestri, que na mesma linha, se estamos alegando que o desconto de 30% que pessoalmente acho um desconto muito alto também, no momento em que a inflação está estabilizada, seria muito conveniente, não se ter multas de 30%, ou de 20%, se partirmos do pressuposto que a inflação está estabilizada.

Então, gostaria de ouvir a opinião do Secretário sobre essas sugestões que posteriormente vamos detalhar e discutir aqui na Assembléia, para podermos ter uma boa Lei do IPVA de agora em diante.

O SR. MIGUEL SALOMÃO - Obrigado Deputado Durval Amaral.

A primeira reflexão, Deputado é que o desconto diferentemente da multa tem um dado financeiro. A multa punitiva, a Lei que estabelece um castigo que portanto, a multa não tem caráter de co-relação de ta-

xa de inflação ou taxa de juros, o desconto tem uma nítida co-relação com taxa de juros, bom, não vou ensinar o "padre a rezar a missa", o Deputado Durval Amaral foi Diretor da Fazenda, domina a matéria amplamente. Mas não podemos fazer analogias sobre desconto e multas.

O segundo aspecto que gostaria de comentar, é que efetivamente a Assembléia, refletindo a vontade popular, pode, não vejo razão nenhuma, aumentar a alíquota de importados e reduzir a nacional. É preciso fazer isso dentro de uma engenharia financeira, que não comprometa o orçamento do Estado. Só vou dar um exemplo aqui, no ano passado, quando se aprovou, se alterou a Lei do IPVA, dia 28 de dezembro, reduzindo a alíquota de 3 para 2%, e no dia se aprovou o orçamento, não se fez no orçamento a substituição da previsão de Receita, que era necessário para a redução da alíquota.

Então, qualquer coisa que se faça, vai afetar o equilíbrio, é importante ter isso em conta.

Quanto à questão dos ônibus, Deputado infelizmente, as tarifas de ônibus urbanos controladas, nas planilhas de cálculos das tarifas entre o IPVA, quer dizer há toda uma amarração na co-relação, que ultrapassa um pouco, vamos dizer, a nossa capacidade de arbitrariamente mexer nisso, sem necessariamente mexer em planilhas etc.

De qualquer modo, acho que esta é uma Casa do povo, e a Casa do povo pode aprovar e sugerir diferentemente.

De minha parte, o que quero é que o imposto do IPVA seja o mais justo possível, se para ser justo ele tem que aumentar a alíquota sobre o ônibus, transporte popular, não sei, nós precisamos discutir, os Senhores melhores do que ninguém podem avaliar isso.

Finalmente, acho que nós ao mantermos a alíquota em 1%, já estamos fazendo uma política diferenciada, para caminhões, ônibus, etc.

Obrigado Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Emerson Nerone.

O SR. EMERSON NERONE - Senhor Secretário, gostaria apenas de fazer um comentário e ouvir sua resposta, com relação a uma colocação sua no início, o Senhor disse que não há uma vinculação efetiva do IPVA, mas há uma vinculação filosófica com relação ao repasse do dinheiro arrecadado do IPVA para obviamente os mesmos, para o conserto de estradas, para novas rodovias etc. Mas há uma questão filosófica que centraliza toda a proposta do Governador Jaime Lerner com relação aos transportes, que é a de terceirizar o nosso sistema

viário, as principais ligações viárias do Estado do Paraná.

Pergunto-lhe se não há então aqui uma contra-mão, já que nós estaremos aumentando a arrecadação e, por outro lado, filosoficamente, e agora há uma implementação de fato, através da Lei de Orçamento, deste ano, há uma implementação de fato da busca da terceirização e aí os proprietários de veículos do Estado do Paraná passarão a deixar nos cofres, não são públicos, mas de certa forma nos cofres públicos nas tarifas que irão pagar para andar de um lado para o outro no Estado do Paraná. O pedágio não é público, mas de certa forma o é, porque é uma concessão do Estado.

Em segundo lugar, gostaria também de discordar aqui de uma sobre-taxação dos carros importados. Gostaria, assim, de colocar uma discussão sobre a sobre-taxação dos carros de luxo, importados. Mas os carros que não são de luxo, importados, muitas vezes vieram colaborar para que no Brasil se criasse, as indústrias se obrigassem a manter no mercado carros de menor valor, exatamente para que a concorrência não lhes tirassem uma fatia importante do mercado.

Em terceiro lugar, que o imposto progressivo e, aí uma pergunta, se há uma possibilidade de implementação de imposto progressivo pelo número de veículos de cada proprietário. Obviamente excluindo as pessoas jurídicas que têm mais ou menos veículos, conforme o seu serviço, mas o imposto progressivo sobre a quantidade de veículos que cada proprietário teria.

O SR. MIGUEL SALOMÃO - Obrigado, Deputado Emerson Nerone.

Deputado, a vinculação filosófica que mencionei já foi para deixar claro que não há uma vinculação direta, quer dizer, não há uma destinação obrigatória do recurso do IPVA para estradas.

Quanto a terceirização, penso que no futuro, quando já estiver implantado a terceirização, parece justo que se reduza a carga tributária sobre a população. Se a população já vai pagar para usar estradas, não é o Governo mais que vai oferecer estradas para a população, é justo que o Governo reduza a carga fiscal. Mas não necessariamente no IPVA, pode ser no ICMS. Porque o IPVA, ele é mais um imposto sobre as riquezas, num certo sentido. Ele é um imposto sobre a propriedade de veículos auto-motores. Mesmo que a pessoa nunca viaje, nunca saia de Curitiba, ela não vai pagar pedágio, vai circular dentro da cidade. Também nesse caso estará sendo privilegiada.

Acho, como filosofia, se o pedágio vai ser implantado, será feita a terceiriza-

ção, é justo reduzir a carga fiscal, mas não precisa ser necessariamente vinculada a redução do IPVA.

Já temos o luxo refletido no valor do carro, na base tributária. É evidente que um automóvel importado, popular custa barato e o automóvel importado de luxo tem o valor mais alto. Se eu já aplico alíquota sobre um valor mais alto, eu não deveria teoricamente discriminar a alíquota. Até deixo o assunto para ser mais bem debatido. A tese do Deputado Romanelli, acho que encontra na sua tese uma boa contra-argumentação. Tenho o luxo refletido no valor do automóvel e não preciso refletir na alíquota, como doutrina tributária, a gente não deve discriminar nas alíquotas, a não ser efetivamente do princípio da essencialidade dos bens de consumo ou na progressão do Imposto de Renda.

Agora quanto ao mais, se a alíquota é igual sobre a riqueza ou sobre bens e o bem já é maior: IPTU, ele tem uma casa de mil m² ou de cem m². Evidentemente, passa por uma política social não cobrar da população pobre, mas rigorosamente não é a alíquota um instrumento de discriminação, é o valor da base tributária.

Quanto, dentro das famílias, eu tentar um imposto progressivo, eu só vou estimular que os certificados de propriedade sejam emitidos em nome do filho, da sogra, da empregada, vai haver escapatória para isto. Não creio que seja uma boa solução.

Obrigado, Deputado Nerone.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Sérgio Spada.

O SR. SÉRGIO SPADA - Senhor Presidente, Senhor Secretário Miguel Salomão, Senhor Diretor Geral do DETRAN, Dr. Marcos.

Quero fazer um questionamento; os veículos conforme a Legislação em vigor, se nacionais com mais de 15 anos, se importados com mais de 20 anos estão isentos hoje do pagamento do IPVA. Segundo dados colocados pelos técnicos da Secretaria da Fazenda e o próprio Secretário, cerca de 800 mil veículos estão nesta situação.

Quero fazer um questionamento, para ver de Vossa Excelência Senhor Secretário, se compensa efetivamente tributar novamente esses veículos. Em primeiro lugar, porque o Estado estará atingindo tributando cerca de oitocentas mil pessoas que detêm, que são possuidoras desses veículos antigos. Nada, nada 10% da população do Estado do Paraná. Como a taxa vai ser da ordem de 25 reais sobre o valor do veículo, significa que se arrecadasse tudo que tem direito e fosse possível chegarmos a uma arrecadação de cerca de vinte milhões de reais por ano.

Acontece que na prática muitos desses

veículos existem só no cadastro do DETRAN, já nem existem mais porque a antiguidade e a precariedade dos carros nacionais eles não duram muito tempo assim. Muitos desses carros desses proprietários não pagam de jeito nenhum o IPVA porque eles não vêm para as rodovias, esses carros são usados no quintal, no fundo das fazendas, enfim, não aparecem nas BRs para serem multados ou apreendidos pelo setor de fiscalização da Polícia Rodoviária Federal.

Tendo em vista que logicamente, a operacionalização dessa arrecadação tem um custo: processamento, correio, o serviço do funcionário do DETRAN, os serviços bancários, essa arrecadação que seria de vinte milhões de reais cai para muito, mas muito menos.

E isso seria muito investimento, muito trabalho para pouco retorno, a taxação com mais de vinte anos de idade digamos assim. E outra questão, tenho um cálculo aqui que me foi passado pelo sindicato dos despachantes do Estado do Paraná. Estou com um caso concreto aqui, para mostrar que mudando a alíquota, reduzindo o desconto para um pagamento à vista vai haver um incremento no valor do IPVA pago por esse mesmo cidadão desse veículo, cerca de 76% e um incremento real no IPVA de 1996 em relação ao IPVA pago no ano de 1995. Considerando-se inclusive a depreciação desse veículo.

Então, na verdade a consolidação da lei do IPVA parece ser nada mais nada menos do que mais um aumento da carga tributária em cima dos proprietários de veículos no Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Secretário Miguel Salomão.

O SR. MIGUEL SALOMÃO - Obrigado, Deputado Sérgio Spada.

Infelizmente, se esses veículos estão ou não em fundo de quintal ou de fazenda, o DETRAN é obrigado a manter o seu cadastro, caso ocorra um acidente com um veículo desse e se identifique a placa, é necessário identificar o responsável, o proprietário, estamos obrigados e isso é uma obrigação nacional, a ter o cadastro dos veículos, porque nós sabemos que os veículos infelizmente podem ser também causas de acidentes graves, de mortes e de prejuízos a terceiros.

Então, o custo de manter esse cadastro existe, a pergunta é se nós devemos nos ressarcir desse custo ou não e concordo com o Senhor, o nosso cadastro precisa ser atualizado, há muitos carros que estão em nosso cadastro que já não existem mais; só que esse trabalho não foi feito nos últimos anos, está sendo feito agora neste

ano, porque não me conformei de encontrar uma quantidade enorme de guias de recolhimento de IPVA, que o BANESTADO devolveu para o DETRAN, guardado no DETRAN, e que não ia para a dívida ativa, e não se fazia nada.

Colocar em dívida ativa não faz sentido, sai caro. É melhor ir atrás das pessoas, para ver se estão vivas, se o carro existe ou não existe, se estão usando, se pagam imposto que deixaram de pagar.

Então, Deputado, o cadastro é de interesse nacional e social, não podemos abrir mão dele, e é a única maneira que temos de ressarcir, em parte, o custo disso, é cobrar uma taxa mínima, que cobra realmente o que estamos cobrando, só faz o ressarcimento do custo desse cadastro.

A depreciação do veículo, Deputado, já foi demonstrada aqui, ela está refletida na nossa base de cálculo, o veículo depreciou, mas estamos cobrando o IPVA, a alíquota, são valores menores já depreciados. Ficou bem claro que, de dez milhões para sete milhões de unidades fiscais, a máxima tributária dos veículos de passeio devido a depreciação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Toti Colaço com a palavra.

O SR. TOTI COLAÇO - Senhor Secretário, meu prezado Presidente.

As minhas indagações, muitas delas já foram abordadas por outros Parlamentares. Queria deixar registrado aqui, a minha preocupação também a exemplo do que fez o Deputado Cezar Silvestri, quando ele colocava no momento da sua indagação, que no momento em que foi aprovado este aumento de 2% para 2,75%, do aumento do IPVA, na verdade, para nós Parlamentares, não foi o Governo que aumentar, foi a Assembléia, fomos nós, senão os Senhores.

Então, temos essa grande preocupação, e vamos ter que analisar com muito carinho amanhã ou depois, o projeto que está aí para ser votado. E a minha preocupação também seria uma indagação ao nosso Secretário.

Transporte coletivo urbano, aqui da Região Metropolitana, está isento do pagamento do IPVA, segundo o que a gente tem conhecimento. O transporte coletivo, que vem do interior do nosso Estado, está taxado, tem que pagar o IPVA. O transporte escolar, das Prefeituras Municipais, que estão passando por uma dificuldade extrema, têm que pagar o IPVA.

Senhor Secretário, não seria de bom alvitre, de que se isentasse também o transporte coletivo intermunicipal, porque as famílias, o usuário que vem do interior do Estado do Paraná para a Capital, não

vem mais a passeio, pessoal que vem do interior, vem em busca da solução de um dos seus problemas, vem em busca de emprego, vem em busca de serviço, vem em busca de um hospital, ele vem fazer compras, ele vem sempre em busca de alguma coisa, passear é muito difícil, difícil mesmo, porque na verdade, eles não estão tendo condições de sair e fazer um passeio.

Então, já que está isento, para baratear a passagem aqui na Capital, vamos isentar também o pessoal que vem do interior, barateando o custo e isentando a cobrança do IPVA.

Permito-me dizer a Vossa Excelência, e vou fazer um pedido. Vou apresentar uma emenda em nome do Bloco Municipalista, juntamente com o Deputado Orlando Pessuti, que representa o Bloco Agropecuário, e colocando evidentemente, já que houve precedente da isenção aqui na Capital, solicitando a isenção dos veículos oficiais das Prefeituras, e principalmente dos ônibus que transportam os estudantes, e também das empresas, porque na verdade, se na Capital não se paga, porque o pessoal que transporta que vem do interior tem que pagar.

O SR. MIGUEL SALOMÃO - A primeira questão esquivo-me de abordar, não é assunto da minha..., foi a Assembléia que aumentou. Realmente é um ônus que a Assembléia tem que avaliar.

Só acho que, com esse aumento de imposto, pudemos melhorar o salário dos funcionários do Estado. Os Deputados poderiam também dizer que foi graças à decisão da Assembléia que se viabilizou uma coisa boa, que é o aumento do salário para os funcionários do Estado. Quer dizer, não pode só ver o lado perverso da arrecadação, mas também o benefício que essa arrecadação reverte.

Segundo ponto, o transporte coletivo urbano é usado pelo trabalhador que vai diariamente ao trabalho. Ele sai da sua casa para ir para a empresa, e da empresa para a casa. Diferentemente do transporte intermunicipal, até me arriscaria a fazer uma comparação, Deputado, sobre a quantidade que se anuncia que todo o fim de semana está em Foz do Iguaçu...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, o Secretário.

O SR. MIGUEL SALOMÃO - Obrigado, Presidente.

Na verdade, queria dispensar, o que é um transporte que é feito uma vez por semana, e um transporte que é feito quatro vezes por dia. Quer dizer, que o transporte coletivo urbano, sai da casa para o trabalho, da casa para a escola, é muito

mais intensamente utilizado. O tributo que recai sobre isso, acaba de alguma maneira sendo mais intenso sobre o usuário de transporte. É mais concentrado em cima daquele trabalhador.

O transporte escolar, se ele é sustentado pela Prefeitura e muitas vezes é municipal. A Prefeitura é nossa sócia na arrecadação do ICMS, é dela 50% do que arrecada. Então, há retorno quase que debitável de ter arrecadado, para a finalidade que a Prefeitura destina, no caso do transporte municipal escolar.

Então, basicamente é isso, Senhor Deputado. Agradeço a sua observação. Obrigado.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Nossos cumprimentos a Presidência da Casa, ao Senhor Secretário, aos demais integrantes da equipe da Secretaria da Fazenda e do DETRAN, aqui presentes.

Também penso igual ao Deputado Toti Colaço, no que diz respeito a isenção que se dá aos ônibus municipais e de transporte municipal e metropolitano e a isenção que não se dá aos transportadores intermunicipais e também, como ele frisou bem, a questão do transporte escolar.

Estamos avaliando e essa discussão de hoje é oportuna, a apresentação de emendas com vistas a estendermos também, essa isenção aos veículos oficiais, tanto no município quanto no Estado àqueles que ainda não são alcançados pela isenção. Porque lá no município, a exemplo do que disse o Deputado Toti Colaço, o ônibus escolar, mas também tem a Kombi que transporta o deficiente, tem a Kombi que faz o serviço na área social, tem a ambulância, tem o caminhão que transporta os operários para o trabalho.

Temos nas empresas hoje Suco-Alcooleiras do Estado do Paraná, nas destilarias de álcool, hoje é uma exigência que se utilize ônibus para transportar os operários que vão cortar cana. Então, acho que o que temos que fazer é dar uma isenção àquele transporte que visa atender o trabalhador.

Entendo que teríamos que estender isso também aos veículos municipais, porque o caminhão, uma pick-up, uma kombi, uma ambulância, qualquer veículo para ter uma municipalidade, por exemplo, ele é utilizado no dia-a-dia transportando o trabalhador municipal, transportando máquinas e equipamentos, materiais para executar obras em benefício da comunidade. E quando falamos no social, quero confessar que dei apenas uma lida nesta proposta do IPVA.

Quero inclusive cumprimentar a Secretaria pela consolidação de todas as demais leis, porque acho que aqui temos uma clareza agora, do que é IPVA. Porque antes,

modávamos o inciso, o artigo, o parágrafo e no fim até para analisar era difícil.

Mas, na leitura rápida que fiz, e considerando que, recentemente, na Comissão de Finanças, fui relator de um projeto de lei. Não me recordo se era do Deputado Belinati, ou do Deputado Carlos Simões, não me lembro agora, que visava estender o benefício da isenção do IPVA às entidades filantrópicas e naquela ocasião consultamos a Secretaria da Fazenda e o DETRAN e fomos informado que essa isenção já existia em lei, inclusive anexaram a cópia da lei e rapidamente, lendo a proposta, não encontrei. Confesso que na leitura breve que fiz, não encontrei a figura da isenção do IPVA para os veículos pertencentes às entidades filantrópicas e assistenciais que sejam de utilidade pública estadual pelo menos.

Então, a pergunta que faço, é se nessa proposta está contemplada a isenção para os veículos pertencentes às entidades filantrópicas, porque esta sim, na minha avaliação, merece da nossa parte esta isenção.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Senhor Secretário com a palavra.

O SR. MIGUEL SALOMÃO - Obrigado, Deputado Pessuti.

Tenho certeza que esta lei será aperfeiçoada. Mas neste esforço de consolidação, talvez muitas questões aí tenham ficado. Não sei se o Dr. Reni quer responder especificamente a questão das entidades de benemerência.

O SR. RENI PIRES - Sim. As entidades assistenciais filantrópicas, essa isenção para as entidades que o nobre Deputado se referiu, elas já são constitucionais, têm previsão constitucional. Só gostaria de trazer para cá, para a lei específica do IPVA, regra a Constituição, mas ela já existe.

Tanto é também para os portadores de deficiências físicas já estão aqui na própria lei.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Essa questão do veículo do portador de deficiência, encontramos aqui, isso que nos chamou a atenção, porque quando a Secretária nos respondeu a respeito da não necessidade de um novo projeto na Assembléia, falava-se apenas, se não me falha a memória, na existência de uma lei aqui da Assembléia do Estado do Paraná que conferia esse benefício.

Então, Vossa Excelência nos traz a informação que é um dispositivo constitucional, acredito que estará assegurado, mesmo

que não conste na lei do IPVA.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Último orador inscrito, Deputado Ricardo Chab.

O SR. RICARDO CHAB - Senhor Presidente, Senhor Secretário.

Ouvi aqui, Senhor Secretário, atentamente a explicação do Secretário, e algumas delas me convencem, outras não.

Gostaria de colocar aqui uma questão até para que o Secretário levasse e refletisse com a equipe. A colocação inicialmente feita pelo Deputado Cezar Silvestri e depois pelo Deputado Durval Amaral, com relação aos veículos importados.

Quero chegar no veículo importado, porque quero passar no veículo lá dos 15 anos, que hoje é isento, porque, Secretário, se nós dois somos proprietários de um imóvel, de um terreno num determinado bairro de Curitiba, vamos colocar como exemplo, que o Sr. e eu, somos proprietários de um terreno no Centro Cívico, o metro quadrado desse terreno tem um valor igual ao de mercado, o seu lote, o seu terreno como o meu terreno. Porém, se o Sr. tem um Gol 80, também tenho um Gol 80, o que vale no meu carro e no carro do Sr., é o estado de conservação do veículo. Não vejo, mesmo, como, de que maneira vai taxar o imposto do veículo com mais de 15 anos, pelo ano do veículo.

Temos que analisar o estado de conservação do veículo. Daí, sugiro o seguinte: que se aumente a alíquota ou seja, o valor do imposto cobrado no automóvel importado, Secretário, e abra mão desse imposto para um carro de 15 anos, porque aí sim, estaríamos sendo o verdadeiro "Robin Hood" como colocou o Secretário.

Muito obrigado, Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Secretário, para as suas palavras finais.

O SR. MIGUEL SALOMÃO - Obrigado, Deputado Chab.

Acho que a sugestão é pertinente. Queria começar agradecendo ao Deputado Algaci Túlio, o convite que me fez, para vir aqui ocupar o seu horário, o seu tempo e fico muito grato, Deputado Algaci Túlio, pela gentileza do convite, pela oportunidade que abriu, também ao Deputado Anibal Khury, a todos os comandantes aqui da Assembléia Legislativa.

Acho que foi uma grande tarde, um grande momento que vivemos e tenho certeza que esse Projeto de Lei, vai sair daqui aperfeiçoado no interesse do povo do Para-

ná.

O povo que espera mais escolas, mais saúde, melhores salários, todo o resgate de uma dívida social e a nossa fonte para isso tudo, não pode ser indigentemente em banco, tem que ser receita tributária.

A receita tem duas grandes fontes: ICMS e IPVA. Se a Assembléia Legislativa nos ajudar a equacionar esse problema, efetivamente, teremos todos na Secretaria da Fazenda, um enorme sentimento de gratidão pelo apoio da Assembléia Legislativa. Então, muito obrigado a todos e fica a Secretaria da Fazenda, inteiramente aberta à disposição, para oferecer a Assembléia Legislativa, todo o suporte informativo que seja necessário para que se tome aqui a melhor decisão em favor do povo do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Assembléia, agradece a presença do Sr. Secretário, dos seus auxiliares e quer manifestar a sua alegria pela cordialidade e respeito que os Srs. Deputados e os Srs. Secretários trataram do assunto tão importante como o IPVA, muito obrigado, Srs. Deputados, muito obrigado aos auxiliares e a certeza que a Assembléia corresponderá a expectativa do povo do Paraná.

Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Proposta de Emenda Constitucional, de autoria dos Srs. Deputados Irineu Colombo, Anibal Khury e Ângelo Vanhoni, devidamente apoiada, constante do expediente. **Recebida; Publique-se no Diário da Assembléia e em avulsos para conhecimento dos Srs. Deputados; À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Ofício nº 051/95, subscrito pelos Srs. Deputados Ângelo Vanhoni, Doutor Rosinha, Luiz Claudio Romanelli e demais Srs. Deputados, constante do expediente, encaminhando ao Sr. Juiz de Direito da Vara Distrital de Pirapozinho, Comarca de Presidente Prudente-SP, a preocupação a respeito dos fatos acontecidos no dia 30/10 do corrente ano, envolvendo o pedido de prisão preventiva de vários sem-terra, no presídio do Carandiru, solicitando seja colocado em liberdade Márcio Barreto e Deolinda Alves, bem como o relaxamento de prisão preventiva para as demais lideranças. **Aprovado.**

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente, solicitando permissão para ausentar-se do país, entre os dias 07 e 17 do corrente

mês, em missão especial à Província de Taiwan, sem ônus a este Poder Legislativo.

À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Eduardo Trevisan, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Srs. Deputados Caíto Quintana e Ângelo Vanhoni, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para os Projetos de Lei nºs: 450, 451 e 453/95, todos de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento de preferência de votação e discussão, acima aprovado:

ITEM 05

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 450/95 de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que cria o Município de Campo Magro, desmembrado do Município de Almirante Tamandaré, conforme especifica. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 143, de 24.10.95)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 450/95

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Orlando Pessuti, o projeto de lei em tela, tem por finalidade a criação do Município de Campo Magro, desmembrado do Município de Almirante Tamandaré.

Tendo em vista o resultado do plebiscito, amplamente favorável à emancipação do referido Distrito, somos pelo parecer favorável à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 31.10.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

TOTI COLAÇO - Relator

ITEM 06

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 451/95, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que cria o Município de Arapuã,

desmembrado do Município de Ivaiporã, conforme especifica. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. (Publ. no D.A. 143, de 24.10.95)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 451/95

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Orlando Pessuti, o projeto de lei em tela, tem por finalidade a criação do Município de Arapuã, desmembrado do Município de Ivaiporã.

Tendo em vista o resultado do plebiscito, amplamente favorável à emancipação do referido Distrito, somos pelo parecer favorável à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 31.10.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

TOTI COLAÇO - Relator

Aprovado.

O SR. JOSÉ TAVARES - Sr. Presidente, queria uma informação de V. Exa., se for possível.

Queria saber se V. Exa. já está colocando em votação os projetos da Ordem do Dia?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Estamos votando na Ordem do Dia. Já na ordem das preferências, os três projetos do Deputado Orlando Pessuti.

ITEM 07

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 453/95, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que cria o Município de Imbau, desmembrado do Município de Telêmaco Borba, conforme especifica. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 143, de 24.10.95)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 453/95

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Orlando Pessuti, o projeto de lei em tela, tem por finalidade a criação do Município de Imbau, desmembrado do Município de Telêmaco Borba.

Tendo em vista o resultado do plebiscito, amplamente favorável à emancipação do referido Distrito, somos pelo parecer favorável à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 31.10.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

TOTI COLAÇO - Relator

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia.

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 376/95, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que dispõe sobre doações, em vida, de órgãos e tecidos passíveis de serem transplantados quando de sua morte e outros atos inerentes aos transplantes de qualquer natureza. **PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.S.P.. EMENDAS DE PLENÁRIO COM PARECER DA C.C.J..**

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO, DE N° 01, AO PROJETO DE LEI N° 376/95

Suprima-se o artigo 6°.

Sala das Sessões, em 07.11.95.

(a) DOUTOR ROSINHA

Apoio: Algaci Túlio, José Maria Ferreira, Toti Colaço, Caíto Quintana, Nelson Justus, Emerson Nerone e Antonio Belinati.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE N° 02.

Acrescente-se ao artigo 10, o seguinte parágrafo:

Parágrafo Único - Os centros transplantadores do Estado que infringirem as disposições deste artigo serão punidos com:

I - Advertência;

II - Suspensão temporária das atividades de transplantes;

III - Descredenciamento, rescisão de contrato ou convênio;

IV - Outras penalidades previstas na legislação.

Sala das Sessões, em 07.11.95.

(a) DOUTOR ROSINHA

Apoio: Algaci Túlio, José Maria Ferreira, Toti Colaço, Caíto Quintana, Nelson Justus, Emerson Nerone e Antonio Belinati.

Em votação o projeto, ressalvadas as emendas. **Aprovado.**

Em votação a emenda...

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, para encaminhar as emendas.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Florisvaldo Fier - Suprima-se o artigo 6°.

Em votação.

Aprovado.

Segunda Emenda do Deputado Florisvaldo Fier.

Em discussão. Em votação.

Aprovada.

Em votação o projeto.

Aprovado, artigo por artigo, o projeto irá à terceira discussão.

ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n° 144/95, de autoria do Deputado José Tavares, que altera o parágrafo único do art. 5° da Lei Complementar n° 10, de 29/12/80. (Funcionários). PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. (Publ. no D.A. n° 42, de 02.05.95)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 144/95

PARECER:

O projeto de lei em tela, visa incorporar aos proventos de inatividade do quadro da Polícia Civil do Estado do Paraná, gratificação de trabalho de natureza especial, com risco de vida e saúde.

O artigo 66, incisos I, II, da Constituição Estadual, diz ser a matéria em questão de iniciativa privativa do Governador do Estado, contudo, por ser tema que merece seguimento no sentido de que se abra discussões sobre o assunto e mereça a consideração do Governador, esta relatoria dá seu parecer favorável, emendando o projeto de lei transformando-o em autorizatório.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.06.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
TOTI COLAÇO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 144/95

PARECER:

SÚMULA: Altera o parágrafo único do artigo 5°, da Lei Complementar n° 10 de 29/12/80.

O presente projeto em epígrafe, de autoria do nobre Deputado José Tavares, visa incorporar aos proventos de inatividade do quadro da Polícia Civil do Estado do Paraná, gratificação de trabalho de natureza especial, com risco de vida e saúde.

A douta Comissão de Constituição e Justiça após analisar a matéria, posicionou-se favoravelmente a aprovação do referido projeto, emendando o mesmo e transformando-o em autorizatório.

Esta Comissão, no que lhe cabe opinar, informa que de acordo com a emenda apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça, manifesta-se favorável à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.08.95.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
ORLANDO PESSUTI - Relator

Em discussão. Em votação.

O SR. JOSÉ TAVARES (Para encaminhar) - Senhor Presidente, nobres Colegas.

Inicialmente gostaria de fazer um agradecimento ao Deputado Anibal Khury,

Presidente da Assembléia Legislativa, que nos auxiliou, de maneira decisiva para que esse projeto pudesse entrar na votação na sessão de hoje. Quero da mesma maneira, agradecer ao Deputado Algaci Túlio, que se não fosse o seu empenho pessoal, na condição de Líder do Governo, com certeza esta matéria também não figuraria na sessão de hoje, e quero por derradeiro, antecipar o agradecimento a todos os Deputados, porque conversei com todos individualmente.

Desde o momento em que esse projeto começou a tramitar na Comissão de Justiça e nas outras Comissões, e todos foram unânimes em hipotecar apoio a esta matéria, conseqüentemente assegurando a sua aprovação.

Este projeto, eu apenas quero relembrar aos colegas e aos presentes, ele vem corrigir uma injustiça histórica, quando o Estado vem praticando contra um segmento muito pequeno dos servidores do Paraná.

Nós já fomos Governo, três Governos consecutivos. Fizemos muita coisa pelo Paraná, da qual eu me orgulho mas como Governo, nós também deixamos muita coisa por fazer e nós temos que reconhecer. Este caso específico que trato nesta hora, ele se refere à correção de uma injustiça histórica que se vem praticando contra servidores que dedicam grande parte de suas vidas ao serviço público e ao final da sua carreira, quando ele mais vai precisar, de ver o reconhecimento por parte do Governo, em razão dos relevantes serviços que ele prestou, o próprio Governo vem e subtrai esse direito que o servidor adquiriu.

Refiro-me, por exemplo, aos servidores do sistema penitenciário. Quando fui Secretário da Justiça, tive a oportunidade de conhecer de perto a atividade dos agentes penitenciários. Dos servidores que atuam diretamente com o sistema penitenciário do Paraná. E por esta atividade, eles recebem nos termos da lei uma gratificação por trabalharem em sistemas prisionais, em unidades prisionais, por trabalharem nas penitenciárias, nas noites frias de Curitiba e da Região Metropolitana, em escalas de plantão, terrivelmente duras. E, ganham por essa atividade uma gratificação. Ao final, quando eles vão se aposentar, acontece o maior absurdo, meus caros colegas. Essa gratificação em razão da atividade que eles exercem, eles não levam para a aposentadoria e nós temos que nesse momento fazer uma "mea culpa" e reconhecer esta falha.

Por exemplo, por uma questão de justiça, nós os servidores da Polícia Civil ganhamos uma gratificação de risco de vida e a levamos para a aposentadoria, quando esta aposentadoria nos é concedida e os agentes penitenciários não levam.

Então é o Estado atuando com dois pe-

sos e duas medidas. Por esta razão é que nós entendemos apresentar este projeto que nada mais é do que incorporar aos proventos de aposentadoria desses servidores, a gratificação de risco que eles a percebem em função da atividade que exercem.

Portanto a Assembléia estará fazendo justiça com esses servidores. A Assembléia estará recolocando uma questão da maior relevância para suas vidas, neste momento, porque não há nada mais importante para um funcionário público ou para o chefe de família do que a sua aposentadoria. É o fim de uma carreira. É o fim de uma atividade penosa, perigosa, dura, muitas vezes incompreendida e não é possível que ao final dela, ele perca uma gratificação que tem um peso substancial na sua remuneração nos seus vencimentos.

Por esta razão encaminho este projeto, pedindo mais uma vez, o apoio dos nobres colegas Deputados e dizendo que Vossas Excelências através dos contatos que já mantive pessoalmente com cada um.

Ao expressar esse sentimento na sessão de hoje, na sessão de amanhã, estaremos corrigindo uma tremenda injustiça que o Estado, independentemente, de quem o governa, tem cometido ou vem cometendo contra essa categoria de servidores.

Quero também dar uma outra informação para que o Deputado possa votar tranqüilamente com todas as informações que ele necessita para expressar o seu voto.

Quero dizer que para os servidores do sistema penitenciário, a aprovação deste projeto representa muito, mas quero dizer também que para os Cofres do Estado esta incorporação não representa praticamente quase nada, porque é um número pequeno de servidores que serão contemplados em relação ao conjunto do funcionalismo como um todo. E essa despesa só se efetivará a partir do momento em que ele obtiver o tempo de aposentadoria e aí, então, é que o Estado vai passar a dispendir um pouquinho, muito pequeno, em termos de recursos com este funcionário, e essas aposentadorias elas ocorrem de acordo com o tempo de serviço de cada um, não são todas de um hora para outra, os funcionários do sistema penitenciário não se aposentam todos de um dia para o outro, cada um se aposenta de acordo com o seu tempo de serviço e a sua ficha funcional.

Portanto, colegas Deputados, concluo conclamando Vossas Excelências a apoiar esse projeto da maior importância, da maior relevância para os servidores do sistema penitenciário do Paraná. E quero reafirmar o meu agradecimento ao Deputado Anibal Khury mais uma vez, e ao Deputado Algaci Túlio. Se não fosse o apoio e a disposição desses Deputados com certeza esta matéria não estaria sendo votada nes-

ta tarde.

E por fim, nobres colegas, quero reafirmar a minha gratidão em nome dos funcionários do sistema penitenciário, a Vossas Excelências com este apoio.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO (Para encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados, quero também nesse momento me somar a esse trabalho feito pelo Deputado José Tavares, que foi o nosso Diretor do Sistema Penitenciário, mais do que ninguém conhece a situação dos servidores daquele setor. Sabe das dificuldades, Deputado Irineu, poderiam dizer aqui o Deputado Luiz Carlos Alborghetti, Deputado Carlos Simões, Deputado Jocelito Canto, que somos desta área que tem muita afinidade com o sistema penitenciário, sabemos do alto risco de vida que corre esse pessoal todo, a insalubridade que enfrentam no dia a dia do seu trabalho e lamentamos que até hoje esta categoria não tenha sido reconhecida pelos Governos que aqui passaram.

Mas, a sensibilidade do Deputado Tavares ao passar por aquela Pasta, traz a esta Casa a possibilidade de repararmos esta injustiça.

E hoje, digo, com a presença do Sindicato dos Servidores do Sistema Penitenciário, capitaneados aqui pelo Ismael Meira e por todos que aqui vieram já desde o início do ano em nosso gabinete e falamos, vamos conversar com o Deputado José Tavares que é da área e vamos fazer um entendimento no sentido de que seja reparada essa injustiça, que tenho certeza que a Assembléia, sensível a este fato, vai votar favoravelmente ao projeto e haveremos de junto ao Governo do Estado, de sermos também interessados na matéria e sabermos da necessidade de se reconhecer esse direito do Servidor Público do Sistema Penitenciário. Haverá o Senhor Governador de sancionar o projeto, reconhecendo esta importância.

Por isso, Senhor Presidente, cumprimento o Deputado José Tavares pela sua iniciativa e cumprimento a Assembléia que na pessoa do Senhor Presidente, que também foi sensível à colocação desse projeto na Ordem do Dia e também aqueles que fazem parte das Comissões, especialmente da C.C.J., que deram parecer favorável a esse projeto.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Chab.

O SR. RICARDO CHAB (Para Encaminhar) -

Gostaria de encaminhar, Presidente, para até no sentido de fazer aqui no Plenário hoje uma justiça. O Deputado Tavares foi extremamente feliz quando encaminhou este projeto para votação.

Então, vamos aqui, o Plenário, a Assembleia Legislativa vai corrigir um grave erro. O cidadão expõe a sua vida dentro de uma penitenciária, que no caso da Penitenciária Central do Estado, muitos Deputados não sabem, temos cinco quilômetros e meio de corredor, aonde o cidadão anda desarmado, expondo a sua vida para que possamos fora ter o mínimo de compreensão.

E essas pessoas quando se aposentam, não levam consigo aquilo que eles arriscaram, ou seja, uma gratificação pelo risco que tiveram durante o seu trabalho, durante todo o tempo.

Então, essa colaboração é preciso ser feita. Bem disse o Deputado Tavares, o Estado não vai arcar com muito, são poucos os servidores que serão beneficiados.

E, tenho sido procurado por muitos aposentados, Deputado Tavares. Estive em contato com o Secretário da Justiça, falei em nome do Deputado Tavares, falei do projeto que tramitava aqui na Casa, do Deputado Tavares, e estou aguardando, a exemplo desses homens aposentados, e que hoje passam fome em casa, para que se corrija.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) -

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 230/95, de autoria do Deputado José Tavares. Aposentadoria em cargos ou empregos temporários. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. COM EMENDA DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 72, de 20.06.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 230/95

PARECER:

O nobre Deputado José Tavares vem apresentar projeto de lei que objetiva contar, integralmente, para efeito de aposentadoria e disponibilidade, o tempo que servidor público tenha prestado, na condição de ocupante de cargo ou emprego público, em cujo período haja contribuído para o respectivo órgão de previdência.

Analisando a proposição, constata-se que o assunto relaciona-se com o Artigo 35, § 1º, da Constituição Estadual.

Verificando a necessidade da regulamentação do citado artigo constitucional, pronunciamos-nos favoráveis à aprovação da matéria nos termos da emenda modificativa, anexo.

Sala das Comissões, em 27.06.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
TOTI COLAÇO - Relator

PROJETO DE LEI Nº 230/95 EMENDA MODIFICATIVA

Art. 1º - Altera-se a redação do Artigo 1º, do Projeto de Lei nº 230/95, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica o Governador do Estado do Paraná autorizado a regulamentar o Artigo 35, § 1º, da Constituição Estadual".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27.06.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
TOTI COLAÇO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 230/95

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado José Tavares, tem por objetivo contar, para efeito de aposentadoria e disponibilidade, o tempo que o servidor público tenha prestado, na condição de ocupante de cargo ou emprego público, cujo período haja contribuído para o respectivo órgão de previdência.

A Comissão de Constituição e Justiça já se pronunciou favoravelmente a aprovação do projeto, com uma emenda modificativa.

Chamada a opinar, a Comissão de Finanças acompanha a decisão da C.C.J., opinando-se pela aprovação da proposição em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.08.95.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 276/95, de autoria do Deputado José Tavares, que inclui o Art. 140, da Lei nº 6174 de 16 de novembro de 1970, o inciso I (Funcionários). PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 88, de 02.08.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 276/95

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado José Tavares, tem por objetivo incluir no artigo 140 da Lei nº 6174, de 16.11.70, o inciso II, com a seguinte redação:

II - se houver exercido, por um período não inferior a três (03) anos consecutivos ou, cinco (05) alternados, um ou mais cargos em comissão ou funções gratificadas, terá proventos de aposentadoria integradas pela remuneração do cargo ou função de maior valor que tenha exercido

por um período mínimo de doze (12) meses.

Os cargos em comissão e as funções gratificadas exigem pessoas qualificadas, de confiança, dedicação exclusiva, conhecimento, estudos. Nada mais justo que em sua aposentadoria esses serviços prestados ao serviço público integralizem como forma de justiça.

A presente iniciativa, do Deputado José Tavares, é muito justa, reconhecendo os serviços relevantes prestados. Por esta razão, nos manifestamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.09.95.

(aa) JOEL COIMBRA
Presidente e Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI N° 276/95

P A R E C E R:

De autoria do Deputado José Tavares, o Projeto de Lei n° 276/95, visa a inclusão do inciso II no Artigo 140, da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970.

A aprovação do referido projeto de lei garantirá ao servidor o direito de levar para a aposentadoria, a remuneração do cargo ou função de maior valor que tenha exercido por, no mínimo, doze meses, desde que tenha sido nomeado por período não inferior a três anos consecutivos ou cinco alternados, para um ou mais cargos em comissão ou funções gratificadas.

Por se tratar de reivindicação dos servidores como reconhecimento a relevantes serviços prestados, recebeu a aprovação da Comissão de Constituição e Justiça.

Ao ser analisado o projeto de lei em questão, recebeu também nosso parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.10.95.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
ALBANOR GOMES - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 454/95, de autoria do Deputado Élio Lino Rusch, que cria o Município de Serranópolis, e dá outras providências. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 144, de 25.10.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 454/95

P A R E C E R:

O projeto de lei, de autoria do Deputado Élio Lino Rusch, tem por finalidade criar o Município de Serranópolis do Iguaçu, e dá outras providências.

Analisando a proposição sob o aspecto legal (Lei Complementar n° 56/91), Lei Complementar n° 57/91, Lei Complementar n° 62/92, Lei Complementar n° 66/93, Lei Complementar n° 70/93) constitucional (art.

19 da C.E.) e regimental, esta Comissão entendeu que foram cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente, não encontrando óbice à sua tramitação nesta Casa de Leis.

Nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 31.10.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
WALMOR TRENTINI - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 034/95, de autoria do Deputado Eduardo L. Trevisan, que autoriza a realização de plebiscito, no Distrito de Bela Vista, no Município de Pérola d'Oeste, para que a população decida sobre a criação do Município de Bela Vista da Carova. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. (Publ. no D.A. n° 83, de 29.06.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 034/95

P A R E C E R:

Iniciativa do Deputado Eduardo Trevisan, o projeto de resolução em exame, que visa autorizar a realização de plebiscito no Distrito de Bela Vista, Município de Pérola do Oeste, encontra-se de acordo com as exigências da Lei Complementar n° 59/91 e Constituição Estadual, legislação que disciplina a matéria: mapa da área, memorial descritivo, representação subscrita por mais de 100 eleitores, certidão do TRE - número de eleitores: 2.544, certidão do IBGE - número de habitantes: 6.551, e 113 domicílios, e informação favorável quanto ao topônimo "Bela Vista do Caroba".

Desta forma, o exame do processado demonstra que todos os requisitos de lei foram cumpridos, sendo o parecer favorável e devendo o mesmo seguir seu trâmite regimental.

Sala das Comissões, em 27.09.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
VALDIR ROSSONI - Relator

O SR. EMERSON NERONE (Para Encaminhar) - Está sendo discutido o item 09, é o Projeto de Resolução 034/95. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - É isso mesmo.

O SR. EMERSON NERONE - Queremos, Sr. Presidente, quero encaminhar contrário a esse Projeto, por conhecer um pouco da realidade desse município de Bela Vista da Carova, está aqui o autor da proposição.

Há muitas brincadeiras de que eu provavelmente tenha a foto errada desse futuro município, porque na foto aérea que tenho em minhas mãos, não aparece município nenhum, a Bancada do Partido dos Trabalha-

dores está votando contrário, exatamente por achar que é completamente inviável isso.

Não obstante, sabendo que há um acórdão anterior de aprovações, estamos apresentando uma Emenda, para que seja cumprido o artigo 18 da Constituição Federal, que diz que, as duas áreas interessadas têm que ser ouvidas em qualquer desmembramento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o Projeto.

Aprovado.

Contra os votos do PT.

ITEM 10

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 041/95, de autoria do Deputado Ricardo Chab, em que fica autorizado a realização de plebiscito na área adiante descrita para que a população decida sobre a criação do Município de Ferrara desmembrado do Município de Campo Largo. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. (Publ. no D.A. nº 98, de 17.08.95)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 41/95

P A R E C E R:

O presente projeto de resolução de autori dos Deputados Duílio Genari, Albanor Gomes e Ricardo Chab objetiva autorizar a realização de plebiscito para a criação de Ferrara, desmembrado de Campo Largo.

Chamada esta Comissão a se manifestar, observou-se estar em desacordo com a Lei Complementar nº 56/91 no tocante a Certidão do IBGE e do TRE; após diligência junto a tais órgãos, nos foram enviadas as certidões e portanto sanada a irregularidade.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.10.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

Eduardo Trevisan - Relator

Em discussão. Em votação.

O DR. ROSINHA (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos discutindo o item 10 da pauta - Projeto de Resolução nº 041/95, que diz respeito a autorização da realização de plebiscito no município de Campo Largo, mais precisamente Ferrara para desmembrar-se de Campo Largo. Nós do Partido dos Trabalhadores...

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Distrito de Ferrara, nossa Bancada, outros Deputados, receberam correspondência da Câmara de Vereadores, do Município de Cam-

po Largo, e todos os Vereadores ligados a todos os Partidos têm demonstrado a inviabilidade do Distrito de Ferrara como município.

É colocado naquela documentação, que Ferrara, área de preservação ambiental, é impossível, inclusive, a instalação de indústrias. Nós sempre temos defendido e continuaremos defendendo, que plebiscito deve e pode ser feito, mas desde que prove a viabilidade do futuro município. E essa viabilidade não tem sido provada em nenhum dos documentos que aqui chegam.

Então neste sentido, a Bancada do PT vota contra.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o projeto. Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Aprovado, com voto contrário da Bancada do PT.

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 3293, 3294 e 3334, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3319, de autoria do Sr. Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3295 a 3298 e 3337 a 3339, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3299, de autoria do Sr. Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. Em discussão.

O SR. ALGACI TÚLIO - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 3300, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3304, de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3303, de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. Aprovado. (A matéria achase publicada no final desta Ata)

Requerimentos nº 3305 a 3307, de autoria do Sr. Deputado Péricles de Mello, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3312 e 3313, de autori do Sr. Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3310, de autoria dos Srs. Deputados Ângelo Vanhoni, Irineu Colombo, Péricles de Mello, Emerson Nerone e Doutor Rosinha, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3315, de autoria do Sr. Deputado Sâmis da Silva, com apoio dos Srs. Deputados Anibal Khury, Renato Adur, Toti Colaço, Edson Lino e demais Srs. Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3318, de autoria do Sr. Deputado César Selme, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3321, de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3323, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3324 a 3329, de autoria do Sr. Deputado Eduardo Trevisan, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3330, de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3331 e 3332, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3340, 3341 e 3342, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3309 e 3343, de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3346 e 3348, de autoria do Sr. Deputado Techy Filho, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3345, de autoria dos Srs. Deputados Anibal Khury, Ângelo Vanhoni, Irineu Colombo, Toti Colaço e demais Srs. Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3290, de autoria do Sr. Deputado Emerson Nerone, constante do expediente de sessão anterior. **Rejeitado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, só queria comunicar à Casa e aos Srs. Deputados que este pedido do Deputado Emerson Nerone, embora seja constitucional, na verdade, já foi atendido pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, o Presidente Nestor Baptista, através do Ofício n° 1570/95, protocolado nesta Casa n° 4.443/95, encami-

nhou as contas, as suas prestações de contas constitucionalmente a esta Casa, no prazo devido.

Portanto, basta o Deputado Nerone, procurar a Comissão competente desta Casa, que é a Comissão de Tomada de Contas, que ele terá a prestação de contas do Tribunal, relativo ao exercício de 94.

O Ofício acabou de ir à Mesa, mas foi encaminhado em tempo hábil.

Sr. Presidente, só para concluir dizer o seguinte: que gostaria de solicitar aos Deputados do PMDB e os demais Deputados, que rejeitassem esse pedido, porque ele é rigorosamente redundante ao cumprimento que já fez da lei pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

O SR. EMERSON NERONE - Sr. Presidente, para encaminhar..

Se houvesse redundância, não precisaria votar contra, Deputado Romanelli, aí há um equívoco de sua parte, primeiro não há redundância não e segundo não há equívoco aonde buscar as informações.

O requerimento é claro quando diz o seguinte: os presentes Deputados e o Deputado que assinou e aqueles que apoiaram, solicitamos ao Tribunal de Contas através, obviamente, da Comissão competente que era a de Tomada de Contas, e esperei um mês, como é o que manda a Constituição, aguardei um mês a resposta, ninguém me deu a resposta, mesmo porque a Comissão de Tomada de Conta desta Casa nunca se reuniu. Estou errado, Deputado Rosinha? Não.

Nunca se reuniu, Deputado Romanelli, também não podia dar resposta, no segundo momento pedi à Presidência desta Casa comunicando que havia solicitado ao Presidente da Comissão de Tomada de Contas, também não foi respondido e agora o requerimento é, exatamente na linha de que solicito ao Presidente do Tribunal, e não há redundância mesmo que protocoladas as contas de 94 porque o que solicito é o artigo da Constituição Estadual, que diz que ele tem que apresentar as contas de 1994 e estão atrasadas essas contas e já deveriam ter sido apresentadas e segundo, quero as contas dos três primeiros semestres esse mesmo artigo diz que cada semestre, aliás, a cada trimestre tem que ser apresentadas as contas do Tribunal e no final do ano o fecho.

Gostaria, apenas de mostrar aquilo porque deste pedido ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, hoje conta com 615, os Senhores que estão pedindo emancipação de municípios, gostaria que vocês prestassem atenção nesses dados, Senhor Presidente. O Tribunal de Contas do Estado do Paraná, gasta hoje três milhões e trezentos mil reais por mês com o funcionalismo do Tribunal e há uma informação ofi-

cial pelos meios de comunicação do Presidente do Tribunal que diz que lá existem 615 funcionários, portanto isso dá uma média salarial de cinco e meio mil reais por mês no Tribunal de Contas é óbvio, que lá nem todos ganham cinco mil e quinhentos reais, então existe aí uma desproporcionalidade, no que tange ao total que os outros servidores do Estado recebem.

O Deputado Belinati, ontem tivemos aqui uma presença maciça de todos os funcionários do IAPAR e do IPARDES, o IAPAR tem hoje 1.200 funcionários, o IAPAR com o dobro de funcionários do Tribunal de Contas, aposto, não fiz checagem nenhuma, mas aposto que não gasta um quarto do que o Tribunal de Contas do Estado do Paraná gasta em funcionalismo. O meu pedido é pertinente, sim, ele pede as contas trimestre a trimestre desse ano, para que haja uma análise, de quem está trabalhando lá, por que está trabalhando lá, o que está fazendo e por que é que ganha tanto?

Então me desculpe Deputado Romanelli, mas o artigo 75 prevê isso tudo, gostaríamos de ver Deputado, Presidente desta Casa Anibal Khury, ninguém mais do que os Deputados Estaduais do Paraná, ninguém mais que a população do Paraná, teria que ter um acesso completo as contas, daquele órgão que analisa as nossas contas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Senhores Deputados que aprovam o requerimento conservem-se como estão. **Rejeitado.**

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem) - Verificação de votação, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se deferir a verificação de votação, em seguida o Deputado Neivo Beraldin.

Senhores Deputados que aprovam o requerimento queiram levantar-se, sete Senhores Deputados aprovam. Deputados que rejeitam o requerimento queiram levantar-se. Vinte e oito rejeitam, está rejeitado o requerimento.

O SR. NEIVO BERALDIN (Para justificar) -

Votei a favor do requerimento, Senhor Presidente, porque entendo que o Deputado Nerone defende a transparência, e é um requerimento justo, até estranho a posição do Deputado Progressista, Luiz Claudio Romanelli, quando encaminha que as contas devem ser escondidas.

Acho que há um equívoco muito grande do Tribunal de Contas em querer esconder as suas contas, porque afinal é ele que julga as contas dos administradores municipais, administrações do Estado do Paraná.

Eu, há pouco tempo atrás, fiz um re-

querimento ao Tribunal de Contas por esta Assembléia e sequer foi respondido esse requerimento.

Comunico a Casa, que estarei entrando na Justiça para que o Tribunal de Contas cumpra esse requerimento aprovado por aqui, que não vai ser por um telefonema, por outro, que eles vão deixar de prestar as suas contas.

Estou do lado do Tribunal de Contas, há um nepotismo enorme, é raro o Conselheiro que não tenha a sua família quase que empregada dentro do Tribunal de Contas, Senhores Deputados observem isso, porque o País está mudando e nós precisamos mudar nesse rumo.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem)

Só queria ressaltar que o Tribunal de Contas do Paraná, que é uma instituição modelar, nos prazos constitucionais enviou a esta Casa, prestação de contas, e tem enviado também trimestralmente o relatório de atividades.

Portanto, em verdade, o Tribunal tem cumprido rigorosamente com o que determina a nossa Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai verificar os ofícios do Tribunal de Contas.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem)

No que diz respeito a requerimentos aprovados por esta Casa, e o Tribunal de Contas não respondendo, há dois de minha autoria, que já está a mais de ano naquele Tribunal, ele teima em desrespeitar aquela Casa, que ele deveria assessorar e colaborar.

Portanto, gostaria que Vossa Excelência, em nome da Mesa Executiva fizesse intervenção junto ao Tribunal para que respondesse todos os requerimentos do Deputado Neivo Beraldin, como o nosso.

A segunda questão de ordem que faço, é que gostaria de que a Comissão de Finanças e de Fiscalização desta Casa, começasse a funcionar plenamente, porque estamos no mês 11, e nenhuma das duas conseguiu ainda se reunir, e não tem como uma Comissão de Finanças e de Fiscalização de Tomada de Contas não funcionar, se ela não funciona não existe fiscalização, e isso daí não cumprimos o nosso papel, e tenho certeza se essas Comissões estivessem funcionando, metade dos requerimentos que estão aqui, estariam lá e sendo debatidos e aprovados lá.

Esse apelo faço aos Presidentes de ambas as Comissões, que as convoquem com urgência, que se precisa fiscalizar não só o Tribunal de Contas, mas outras contas também.

O SR. EMERSON NERONE (Pela Ordem) - Há um pedido, estávamos aqui em conversa com outros Deputados, estaremos a partir de hoje com o Departamento Jurídico preparando uma ação, contra o não cumprimento do artigo que diz que a cada três meses, as contas do Tribunal vem parar aqui.

Sabemos não dar nada a Sessão, porque a Justiça aqui não funciona, essas ações que deveriam incutir não funcionam, mas vamos prever essas ações e vamos dar maior publicidade possível a essas ações para cobrar do Tribunal de Contas do Estado do Paraná que preste obrigatoriamente a cada três meses, as relações, todas as contas devidas por eles.

E mesmo que não preste, mesmo que a Justiça não lhe dê esse direito, a partir desse momento vamos abrir uma guerra jurídica para tentar cobrar isso.

Não é possível que um Tribunal que tem as funções de cobrar as contas de todos não mostre as suas. Essa ação deve demorar uns quinze dias, esperamos que o Tribunal, nesses quinze dias, nos chame para fazer uma prestação, se não é possível formal, informal, de uma forma preliminar, agora com compromisso sério de fazer formalmente em seguida.

Muito obrigado.

O Paraná perdeu, no último dia 9 de outubro, um homem cuja vida ainda será lembrada por muitas gerações como exemplo de um homem de bem, de um grande juiz.

O desembargador Negi Calixto deixou o nosso convívio, surpreendido em sua casa por um fulminante ataque cardíaco. Quando a notícia correu, a consternação foi geral. Era difícil crer que um homem com tantos planos, tantos sonhos, com um espírito sempre tão empreendedor, não estivesse mais entre nós.

No sepultamento, o ministro de sua Igreja disse uma frase que resumiu o nosso pensamento: o desembargador Negi não exerceu uma profissão, ele realizou uma vocação.

Nos seus 32 anos de magistratura, o desembargador Negi galgou praticamente todas as posições da carreira, tendo iniciado como juiz substituto em 1963 na comarca de Paranavai e, depois de passar por várias comarcas, chegar ao Tribunal de Alcada e ao Tribunal de Justiça, vindo a ser o Corregedor Geral da Justiça no biênio 93/94. Faltava-lhe apenas exercer o cargo de presidente do Tribunal de Justiça, meta que antevia como próxima de atingir, dada a sua grande liderança e estima que gozava entre seus pares.

Foi durante os dois anos que viajamos juntos, a serviço da Corregedoria da Justiça, ele como corregedor e eu como um dos seus juizes auxiliares, ao lado do doutor Nilson Mizuta

e do doutor Lauro Laertes de Oliveira, que aprendemos a conhecer a pessoa maravilhosa que foi o desembargador Negi Calixto.

Dono de uma personalidade rica, cativante, generosa, sabia, como ninguém, fazer amigos e conservá-los. Dava atenção a todos e ouvia os seus queixumes, procurando sempre encontrar uma solução para diminuir a aflição dos seus semelhantes.

Desenvolveu um estilo próprio de

fazer correição. Gostava de conversar muito com o juiz e os serventuários, auscultando-lhes as dificuldades, as preocupações e ocupando-se muito mais em orientar, em ajudar, em corrigir quando preciso sem que tal viesse a ferir a dignidade da pessoa, do que propriamente em punir. Jamais perdia a paciência. Era exigente no serviço e perseguia a perfeição, mas fazia isso sem precisar repreender os seus auxiliares, dando ele o exemplo de operosidade, de estudo constante, de pesquisa científica, de rigor técnico e jurídico.

Todos que com ele trabalhávamos nos sentíamos estimulados a produzir, a criar, a dar o melhor de si exatamente porque ele era o primeiro a dar o exemplo de persistência, de criatividade, de imaginação, de pura vocação para a missão de juiz de Direito.

Com o "Código de Normas" da Corregedoria, iniciado na gestão do desembargador Henrique César e

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Requerimento nº 3302, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, com apoio do Sr. Deputado Nelson Justus, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3349 e 3350, de autoria do Sr. Deputado Irineu Colombo, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3351, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, com apoio do Sr. Deputado Élio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma sessão extraordinária para logo após o término desta sessão, conforme Ordem do Dia anteriormente anunciada.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ANTONIO ANNIBELLI, EM SESSÃO DO DIA 07 DE NOVEMBRO DE 1995.

"Negi Calixto, um Grande Juiz"

Jornal Gazeta do Povo

concluído na sua gestão, o de Negi Calixto deixou o marco do seu incansável trabalho de aperfeiçoamento e consolidação das normas atinentes ao serviço do foro judicial e extrajudicial, roteiro seguro de todos os procedimentos da atividade judiciária.

Incentivou a criação da Escola de Serventuários e estimulou os cursos de reciclagem e aperfeiçoamento, de juizes e servidores, feitos pela Escola da Magistratura. Na sua gestão, os funcionários da Justiça tiveram nele um corregedor preocupado com a união da classe e com a melhoria das condições de trabalho.

Grande responsável pela transformação que se operou nos serviços judiciários do Paraná, nos últimos anos, pelo grande incentivo que deu à desburocratização e à informatização dos cartórios e gabinetes, ele porém se confessava incapaz de se separar de sua velha máquina de escrever, com a qual tinha uma relação de extrema sintonia e na qual, no silêncio do seu escritório em casa, lavrava acórdãos que marcaram, pela larga visão, precisão de conceitos e adequada solução.

Privava da amizade e da intimidade de quase todos os literatos, os grandes juristas, os homens de letras, do nosso País. Mesmo assim, era humilde. Não gostava de afrontar as pessoas e por isso dificilmente demonstrava o seu vasto conhecimento.

Seu senso prático fazia com que mais escutasse que falasse e sua sensi-

bilidade permitia que entendesse tudo o que passava, mesmo aquilo que o seu interlocutor não tinha dito senão nas entrelinhas. Averso a discursos, eliminou com as solenidades de abertura e encerramento de correições, indo direto ao serviço. Quando, porém, era chamado a falar, discorria sem afetação, com clareza e precisão, colocando na sua fala, acima de tudo, os sentimentos de amor e gratidão pela vida e procurando incentivar a todos para que, através do trabalho bem desenvolvido, reverenciassem a Deus todos os dias.

A sua religião lhe constituiu um grande sustentáculo, um manancial inesgotável de força e retidão com que procurou pautar sempre a sua conduta, mesmo nos momentos mais difíceis.

Seus alunos, nos cursos de Bacharelado em Direito, sabem dizer de sua maneira fácil e didática de se comunicar e transmitir os ensinamentos. Alunos incansável, arranjava tempo de se pós-graduar porque sabia que todo o homem, por mais sábio, tem sempre muito a aprender. Escreveu várias obras, todas elas revelando a

sua preocupação com o aprimoramento constante e com rigor científico.

Sabia da transitoriedade das glórias humanas e por isso delas não fazia conta. Pedia sempre que não lhe fizessem homenagens. Sabia que o homem é que dignifica o cargo e não o cargo que eleva o homem.

Chefe de família exemplar, mantinha a sua volta os seus afetos, sua inseparável companheira D. Violette, seus filhos, noras e genro e demais familiares, com os quais privava de momentos de grande alegria e respeito, fosse em sua casa ou na chácara em Campina Grande do Sul, que era um recanto que ele muito procurava.

Seus filhos retratam bem a vida deste grande homem. São frutos que caíram próximo da árvore. Todos foram criados na forja do trabalho, do estudo, da ocupação útil, irmanados num sentimento de união e respeito que é o legado dos seus ancestrais e que lhes foi transmitido por seus pais.

Só o tempo dará a verdadeira dimensão da influência desse grande

homem na história do Judiciário do Paraná. Como disse o seu cunhado e pastor Rubens, foi ele removido da Corte terrena para a Corte Celestial, onde formará ao lado de outros grandes juizes chamados ainda no vigor da mocidade como os desembargadores Ivan Righi, Eros Gradowski, Lauro Lima Lopes, Jorge Andriguetto, Francisco Muniz e tantos outros, para citar apenas alguns dos que se foram mais recentemente.

Vai-se o homem, fica a lição. Como é certo que nenhuma obra meritória é perdida, resta a certeza de saber que muitos dos corações tocados pela generosidade do desembargador Negi Calixto estarão a orar por ele e por seus familiares, para que a dor da saudade seja substituída pelo carinho e afeto que ele tanto ajudou a semear na Terra.

"Quando partimos
apaga-se a nossa luz
e o que fica de nós
apenas vive naqueles
que efetivamente
nos amaram".

(Vestibim José Wanderlei R.)